

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Ivan Elizeu Bomfim Pereira

**O interesse nacional nas revistas CartaCapital, Época, IstoÉ e
Veja: Eles y *nosotros***

**Porto Alegre
2011**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Ivan Elizeu Bomfim Pereira

**O interesse nacional nas revistas CartaCapital, Época, IstoÉ e
Veja: Eles y *nosotros***

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Comunicação e Informação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Karla Maria Müller

Porto Alegre
2011

AGRADECIMENTOS

À minha família, que me apoiou em todos os momentos, mesmo com uma distância de dois mil quilômetros entre nós. A saudade foi grande parte da motivação deste trabalho, e se me ausentei por alguns momentos, sei que entenderam que foi por perseguir um objetivo maior. Eles para mim são Minas Gerais, e como se diz por lá, “Minas são muitas...”. Distantes, num Belo Horizonte, mas muito próximos, sempre comigo.

À minha orientadora, Karla Müller, por sua vontade de dialogar em prol da construção do conhecimento. Fico orgulhoso por saber que ela sempre buscou me compreender, e essa situação acabou por fazer com que considere, além de uma orientadora, uma amiga.

A Andrés, Marcia, Angelo, Reges, Gabriel Moncks e à “turma do PPGCOM”, tanto por ajudarem no meu crescimento acadêmico quanto pelos momentos de descontração nesta nova etapa da minha vida. Os amigos são a família que escolhemos, e me sinto em casa no Rio Grande do Sul por ter conhecido vocês.

Agradeço especialmente a Karine. Sua presença foi essencial para a concretização deste trabalho, assim como é também para minha vida. Um turbilhão de transformações nos trouxe até onde estamos. Dedico a ela esta dissertação.

A Capes, pela disponibilização da bolsa para a realização dos estudos. Sem dúvida, este aporte mostrou-se decisivo para a realização do mestrado, permitindo minha sobrevivência em Porto Alegre e o investimento nas atividades relativas ao curso.

RESUMO

A presente dissertação investiga a construção do interesse nacional brasileiro em relação à Argentina no jornalismo de revista. Utilizando-se de quatro das principais publicações semanais nacionais de informação geral (CartaCapital, Época, IstoÉ e Veja) para o estudo do discurso jornalístico, procura-se entender como este participa na conformação das percepções acerca do “outro”, envolvendo tanto formas de representação deste quanto indícios de como agir em relação a ele. A partir da ideia de construção social da realidade, propõe-se uma ponte entre o jornalismo e as relações internacionais. O interesse nacional é entendido aqui como uma forma de enquadramento, e para a investigação das notícias que abordam a relação Brasil-Argentina, faz-se uso da análise de discurso de escola francesa.

Palavras-chave: Interesse nacional; Jornalismo de revista; Construtivismo

ABSTRACT

This paper investigates the construction of Brazilian national interest in relation to Argentina in magazine journalism. Using four of the leading national weekly publications of general information (CartaCapital, Época, IstoÉ e Veja) for the study of media discourse, seeks to understand how it participates in shaping the perceptions of "other", involving both ways of representation as evidence of how to act toward him. From the idea of social construction of reality, is proposed a bridge between journalism and international relations. The national interest is perceived here as a form of framing, and to research news about the relation between Brazil and Argentina, is used the discourse analysis, the French school.

Keywords: National interest; Magazine journalism; Constructivism

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Quadro de SDs	89
---------------------------------------	-----------

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 SITUANDO O INTERESSE NACIONAL.....	16
2.1 Uma visão sobre as relações internacionais.....	16
2.2 A perspectiva construtivista.....	20
2.3 O interesse nacional.....	24
2.4. Representando socialmente as identidades nacionais.....	28
3 MEDIAÇÕES PARA A RELAÇÃO BRASIL E ARGENTINA.....	34
3.1 Recontextualização como questão cultural.....	34
3.2 Construções históricas da relação Brasil-Argentina.....	41
3.3 Representando os argentinos: estereótipos no discurso jornalístico.....	46
4 O MUNDO POR SE VER.....	53
4.1 Nascimento do jornalismo internacional: construindo o “lá fora”.....	53
4.2 Contando histórias sobre o mundo.....	57
4.3 Quadros interpretativos.....	65
4.4 O jornalismo de revista.....	69
5 A CONSTRUÇÃO DA ANÁLISE.....	73
5.1 Procedimentos de pesquisa.....	73
5.2 A escolha das revistas	79
5.2.1 Carta Capital.....	80
5.2.2 Época.....	80
5.2.3 IstoÉ.....	81
5.2.4 Veja.....	82
5.3 Definição do corpus.....	83
5.4 Composição das formações discursivas.....	88
5.4.1 FD1: Rivalidade.....	91

CartaCapital.....	92
Época.....	94
IstoÉ.....	98
Veja.....	101
5.4.2 FD2: Eixo.....	107
CartaCapital	108
Época.....	112
IstoÉ.....	117
Veja.....	122
5.4.3 FD3: Independência.....	124
CartaCapital.....	125
Época.....	127
IstoÉ.....	129
5.5 Enquadramentos do interesse nacional.....	130
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS.....	147

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação investiga a construção do interesse nacional brasileiro em relação à Argentina no jornalismo de revista. A partir deste intento, busca-se quatro das principais revistas semanais nacionais de informação geral (CartaCapital, Época, IstoÉ e Veja) para o estudo do discurso jornalístico, a fim de entender como este participa na conformação das percepções acerca do “outro” – neste caso, a Argentina –, o que envolve tanto formas de representação deste quanto indícios de como agir em relação a ele. Nesta pesquisa propõe-se fazer uma ponte entre o jornalismo e as relações internacionais. Tal questão apresenta-se pela intenção de explorar as notícias que tratam da relação Brasil-Argentina a partir do conceito de interesse nacional. Este se constitui de maneira ambígua, sendo utilizado, em geral, implicitamente, e auxiliando na formatação de ideias sobre o que “nós”, como nação, devemos conhecer, saber e fazer. A partir de perspectivas construcionistas¹, tanto no que tange ao domínio do jornalismo quanto ao das relações internacionais, almeja-se a possibilidade de fazer um movimento interdisciplinar com o intuito de compreender as nuances da construção jornalística sobre interesse nacional e sua apresentação ao público-leitor das revistas.

O intento de cruzar as relações internacionais, também denominadas aqui como RI, com o jornalismo é inspirado tanto na formação acadêmica do pesquisador quanto em trabalhos com os quais se teve contato nos últimos anos. Em relação às questões pessoais, sempre se apresentou como motivação buscar diálogos entre saberes e conhecimentos. As graduações em história e jornalismo e a pós-graduação (*lato sensu*) em relações internacionais cursadas pelo autor desta dissertação proporcionaram inquietação diante da tímida aproximação entre os campos. Crê-se que a contemporaneidade se apresenta decisivamente no intercâmbio de teorias, visões, discursos, ao mesmo tempo em que é profícua a destabilização de certezas compostas dentro de áreas estanques. Na busca pela verdade, evidenciou-se que esta simplesmente não é um objetivo a ser alcançado num nível etéreo. Num mundo cada vez mais midiaticizado, ignorar que o contato entre os países passa por um viés comunicacional é querer negar que os aspectos do conhecimento “comum” sejam relevantes na sistematização dos acontecimentos em escala mundial. Constituem-se blocos de conhecimento que, a nosso ver, distanciam-se cada vez mais da dinâmica social. Ao mesmo

¹ Menciona-se a denominação “construcionista” nos estudos do jornalismo de acordo com Traquina (2001) para afirmar sua correspondência, nas relações internacionais, ao termo “construtivista” (WENDT, 1999), pois os dois são referidos à sociologia do conhecimento com base em Berger e Luckmann (1973), tendo como pressuposto o processo de construção social da realidade. Ao longo do trabalho, será utilizado primordialmente a designação “construtivista”.

tempo, parece que a história – que só existe pela interação humana – é utilizada para confirmar essa situação. No tocante aos autores vistos que tenta realizar uma aproximação entre as RI e a comunicação e/ou jornalismo², nota-se que Frederick (1993), Gilboa (2002, 2002a), Nye (2004), Steinberger (2005) e Valente (2007) empreendem um grande esforço para examinar as áreas em conexão³.

Discutir a aproximação às relações internacionais pressupõe a atenção a uma gama de áreas que são trabalhadas em interconexão. Oriundo de estudos da ciência política, o campo é uma arena de conhecimento trespassada por temas relativos à economia, história, direito, filosofia, sociologia, entre outros saberes. Sua especificidade está em possibilitar que os referidos assuntos sejam tratados num ambiente imaginário, histórico, construído pelo homem – o ambiente internacional – no qual uma figura também imaginária, o Estado, é o agente. Faz-se menção ao conceito aludido por Wendt (1992; 1999) que norteia os estudos construtivistas da disciplina: o Estado é um construto social, que tem origem discursiva. Demarca-se que as dimensões social e política, por exemplo, não existem por si só, sendo fruto da concepção de uma realidade partilhada entre os homens – o local da intersubjetividade. Estes fatores devem ser considerados no diagnóstico do ambiente internacional, pois se expõe que este, organizando a existência das unidades estatais, é também uma composição ideacional.

O Estado e a estrutura organizacional à qual corresponde – o ambiente internacional – podem ser analisados a partir das possibilidades abertas pelos estudos discursivos. Reside neste ponto uma forma relevante de abordar a aproximação entre as RI e o jornalismo. Este, definido como gênero discursivo por Benetti (2008), aparenta ter grande responsabilidade na forma com que as sociedades veem o mundo, construindo representações acerca umas das outras. De acordo com Thompson (1998), a instância jornalística é possuidora de um significativo poder para a veiculação de formas simbólicas, que organizam a vida dos indivíduos e coletividades – o que, de certa forma, aproxima suas atribuições às dos Estados, instauradores da organização político-social da vivência humana contemporânea. Argumenta-se que as duas instâncias – a do jornalismo e a do Estado – exercem o papel de construção de

2 A dualidade exposta pelo “e/ou” é decorrente de, em alguns trabalhos vistos, os autores não realizarem uma diferenciação entre comunicação e jornalismo, tratando o segundo como componente da comunicação sem considerá-lo em suas especificidades. Nesta categoria, enquadram-se os trabalhos de Frederick (1993), Gilboa (2002, 2002a) e Nye (2004).

3 É de relevância, também, perceber que os trabalhos dos três primeiros teóricos não possuem tradução para o português, o que se mostra sempre como um fator dificultador. Assim, faz-se referência a estas obras, que indicaram possibilidades de se abrir frentes de discussão, mesmo que muitas das premissas teóricas não sejam aqui compartilhadas.

realidades por meio dos discursos (o discurso jornalístico e o discurso nacional), apoiando sua autoridade nos efeitos de realidade originários destas práticas.

Dentro do jornalismo, o espaço onde geralmente contemplam-se noticiosamente os acontecimentos passados além das fronteiras do Estado é designado como editoria Internacional. Abarca, literalmente, um mundo de temáticas, pois sua especificidade é, de certa forma, definida pela identidade nacional do veículo jornalístico. Assim, a organização de categorias que as empresas impõem ao mundo para melhor poderem cobri-lo institui um espaço de assunto indefinido. Julga-se que a identidade nacional é questão relevante para a “organização da realidade” pelas empresas jornalísticas, pois ela configura-se como fator de exclusão. Porém, este princípio mostra-se relativizado quando as notícias ditas internacionais aparecem em outras seções, e tal fato ocorre mesmo que o acontecimento não envolva personagens relativos ao país de origem da empresa. Designações como fatores envolventes e não-envolventes à maior parte da sociedade na construção das notícias são utilizadas para explicar esse tipo de enquadramento da realidade por parte da mídia noticiosa. A justificativa de envolvimento também é entendida em relação aos países noticiados em si, o que demonstra percepções sobre o que é importante noticiar em relação a quais países. Autores como Aguiar (2006) e Steinberger (2005) discutem a hierarquização do espaço internacional baseada em diversos tipos de julgamentos, operativos tanto em nível consciente quanto inconsciente.

As particularidades do jornalismo no veículo revista apresentam-se como estímulo à investigação, visto que, por serem tratadas como um gênero jornalístico de verve mais interpretativa e opinativa em relação à imprensa diária, os textos em revistas apresentam frequentemente contextualizações acerca dos fatos noticiados. Concomitantemente, as notícias internacionais também são construídas amparadas em contextos, o que indicia a importância da perspectiva de enquadramentos para a compreensão das problemáticas abrangidas no jornalismo internacional em revista semanal de informação geral.

Trabalhando nesta perspectiva, parece ser relevante que se considere o jornalismo internacional a partir da compreensão do processo de comunicação midiático como uma mediação cultural, como defendido por Martín-Barbero (2003). As notícias sobre o mundo são percebidas como um produto exemplar, pois elas envolvem uma grande quantidade de âmbitos interpretativos. O que se noticia sobre as realidades fora do saber cotidiano dos indivíduos é, de acordo com Berger e Luckmann (1973), apreendido como uma forma de “esfera de realidade”, à qual se faz uma incursão para depois retornar-se ao *realissimum* da consciência, o “aqui e agora” corpóreo-temporal. Desta forma, os processos envolvidos no entendimento do noticiário que aborda assuntos além dos limites nacionais são complexos,

instituindo-se de maneira própria dentro do conjunto de temáticas abordadas pelo jornalismo em geral.

A Argentina, por sua importância histórica em relação ao Brasil, é tomada nesta dissertação para a investigação das notícias internacionais. Referenciada por autores das áreas de relações internacionais, história e ciências sociais como primaz, em diversos níveis, para a constituição tanto do Estado como, em acordo com o objetivo mais específico deste projeto de dissertação, da própria ideia de nação brasileira. Investigar a dinâmica relacional entre estas duas unidades nacionais é fazer uma incursão por séculos de acontecimentos, interpretados a partir de diversas concepções. Pode-se mesmo sustentar que brasileiros e argentinos têm, no âmago da constituição dos discursos e representações engendradas por este contato, heranças de uma disputa ibérica, matizada também pelo contato entre novos e antigos habitantes de regiões que, um dia, iriam se constituir nos dois países. Mirar este relacionamento conjuga sentidos e significados, que se transformam no tempo e indicam, de forma exemplar, o descompasso entre Estado e nação comentado por Martín-Barbero (2003) na América Latina. A sensação de homogeneidade indicada pela figura do Estado-nação ajuda a compartimentar visões do “eu” e do “outro”, mas estas estruturas não preenchem a utópica condição de espaço de determinações de uma “família” nacional, como salienta Castells (1999).

Com o intuito de investigar a constituição, nas notícias, do que se denomina como interesse nacional, busca-se o produto jornalístico revista semanal de informação geral como objeto de análise. Tendo como referencial paradigmático os parâmetros construtivistas, percebe-se a instituição de identidades culturais de caráter nacional como referências à constituição daquilo que é determinante para o desenvolvimento de enquadramentos noticiosos.

A interdisciplinaridade do presente trabalho evidenciou-se nas diferentes perspectivas em investigação acerca dos estudos que poderiam ser utilizados em sua fundamentação. A verificação, a partir do Portal CAPES de teses e dissertações acabou espalhando-se por distintas áreas de conhecimento. Procurou-se limitar os parâmetros a matrizes de investigação, em jornalismo, de temáticas relacionadas a assuntos internacionais e do que foi produzido focalizando o objeto de pesquisa, as revistas semanais de informação geral. Os trabalhos encontrados atêm-se, em geral, à análise das coberturas realizadas por veículos jornalísticos acerca de conflitos internacionais, em geral bélicos. Sob exame denominado “Interesse nacional; Brasil – Argentina”, somente obteve-se resultados em campos como as relações internacionais, ciências políticas e sociologia. Nota-se que o conceito de interesse nacional,

não obstante ser evocado implicitamente em vários discursos, apresenta pouca bibliografia nos parâmetros da pesquisa.

Esta condição de ser algo presumível é um dos pontos de partida para a investigação do interesse nacional dentro do jornalismo. Sua constituição é dependente de enquadramentos da realidade, podendo ser exposto a partir do estudo dos discursos constitutivos das notícias sobre o ambiente internacional – nesta investigação, acerca da Argentina. Busca-se a elucidação dos núcleos de sentido (formações discursivas) concernentes às visões sobre a relação entre os Estados brasileiro e argentino, englobando aquilo que nos influencia num nível individual e, como sustenta o construtivismo, também em nível de relações exteriores no contato com este outro. Desse modo, parte-se da seguinte questão de pesquisa: sendo as instâncias jornalística e estatal-nacional amparadas na efetivação de construções sociais da realidade, como é constituído o conceito de interesse nacional por meio do discurso jornalístico?

Para esta investigação, procede-se a um recorte temporal que permita a reunião de um corpus analisável. Toma-se como marco a eleição de Cristina Kirchner para a presidência da Argentina, no ano de 2007, e se estabelece que o recorte será efetivado em um período de 15 meses, de maneira a englobar os três meses antes da eleição (no qual as revistas procedem em aproximação ao acontecimento, iniciando uma exposição de temas referentes ao pleito), o momento de votação, a posse e o primeiro ano de mandato de Cristina Kirchner. Após o exame de 60 edições de cada revista, agrupou-se uma grande quantidade de notícias que abordassem temáticas referentes ao contato entre Brasil e Argentina. Em decorrência, procede-se em recortes subsequentes para que se chegasse a um corpus composto por 10 notícias de CartaCapital, 12 de Época, 20 de IstoÉ e sete de Veja, além de uma frase em Época e de duas em Veja. Este processo será mais bem detalhado no capítulo 5, mas afirma-se que a consideração de notícias envolve reportagens e notas (que perfazem a maior parte do material).

Diante do que expôs acerca das possibilidades de interconexão entre campos distintos, e tendo-se em vista as motivações de pesquisa, define-se como objetivo geral deste trabalho compreender como as revistas semanais de informação geral participam da construção da ideia de interesse nacional brasileiro em relação à Argentina. Neste empreendimento, procura-se: a) identificar os sentidos mobilizados nas notícias sobre a Argentina a partir da constituição do relacionamento com o Brasil; b) investigar as representações identitárias argentinas; c) analisar a constituição de enquadramentos pelas revistas acerca da dinâmica

relacional entre os países; d) observar como CartaCapital, Época, IstoÉ e Veja concebem o ambiente internacional a partir da interação entre os dois Estados.

* * * * *

No segundo capítulo, procura-se fazer uma breve incursão ao campo das relações internacionais e, neste movimento, apresentar os pressupostos construtivistas de investigação do ambiente internacional. Estes se conformam em uma investigação sociológica sobre um espaço instituído a partir da ciência política. Na perspectiva construtivista, o conceito de interesse nacional tem grande relevância, sendo aqui contemplado, o que implicará na busca por uma compreensão da constituição das identidades nacionais, tomadas como forma de representação social dos indivíduos. No terceiro capítulo, debate-se a compreensão da comunicação midiática – enfocando-se a instância jornalística - como uma forma de mediação cultural. Tratando da importância dos processos simbólicos para a instauração de uma realidade para os indivíduos, afirma-se que os processos históricos são fundamentais à estruturação deste real, em especial nas sociedades latino-americanas. Assim, procede-se em breve explanação dos processos históricos envolvendo o contato entre os Estados brasileiro e argentino. Esta aproximação, numa perspectiva histórica, é basilar para a compreensão do conhecimento de senso comum entre os indivíduos das duas nacionalidades, e será representado pelos estereótipos, uma cristalização de sentidos sobre o outro argentino materializados na produção de notícias.

No quarto capítulo, aborda-se a constituição do jornalismo internacional. As especificidades deste âmbito noticioso são observadas em conjunto à ideia de construção social da realidade realizada pelas notícias – neste caso, do real em âmbito internacional. Faz-se, também, considerações acerca do jornalismo de revista, ou estilo magazine, objeto da dissertação. No quinto capítulo, apresenta-se construção da investigação, realizada a partir da análise de discurso, delegando-se especial atenção à questão das formações discursivas. Estas, tomadas como núcleos de sentido, estruturam a análise, e neste movimento intenta-se compreender os enquadramentos que CartaCapital, Época, IstoÉ e Veja realizam ao focar a dinâmica relacional entre Brasil e Argentina.

Tendo em vista a apresentação geral que aqui se faz da dissertação, aproveita-se para estabelecer algumas considerações. A primeira é de que o termo “nação” não será utilizado,

neste trabalho, como sinônimo de Estado ou país, visto que será enfocada a questão das identidades nacionais e a pesquisa guia-se por um viés de desconsideração das estruturas estatais como entidades naturalmente ligadas à ideia de povo que a denominação engendra. Em alguns momentos, será utilizada a designação “unidades nacionais”.

Outro fator que se procura esclarecer é que as citações de Falk (1990), Finnemore (1996), Onuf (1998) e Wendt (1992, 1999) são produto de nossa tradução, pois estas obras ainda não ganharam traduções do inglês para o português. Tendo-se em vista de que os teóricos citados são todos utilizados para a compreensão das prerrogativas construtivistas, tal situação é um dos indicativos de que estas teorias ainda conformam uma abordagem nova em relação aos estudos do ambiente internacional. No caso da citação de Waltz (2005), traduzimos a partir do espanhol. Todos os autores citados são observados no capítulo 2.

2 SITUANDO O INTERESSE NACIONAL

No presente capítulo, procura-se realizar a explanação acerca do conceito de interesse nacional, mobilizado nesta investigação na relação entre Brasil e Argentina a partir das revistas de informação geral. Para tanto, será feita uma resumida explicação das relações internacionais para se fazer o destaque da perspectiva construtivista. Esta é caracterizada por ser uma abordagem sociológica sobre as RI, um campo originado na ciência política.

Intenta-se trabalhar a concepção de identidade nacional como de relevância para a estruturação do espaço internacional – questão sublimada para as teorias clássicas de RI. Nota-se que a identificação à uma nacionalidade é o pilar da existência dos Estados como instituições sociais, fazendo sentido para os indivíduos englobados sob a denominação de brasileiros, argentinos, etc. A integração de horizontes socioculturais à análise do ambiente internacional é aqui tomada como uma forma de contato entre diversas áreas de conhecimento, e constitui-se, principalmente, na possibilidade de análise do interesse nacional dentro da Comunicação.

2.1 Uma visão sobre as relações internacionais

A partir de uma concepção ampla, define-se relações internacionais como um campo multidisciplinar que engloba o estudo das interações entre os atores na cena internacional. Ela é construída a partir de outras disciplinas, em especial de áreas como a ciência política - seu espaço fundacional -, a história e o direito (JACKSON, SORENSEN, 2007; NOGUEIRA, MESSARI, 2005; PECEQUILO, 2004). Por ser um campo construído a partir de outros, as relações internacionais também apresentam diversas possibilidades de pesquisa, que vão desde os debates acerca da constituição do sistema de Estados na Idade Moderna às interações entre organizações não-governamentais de defesa do meio ambiente e as instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), para se dar um exemplo contemporâneo.

Questões como o poder dos Estados de “fazerem o que fazem”, tanto interna quanto externamente, pressupõem acordos sobre os poderes destas instituições, a existência de um “Estado essencial”, como sustenta Wendt (1999). Reunindo as preocupações destacadas por diferentes escolas teóricas, o teórico enumera cinco características que seriam constitutivas de qualquer estrutura estatal: uma ordem institucional-legal, o monopólio do uso legitimado da

violência organizada, soberania, sociedade e território. Deve-se ter em mente que a instituição Estado apresenta por objetivo, ao menos de maneira suposta, a conservação, para seus cidadãos, de cinco valores básicos: liberdade, segurança, justiça, ordem e bem-estar. O sentido da atribuição deste papel às organizações estatais é tema de discussões há séculos, ilustrado por acepções como a do contrato social, por exemplo.

Afirmar, contudo, que a gênese das relações internacionais corresponde ao início do estudo do ambiente internacional mostra-se equivocado. Os Estados interagem bem antes de 1920, e eram objeto de pesquisa há consideravelmente bastante tempo. Mesmo antes da consideração de seu status de figuras soberanas, definido a partir da Paz de Vestfália (1648), o contato entre os Estados já era objeto de teorização, como dizem autores como Jackson e Sorensen (2007), Halliday (1999), Pecequillo (2004) e Wendt (1999). Alguns estudiosos fazem considerações acerca de organizações pré-estatais que são tomadas como possíveis núcleos que deram origem, tanto direta quanto indiretamente, a Estados. Todavia, parte dos teóricos irá considerar este tipo de estudo anacrônico.

O estudo do campo sistematizou-se a partir do fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O conflito tornou-se um marco, pois foi visto como o primeiro que ostentou um caráter verdadeiramente mundial, reunindo praticamente todos os países europeus e Estados de outros continentes, como Canadá, Japão e os Estados Unidos. Hobsbawm (1995) considera que a Primeira Guerra estruturou significativamente o desenrolar do século XX, definindo temáticas e trazendo à baila o sentimento de insegurança – pela primeira vez mundial – que iria perdurar pelas próximas décadas e moldar as relações entre povos e países. “Paz’ significava ‘antes de 1914’. Depois disso veio algo que não merecia esse nome” (HOBBSAWM, 1995, p. 30).

Os efeitos catastróficos do conflito causado, em grande parte, pelas alianças entre Estados e, segundo Carr (2001), um dos teóricos da corrente realista das RI, pela indiferença das populações às questões internacionais, derivaram na conformação da ciência política internacional. Esta ignorância seria relativa à crescente mobilização das potências para o conflito, por meio de alianças como o Pangermanismo (união dos povos germânicos, simbolizada pela junção de interesses de Alemanha e Império Austro-Húngaro) e o Pan-Eslavismo (reunião dos povos de origem eslava, marcadamente Rússia e Sérvia) nos anos precedentes à guerra.

A culpa pelos tratados secretos deveria ser imputada, não à imoralidade dos governos, mas à indiferença dos povos. Todos sabiam que tais tratados eram celebrados. Mas, antes da guerra de 1914, poucas pessoas

sentiram alguma curiosidade acerca deles ou achou-os condenáveis (CARR, 2001, p. 16).

O autor sustenta que as populações, com medo de deixar as decisões nas mãos de “diplomatas profissionais”, que não teriam impedido a guerra, acabaram por demandar maior atenção às relações entre países – em suas palavras, tornar o estudo do ambiente internacional uma ciência. As primeiras instituições onde o estudo sistemático das relações internacionais deu-se foram nas universidades de Aberystwyth, no País de Gales, e London School of Economics, na Inglaterra, entre os anos de 1919 e 1920 (JACKSON, SORENSEN, 2007).

Desde seu início, as relações internacionais são palco para uma disputa entre dois grandes grupos de pensamento hegemônico. Sendo criado a partir das ciências políticas, o campo abriga correntes definidas sob as ideias do realismo e do liberalismo. Este panorama só irá se transformar a partir do desenvolvimento de perspectivas teóricas da sociedade internacional, do behaviorismo, da economia política internacional e das chamadas alternativas pós-positivistas, em especial do construtivismo.

Os realistas e neorealistas baseiam suas concepções a partir de autores como Hobbes e Maquiavel, caracterizando as relações humanas sob o prisma da utilização do poder. Fundamentalmente, afirmam uma concepção pessimista da natureza humana, pensando a partir do estado de natureza, onde a principal meta é sobreviver. Os homens seriam, por natureza, egoístas.

Concebendo um ambiente internacional sob o mesmo molde, os realistas acreditam que, por não existir um poder superior ao dos Estados no cenário mundial, as relações entre os países acontecerão em um ambiente anárquico: “A lógica da anarquia prevalece, mesmo que o sistema seja composto por tribos, nações, oligopólios ou gangues de rua” (WALTZ, 2005, p. 50). O ambiente internacional, portanto, seria caracterizado por uma disputa feroz, com os conflitos sendo definidos, em última instância, pela guerra. Note-se que caracterizar o padrão das relações internacionais como anárquico não significa afirmar que há uma ausência de preceitos ordenativos – o que caracterizaria caos, não anarquia. É a condição normativa na qual “regras” não são diretamente responsáveis pelo modo que os agentes conduzem suas relações. Ela assegura que as consequências não-intencionadas provenientes das muitas escolhas possíveis dos agentes acabem por regulamentar as relações entre eles. Se consequências não-intencionadas parecem cumprir o papel de regras, isto se dá porque alguns agentes intencionam que eles próprios sejam responsáveis por estabelecer o regulamento (ONUF, 1998). A atualização feita pelos teóricos neorealistas como Waltz (2005) procurou

desenvolver uma teoria “mais científica” dos pressupostos realistas clássicos, trabalhando a partir de conceitos relacionados a metodologias empíricas, com o intuito de prever as possibilidades advindas do relacionamento entre os Estados no sistema internacional.

Carr (2001) define como utopia a crença da existência de uma vontade de cooperação para um bem maior na natureza humana, manifestada pelos liberais a partir da constituição das relações internacionais como disciplina. O único que importaria, ao final, é o poder de impor sua vontade. Como miram um ambiente internacional perigoso, questões como a segurança (tanto notada em relação ao Estado como em relação ao próprio ambiente internacional) estão entre os principais temas de discussão para os realistas. É marcante a concepção de uma racionalidade própria da política internacional para os teóricos realistas, como afirmam Jackson e Sorensen (2007), Nogueira e Messari (2005), Onuf (1998) e Wendt (1992, 1999), derivando em uma instrumentalização da política. A concretização dos “interesses do Estado” justificaria quaisquer decisões.

O liberalismo, por sua vez, tem sua gênese ligada ao erigir do Estado nacional moderno, e percebe as relações humanas pelas possibilidades cooperativas. Ideias de autores iluministas como Locke e Kant, que devotam grande fé ao progresso (destacado tema de discussões entre os teóricos, mas considerado especialmente em caráter econômico na atualidade), compõem o arcabouço das concepções liberais. De acordo com essas concepções, fatores como as organizações internacionais (tais como a ONU ou o Mercosul) possuem legitimidade intrínseca, pois expressam o desejo dos indivíduos em superarem as dificuldades impostas pelas limitações materiais – como a escassez, numa concepção econômica. Além destas organizações interestatais, a maior parte das correntes liberais também vê as organizações não-governamentais transnacionais como propagadores da cooperação mundial, permitindo relacionamentos econômicos que promoverão a paz, conforme Nogueira e Messari (2005), Pecequillo (2004) e Wendt (1999).

Os liberais compartilham da ideia de anarquia do sistema internacional realista, mas esta anarquia pode ser controlada a partir da harmonia trazida pelo relacionamento ético, o que corresponde à obediência aos tratados internacionais, por exemplo. Uma das afirmações mais destacadas dos liberais é a ideia de que países democráticos – ou seja, cuja sociedade alcançou um grande patamar da razão – não entram em guerra, sendo destacado que, quanto mais países democráticos existirem, menor as possibilidades de guerra, pois os valores morais impediriam a escalada de confrontos .

Apesar das diferentes correntes de interpretação, é praticamente consensual a afirmação da existência de quatro “grandes debates” acadêmicos⁴, que acabaram por influenciar na constituição das matrizes analíticas dos estudiosos. O primeiro foi o do liberalismo contra o realismo; o segundo, entre as abordagens metodológicas tradicionais, de viés essencialmente político, e as abordagens behavioristas; o terceiro, constituindo as correntes do neorealismo e neoliberalismo e agrupando-as em oposição ao neomarxismo ou Economia Política Internacional. O último, e contemporâneo, envolve as tradições consagradas e as alternativas pós-positivistas, destacadamente o construtivismo.

2.2 A perspectiva construtivista

O construtivismo é uma das correntes que afluíram no estudo das relações internacionais a partir do quarto debate, chamadas genericamente de alternativas pós-positivistas. Um expressivo número de escolas teóricas são abrigadas sob a definição de construtivistas, mas pode-se afirmar que o principal consenso que une todas as perspectivas é que, em maior ou menor escala, as relações entre os países e o ambiente internacional são socialmente construídas – o mundo social é uma construção humana (FINNEMORE, 1996; ONUF, 1998; RESENDE, 2010; WENDT, 1992, 1999). Desta maneira, refutam-se crenças essenciais às escolas clássicas de pensamento no campo, pois realismo e liberalismo creditam à natureza, tanto dos homens quanto do ambiente internacional, as principais características que moldam as relações internacionais.

Antes da ascensão dos estudos construtivistas, porém, foi consolidando-se uma transformação no cenário das relações internacionais. O campo, preso fortemente às ideias do estado de natureza hobbesiano e da vontade inerente de cooperação para um bem maior de verve kantiana, não comportavam pesquisas que saíssem desta realidade dual. Os debates sobre as abordagens behavioristas – que resulta no surgimento das concepções neorealistas e neoliberais (ADLER, 1999), o desenvolvimento de conceitos como o de sociedade internacional, que busca um entremeio entre realismo e liberalismo clássicos, e a influência de estudos de origem marxista ocasionaram uma maior flexibilização do pensamento em ciência política internacional.

Historicamente, o surgimento e popularização dos estudos baseados em perspectivas construtivistas acontecem nos anos 1980. As transformações dos paradigmas de investigações sociais proporcionadas por fatores diversos, desde a virada linguística às contribuições da

⁴ Halliday (1999); Jackson e Sorensen (2007); Nogueira e Messari (2005); Wendt (1999).

psicologia cognitiva, fomentaram novas formas de investigação, trazendo-se ao campo perspectivas antes alijadas dos estudos acerca do ambiente internacional. Somou-se decisivamente a esta percepção a noção de que vários dos novos acontecimentos no ambiente internacional não estavam sendo satisfatoriamente explicados pelas correntes tradicionais. Fatores como o intenso desenvolvimento do processo de globalização e o final da Guerra Fria foram abordados como partes integrantes da realidade preexistente⁵. O construtivismo é desenvolvido particularmente a partir de críticas às concepções realista e neorrealista. Mas as análises propostas pelos construtivistas não buscam discutir a natureza dos comportamentos humanos ou do Estado e seu espaço de ação, o ambiente internacional. Fundamentado no tratado da sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann (1973), a investigação construtivista não faz parte do quadro das teorias políticas, mas é uma forma de pesquisa social aplicada ao estudo do ambiente internacional.

A sociologia do conhecimento foi sendo sistematizada principalmente a partir de estudos como os de Scheler, Manheim e Dilthey acerca de tudo o que é definido como “conhecimento” em uma sociedade, incluindo de forma específica aquilo que é definido como senso comum (BERGER, LUCKMANN, 1973; SPINK, 1995). À medida que o conhecimento é desenvolvido, transmite-se e mantém-se em situações sociais, o que irá acabar por determinar realidades tomadas como solidificadas para os indivíduos. O homem é um ser social, que, numa relação dialética, construiu um mundo e é produto deste. É o único animal que, por ser diferente biologicamente dos outros, já que consegue se exteriorizar, acaba produzindo um universo diferente, social. Essa realidade humana é instituída por seus hábitos e costumes que, ao serem automatizados para uma economia de energia, integram-se à rotina e, conseqüentemente, são institucionalizados nas populações.

Tem-se configurada uma situação social (institucional) apoiada na tradição, que assegura a passagem do conhecimento para gerações futuras, num processo definido como objetivação, por se referir à realidade objetiva na qual o indivíduo está inserido. A realidade social é construída pelo processo de exteriorização - objetivação - interiorização, que significa a síntese resultante dos outros procedimentos, num caminho de mão-dupla homem/sociedade contínuo. Pode-se destacar três postulados que identificam o mundo social: a sociedade é um produto humano; a sociedade é uma realidade objetiva; o homem é um produto social. É patente a negação de uma racionalidade ontologicamente própria às instituições, que

⁵ Esta é uma das críticas realizadas ao neorrealismo de Waltz (1979) segundo Wendt (1999), pois esta buscaria a construção de uma teoria científica positivista que refletisse todos os fenômenos como acontecimentos previsíveis dentro de um esquema totalizador da realidade.

incorreria em uma instrumentalização das concepções dispostas por essas – como se pudessem ser apartadas da ideação humana.

É importante ter em mente que a objetividade do mundo institucional, por mais maciça que apareça ao indivíduo, é uma objetividade produzida e construída pelo homem. O processo pelo qual os produtos exteriorizados da atividade humana adquirem o caráter de objetividade é a objetivação. O mundo institucional é a atividade humana objetivada, e isso em cada instituição particular. Noutras palavras, apesar da objetividade que marca o mundo social na experiência humana ele não adquire por isso status ontológico à parte da atividade humana que o introduziu (BERGER, LUCKMANN, 1973, p. 87).

O distanciamento das teorias construtivistas em relação às clássicas dá-se na observação dos fenômenos internacionais sob uma perspectiva que nega os pressupostos ontológicos afirmados pela ciência política em relação aos homens e aos Estados. No caso das estruturas estatais, dota-se de intencionalidade um construto social, de origem discursiva (ONUF, 1996; RESENDE, 2010, WENDT, 1992), o que se configura como uma reificação destas entidades. Esta é uma situação na qual os fenômenos humanos deixam de ser vistos como criações sociais para serem entendidos como construções não-sociais – por dizer, coisas: “A reificação implica que o homem é capaz de esquecer sua própria autoria do mundo humano, e mais, que a dialética entre o homem, o produtor, e seus produtos é perdida de vista pela consciência” (BERGER, LUCKMAN, 1973, p. 123).

É pressuposto central entre os construtivistas que os diversos conceitos cunhados a partir das teorias clássicas conformam instituições sociais, ou seja, são baseadas em entendimento mútuo e, ao cabo, produtos últimos da consciência humana. Onuf (1998) diz que países são mundos sociais construídos, e veem a existir porque as pessoas acreditam e dizem que eles existem, fazendo com que o planeta, algo que existe fisicamente, seja repartido imaginariamente em centenas de Estados. Contudo, mesmo assim, estes são apenas um mundo instituído socialmente, não havendo por si sós. Os países “[...] são fundamentalmente entidades cognitivas que não existem fora das ideias dos atores sobre como o mundo funciona. Isto não significa que instituições não sejam reais ou objetivas, mas que elas não são nada além de crenças” (WENDT, 1992, p.399). A estrutura estatal e o ambiente internacional que o engendra são estruturas sociais, e todas as características facultadas a esses construtos constituem-se na instrumentalização destas ideias. O Estado é uma instituição que congrega identidade e interesses, agindo a partir de um entendimento coletivo que servirá à coordenação de suas ações, dentro de um ambiente também instituído. “Estas estruturas são

normalmente codificadas em regras formais e normas, mas possuem forças motivacionais apenas em virtude da socialização dos atores para a participação em um conhecimento coletivo” (WENDT, 1992, p.399).

Estes pressupostos são válidos também para a reatualização das teorias realista e liberal da concepção de um sistema internacional, que derivaram na formação do neoliberalismo e neorealismo. A ideia de um sistema internacional surge a partir das concepções de que os Estados interagem dentro de um sistema, mesmo que o façam sob determinações “naturais”. Para os construtivistas, o neorealismo e o neoliberalismo procuram integrar as modificações do cenário mundial a partir desta concepção sistêmica, o que os faz englobar em suas análises as possibilidades trazidas pelas interações via organizações internacionais, por exemplo, mas que, em seu cerne, são estruturadas sob os mesmos consensos.

Partindo de uma analogia entre organismos e Estados e insistindo que o poder material é o único árbitro na seleção dos Estados, o neorealismo sugere que os estados devem escolher entre sobreviver ou serem marcados pela destruição por poderosas forças sistêmicas. [...] Os neoliberais, por outro lado, não ignoram a seleção institucional e as ideias. Porém, ao seguir a teoria da escolha racional, concentram-se na eficiência institucional no fornecimento de benefícios materiais. (ADLER, 1999, p. 226)

Desta maneira, a consideração das ideias de balança de poder internacional, sistema de segurança, autoajuda, interdependência complexa, entre outras perspectivas teóricas que buscam analisar o sistema internacional, mostram-se disposições assentadas sobre estruturas sociais tomadas como possuidoras de características humanas, como visto anteriormente.

Observa-se que o espaço de tematização dentro das relações internacionais nos quais esta pesquisa insere-se é relativo à da análise da política externa, que tratam do relacionamento direto entre os países – especificamente, neste caso, Brasil e Argentina. Numa perspectiva geral, pode-se definir política externa como a área que representa os interesses objetivos da figura do Estado no plano internacional (ALMEIDA, 2006; CERVO, 2008; OLIVEIRA, 2005; SEITENFUS, 1994). Refere-se à avaliação, formulação e implementação das prioridades externas, sendo que sua definição e prática são prerrogativas do ator estatal.

Para os vieses de pesquisa construtivista, a definição das demandas em política externa é correspondente ao conceito de interesse nacional, como dizem Resende (2010) e Wendt (1992; 1999). É na suposta defesa “legítima” dos interesses nacionais afirmados em acordo

com a soberania interna face à externa que o Estado irá ser o portador dos “desejos” da nação. Um conceito organizado a partir de bases culturais (a identidade nacional) será mobilizado para a efetivação de decisões políticas tomadas no ambiente internacional, a fim de legitimar estas disposições que o construto estatal irá burocraticamente tomar. Chega-se, desta maneira, a uma possibilidade de contato entre os estudos que envolvem a cultura e as relações internacionais. De acordo com Falk, “como disciplina, as relações internacionais geralmente negaram a cultura como fator relevante ou apropriado às suas preocupações” (FALK, 1990, p. 267). Todavia, a partir dos vieses de investigação abertos pelo construtivismo, a cultura desloca-se para um posto central na pesquisa do ambiente internacional. Sob essa perspectiva, busca-se o conceito de interesse nacional.

2.3 O interesse nacional

Uma das questões centrais trazidas à cena das relações internacionais pelos construtivistas é a discussão do que constitui um conceito que era simplesmente tomado como pré-definido pelos realistas e liberais: o interesse nacional. Afinal, como definir o que um Estado quer? Dentro de uma concepção de ambiente internacional independente da existência humana, a ideia de que os Estados sabem o que querem faz todo sentido. Se for tomada como estruturadora a definição simplista de Waltz de que o interesse nacional é apenas um, “sobreviver” (WALTZ apud WENDT, 1999), a discussão mostra-se encerrada.

Conforme Finnemore (1996), não se pode entender o que os Estados querem sem compreender a estrutura social internacional da qual eles fazem parte. Os interesses não estão simplesmente “por aí”, esperando serem descobertos; eles são construídos por meio da interação social. Pressuposições de que os Estados querem guerra, paz, poder, hegemonia ou cooperação são baseadas em conceitos pré-acordados implicitamente sobre o que move os Estados, numa consideração de que estes possuem uma racionalidade própria – pensando a partir de um modelo realista, é como se os Estados fossem bolas de bilhar, constituídas homogeneamente (sem nenhum conflito interno), habitando um tabuleiro (o ambiente internacional) e chocando-se quando a convivência torna-se difícil.

O interesse nacional deverá conjugar-se, para ser efetivado, a partir de uma representação de interesses coletivos nacionais balizada pela ideia de soberania. Wendt (1999) afirma que a soberania, um dos conceitos definidos por Weber como parte inerente à existência dos Estados, é constituída a partir de duas legitimações: a soberania “interna” e “externa”. Externamente, ela é relacionada à ideia de que não existe nenhuma outra forma de

estruturação social que subjuguem os Estados, concepção que é locupletada pela existência de comunidades internacionais (blocos econômicos, políticos, etc.) que não possuem, oficialmente, poder de dominação sobre as decisões dos Estados – a menos que estes lhes concedam parte de sua soberania ou que sejam subjugados. Basta a um Estado ser reconhecido por um grupo representativo de outros para que seja considerado soberano no ambiente internacional.

Internamente, contudo, a legitimação da soberania depende de outros fatores. O Estado deve mostrar-se como a expressão da união de uma sociedade (ou um conjunto de sociedades), e para fazê-lo ele tem que ser assumido como uma estrutura coesa de representação social. Nas palavras de Wendt, “[...] o que permite a soberania ao Estado em face à sua divisão interna é uma estrutura organizacional de autoridade unificada, não combativa, que faz com que suas partes trabalhem juntas como uma unidade ou um ‘time’” (WENDT, 1999, p. 208). O autor afirma que a consideração das partes como um mesmo grupo acontecerá a partir do desenvolvimento de uma identidade que as englobe. Neste processo, as contradições serão sublimadas para a persistência de uma “razão maior” de união, que pode ser caracterizada como uma identidade social ou coletiva, que é baseada na identificação entre os indivíduos – o “eu” com o “outro”.

Identificação é normalmente relacionada especificamente a certos assuntos e raramente total (todavia se aproxima desta totalidade quando se trata de amor ou patriotismo), mas sempre envolve o processo de extensão das fronteiras do Eu para incluir o Outro [...]. Ele se constrói sobre papéis identitários que, ao final, se estruturam sobre o mecanismo de incorporação do Outro ao Eu na forma de um Nós constituído socialmente. (WENDT, 1999, p. 229)

Como instituição social baseada em identificação, os Estados são estruturados a partir de identidades, ao mesmo tempo em que este processo também constrói as identidades, numa dinâmica que ilustra a dialética da construção social da realidade. As identidades são compreendidas a partir das formas de apreensão do Outro por meio de esquemas tipificadores sustentados por Berger e Luckmann (1973). A identidade torna-se reificada.

Finalmente, a própria identidade (o eu total, se preferirmos) pode ser reificada, tanto a do indivíduo quanto a dos outros. Há então uma identificação total do indivíduo com as tipificações que lhe são socialmente atribuídas. É apreendido como *não sendo nada senão esse tipo*. Esta apreensão pode ser positiva ou negativamente acentuada em termos de valores ou emoções [...]. Ambas as reificações outorgam um

status ontológico e total a uma tipificação que é produzida pelo homem, e que, mesmo quando interiorizada, objetifica somente um segmento da personalidade. (BERGER, LUCKMANN, 1973, p. 126)

De acordo com Resende (2010), o contato entre as identidades reificadas será o fator decisivo para a instituição dos interesses – eles são nacionais pela reificação também da estrutura estatal. “As estruturas sociais históricas particulares engendram tipos de identidades, que são reconhecíveis em casos individuais” (BERGER, LUCKMANN, 1973, p. 229). Estados passam a existir (Brasil e Argentina, por exemplo), assim como identidades nacionais (brasileiros e argentinos) como se fossem entidades naturais, não social e culturalmente definidas. Esta situação permite a formulação de conceitos como o do interesse nacional.

A política externa depende de representações que são atribuídas à nação, ao povo ou ao interesse que se busca proteger assim como à situação de ameaça ou crise que se procura eliminar. Para tanto, precisamos primeiro dar significado à realidade e povoá-la de objetos e de relações entre estes. O Estado, através da política externa, articula, constrói e atribui identidades específicas a outros Estados, regiões, povos e instituições ao mesmo tempo em que constrói e atribui para si uma identidade. (RESENDE, 2010, p. 51)

Os estudos em política externa iriam tratar-se, dentro de concepção “objetiva” defendida pelas teorias clássicas, das possibilidades de interação direta entre os países, suas opções a partir de fatores como a cooperação e a guerra. Contudo, estas definições são inseparáveis das chamadas concepções “subjetivas” referentes aos indivíduos, nomeadas pejorativamente pelos realistas como expressões do idealismo frente a uma realidade já constituída (WENDT, 1999). A perspectiva construtivista acaba por solapar muitas das predeterminações que acompanhavam o conceito. A despeito de possuir uma instância de assentamento em alguns pressupostos estáveis referentes ao funcionamento burocrático da instituição, o interesse nacional é um conceito volúvel, aberto às mais diversas interpretações.

O núcleo pré-definido das determinações de interesse nacional engloba fatores comuns a qualquer Estado – o que acaba por definir não interesses nacionais específicos de cada país, mas, simplesmente, problemáticas que fundamentam a existência da instituição estatal dentro do ambiente internacional. Seitenfus (1994) atesta que há uma dualidade elementar na formação da atitude em política externa de qualquer Estado. Ele define como constantes os fatores que munem uma ideia de estabilidade e permanência, relacionados mesmo a

problemáticas territoriais – a existência da estrutura estatal dentro do sistema internacional, em geral. Há uma perspectiva de acumulação social e histórica na definição dos referidos valores, posto que, por exemplo, até 1912 as discussões sobre a demarcação de fronteiras com os vizinhos eram de grande importância para o Brasil⁶. Importa saber que o que se denomina aqui como o interesse nacional, no entanto, é proveniente do que o autor denomina como fatores conjunturais ou dinâmicos. Estes “[..] estão sujeitos a constantes alterações vinculadas à experiência histórica da sociedade estabelecida sobre tal território” (SEITENFUS, 1994, 21). São os guias para as formas de ação em política externa, para a inserção internacional, nos dizeres de Cervo (2008).

Sendo o interesse nacional uma visão-guia para a ação política de natureza conjuntural e dinâmica, defende-se que o mesmo seja utilizado como promoção de interesses específicos, correspondentes a setores sociais diversos. Ele obedeceria a visões de inserção internacional de um Estado moldadas sob características particulares, numa mobilização da máquina burocrática a partir da representação do termo “nacional”. Trata-se de um conceito “[..] advogado pelos decisores quando justificam as atitudes internacionais de um país [...]. É pelo prisma das crenças e das ideologias que se aplicará uma política de defesa do interesse nacional” (SEITENFUS, 1994, p. 21). Em acordo, Lima postula que “[..] o interesse nacional depende das preferências e interesses da coalizão política [interna, observa-se] vencedora e não apenas pode mudar, como é objeto de conflito interno” (LIMA, 2000, p. 287).

Sustenta-se que o conceito de interesse nacional pressupõe a representação de um grupo social definido a partir de uma identidade comum – a identidade nacional. Os objetivos a cumprir desta nação, em realidade, representam os interesses de grupos específicos designados como frutos legítimos dos “desejos” da sociedade de um país. É conveniente notar que não se trata de afirmar um interesse estatal, o que poderia ser tomado como referência apenas à máquina administrativa do Estado. A utilização da representação da nacionalidade é primordial, pois esta será a aglutinadora de interesses quaisquer sob a concepção de Estado-nação/Estado nacional, que trabalha a partir de uma ilusória ligação intrínseca indivíduo-território (ANDERSON, 1991; CASTELLS, 1999; HALL, 1998; MARTÍN-BARBERO, 2003; ORTIZ, 1994).

Para compreender o funcionamento da identidade nacional, busca-se o conceito de representações sociais. Este, em acordo às determinações desta pesquisa, relaciona-se às concepções de construção social do conhecimento, tomando-o na medida do senso comum.

⁶ Ano-marco para a diplomacia brasileira, no qual o Brasil estabeleceu seus limites fronteiriços atuais (CERVO, 2008).

Interessa-se em investigar como os indivíduos se encontram no pertencimento a uma nacionalidade e de que maneira apreendem outros como engendrados por outras “famílias nacionais”. Crê-se que é esta ideia de ligação intrínseca de um grupo sociocultural a um território que ampara a existência dos Estados – mesmo que, como será explanado, esse pertencimento seja ilusório e o sistema internacional seja uma constituição da Modernidade.

2.4 Representando socialmente as identidades nacionais

De acordo com autores como Carvalho e Arruda (2008), Guareschi (1995), Minayo (1995), Oliveira e Werba (1998) e Spink (1995), o conceito de representações sociais foi desenvolvido inicialmente por Moscovici, nos anos 1960. Ele refere-se à tentativa de apreender o desconhecido por meio de estruturas já objetivadas em nosso conhecimento, como se pudéssemos realizar uma categorização objetiva da realidade social. Todavia, como esta não é pré-existente à vivência humana, e os fatos sociais só podem ser apreendidos socialmente, acabam por funcionar como significados estabilizadores. As representações sociais, ao mesmo tempo em que buscam classificar o real, criam esta realidade a partir de valores, teorias e conceitos objetivados pelos indivíduos.

Segundo Spink (1995), Moscovici comenta que representações sociais funcionam a partir de uma dualidade: ao mesmo tempo em que são estruturas estruturadas, tornam-se estruturas estruturantes, o que acaba por configurá-las dentro das concepções de construção social da realidade. Esta existência dual é percebida a partir dos conceitos de objetivação e ancoragem, que constituem o processo relacional. O primeiro é referente à ideia de uma existência própria para as instituições sociais – procura-se tornar concreta uma realidade, aliando-a a uma imagem. O segundo trata da apreensão de novos elementos a partir de estruturas já objetivadas (GUARESCHI, 1995), implicando em uma classificação decorrente de juízos de valor. Na fala de Jodelet: “[...] quando a novidade é incontornável, à ação de evitá-la segue-se um trabalho de ancoragem com o objetivo de torná-la familiar e transformá-la para integrá-la no pensamento preexistente” (JODELET apud CARVALHO, ARRUDA, 2008, p. 449)⁷.

Compreende-se que a criação de representações sociais é uma operação cognitiva cujo sentido está em tornar familiar aquilo que é desconhecido. O indivíduo tende a rejeitar aquilo que observado como diferente, que não se encaixa no seu conhecimento preexistente. Tal

⁷ CARVALHO, João Gilberto; ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e história: um diálogo necessário. Revista Paideia (Ribeirão Preto), vol.18, p.441-456, 2008.

situação pode ocasionar desconforto, visto que o que é desconhecido pode ser tomado como uma ameaça. É importante integrá-lo ao que já se conhece, ou seja, àquilo que já não é mais ameaçador à existência.

Porém, para que esta busca de familiaridade seja efetivada no caso do conhecimento de um grupo social (o que é definido previamente como senso comum), as representações sociais precisam estar “[...] associadas às práticas culturais, reunindo tanto o peso da história e da tradição, como a flexibilidade da realidade contemporânea” (OLIVEIRA, WERBA, 1998). Neste sentido, elas serão instituídas simbolicamente, amparando-se na perspectiva de manutenção temporal e sendo reconfiguradas. Elas não podem ser definidas em relação apenas ao pensamento de um indivíduo, mas devem ser tomadas como conhecimento comunal, não científico. A realidade social só pode surgir a partir do processo de intersubjetivo entre os indivíduos, pois apenas desta maneira poderá alcançar o status de senso comum. “As representações sociais, enquanto produtos sociais, têm sempre que ser remetidas às condições sociais que as engendraram, ou seja, o contexto de produção” (SPINK, 1995, p. 121).

É de importância perceber que as representações sociais, sendo um conhecimento repartido entre um grupo acerca de outro, acabam orientando as maneiras de estabelecer um contato com este. Mas não são constituídas na simples observação do “não-eu”. Esta é uma atividade que envolve dois processos distintos.

De um lado temos os conteúdos que circulam em nossa sociedade e, de outro, temos as forças decorrentes do próprio processo de interação social e as pressões para definir uma dada situação de forma a confirmar e manter identidades coletivas. O contexto, neste sentido, é essencialmente 'intertextual'. Ou seja, é a justaposição de dois textos: o texto sociohistórico que remete às construções sociais que alimentam nossa subjetividade; e o texto – o discurso, versões funcionais constituintes de nossas relações sociais (SPINK, 1995, p. 122).

Estes contextos, no caso das identidades nacionais, remetem-se às representações presentes no discurso da nacionalidade instaurado a partir do surgimento do Estado nacional moderno. A ideia de nação é um “[...] sistema de representação cultural” (HALL, 1998, p. 49), e os indivíduos que dela participam compartilham a ideia de que, por quaisquer motivos, são identificados a partir de um mesmo motivo de existência, representada pela essencialidade de tipificações como “o brasileiro” ou “o argentino”. Partilham, dessa forma, do último grau de legitimação da construção da realidade disposto por Berger e Luckmann (1973): um mesmo

universo simbólico, demonstrado aqui pelo pertencimento à mesma nacionalidade, expressa por uma identidade cultural.

A identidade nacional é uma forma de organização que surgiu intrinsecamente ligada à Modernidade, concebida na edificação do sistema representativo de Estados e, de maneira marcante, reproduz-se como a continuidade de uma comunidade pré-moderna, visto que as ideias norteadoras da organização hierárquica social, os “laços solidários”, como destaca Guibernau I Berdún (1997), são percebidas em sua composição. De acordo com a definição de Anderson (1991, p. 32), “[..] nação é uma comunidade política imaginada”, pois embora seus componentes tenham um senso de comunhão grupal, eles nunca conhecerão a maioria de seus compatriotas, como aconteceria numa comunidade dita normal.

A nação rompe com o isolamento local. Os homens que viviam marcados pela realidade de seus *paeses*, de suas províncias, são integrados a uma entidade que os transcende. O camponês, o operário, o cidadão deixam de se definir pela sua territorialidade imediata para se transformarem em francês, inglês ou alemão. Nesse sentido, a formação da nação pode ser vista como um processo de desenraizamento (ORTIZ, 1994, p. 45).

O movimento de desenraizamento citado pelo autor é referente à estruturação social operada pela Modernidade, visto que ela organiza novas formas de ser, de se experienciar a existência. Neste sentido, autores como Castells (1999), Hall (1998), Hobsbawm (1997), Martín-Barbero (2003) e Oliven (2006) afirmam que a identidade nacional é erguida a partir de uma tentativa de supressão das culturas regionais que dariam a ver este processo. Os regionalismos são, por base, a negação da identidade nacional, e muitas vezes constituem-se em bastiões da defesa de autonomia local em relação aos Estados. Castells (1999) expõe as dificuldades de construção de um sentido de pertencimento à unidade nacional espanhola no caso dos habitantes da Catalunha, uma região autônoma da Espanha – e que acaba constituindo-se em uma “nação sem Estado”.

Por sua vez, Oliven (2006) discute a dinâmica nacional-regional da construção identitária brasileira, e comenta discussões entre intelectuais do início do século XX. Estes, preocupados com a possibilidade de desintegração do Estado por falta de uma identidade em comum a todos os habitantes do extenso território brasileiro, debatem qual o melhor caminho para a instituição de uma identidade nacional. Esta deve se inspirar em aspectos importados ou valorizar manifestações populares? Fatores regionais devem ser incentivados ou desacreditados? Da queima das bandeiras estaduais realizadas no Estado Novo de Getúlio

Vargas ao tropicalismo dos anos 1960, inspirado no Manifesto Antropófago da Semana da Arte Moderna de 1922, observa-se o objetivo de estabelecer diretrizes para a configuração de um espaço cultural identitário brasileiro, reforçando a ideia da “comunidade imaginada”. Todavia, é expressivo que expressões culturais de caráter regional são, por vezes, utilizadas na instituição de identidades nacionais, visto que este processo se apoia em elementos que podem ser tomados como significativos para a população reunida dentro de um mesmo território.

Como afirma Hall (1998), a identidade nacional é um discurso, calcado na construção de narrativas que arregimentem um entendimento comum do que é a “nação”. Concebe-se as culturas nacionais como “atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo ‘unificadas’ apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural” (THOMPSON, 1998, p. 62). De acordo com Hall, podem ser divididas em cinco as estratégias representacionais ativadas para a construção do pertencimento a uma identidade nacional: a) narrativa de nação; b) ênfase nas origens, continuidade, tradição e intemporalidade; c) invenção das tradições; d) mitos fundacionais; e) ideia de povo ou *folk* puro, original. Hobsbawm (1997, p. 9) discorre sobre as maneiras pelas quais as ideias de identificação nacional são dispostas por meio da prática e celebração de reminiscências falseadas ou, simplesmente, concebidas: “Tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente: uma continuidade em relação ao passado”.

Essa situação de rememoração de uma ancestralidade vista pouco antes também em Anderson (1991), pode ser compreendida sociologicamente a partir do que Berger e Luckmann (1973) expõem como um dos componentes da socialização primária pela qual os indivíduos acabam passando. A construção de uma identificação nacional apoia-se na emocionalidade, naquilo que será tido como significativo para a compreensão da (ilusória) realidade total. Exemplificando: para uma criança, aquilo que os pais e a ela própria “são” - argentino ou brasileiro, por exemplo – torna-se a natureza das coisas. No caso da identidade nacional, isso se dá em meio a toda a “pressão” exercida pela língua em comum, pelos símbolos nacionais, as datas, as reminiscências históricas. Pode-se pensar na representatividade de termos como a “Mãe Pátria”, ou na força de figuras como os heróis nacionais. Por exemplo, os Pais Fundadores (*Founding Fathers*) dos Estados Unidos, que participaram da declaração de independência, são uma das maiores referências da identidade norte-americana, com suas premissas políticas sendo tomadas como verdades inabaláveis no imaginário nacional do país.

Conformando-se o ideário da construção do que seja o “nacional”, para Martins (2007),

[..] a nação não é uma ideologia, tampouco o ponto de vista de um determinado ator social. Ela é uma linguagem promovida a mito político, na expressão de Roland Barthes [...], é produzida continuamente por “atos ilocutórios”, ditos e escritos, que a fazem existir pelos discursos, livros, estudos que lhe são consagrados e que a redesenham ininterruptamente e, sobretudo, traçam o espaço simbólico no qual as ações passadas, presentes e futuras são dotadas de sentido (MARTINS, 2007, p. 104, 105).

Analisando a formação das identidades nacionais, Castells (1999) tematiza o conceito como “[..] o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda em um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras formas de significado” (p. 22). Ele identifica três formas e origens atuando na construção das identidades: a identidade legitimadora, “[..] introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais” (CASTELLS, 1999, p. 23); a identidade de resistência, instituída por “[..] atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios que permeiam as instituições da sociedade” (CASTELLS, 1999, p. 24); e a identidade de projeto, “quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, buscar a transformação de toda a estrutura social” (CASTELLS, 1999, p. 24). A concepção de identidade legitimadora é a mais mobilizada em teorias que tratam do nacionalismo, segundo o autor.

A referida busca por legitimação trazida pelas representações identitária nacionais são correlatas à consideração destas, como parte essencial à análise de fatores relativos à política externa, como destacado anteriormente por autores como Finnemore (1996), Resende (2010), Onuf (1998) e Wendt (1999). Dentro da perspectiva dos Estudos Culturais e tendo como espaço de análise a América Latina, Martín-Barbero (2003) observa que há uma opacidade da cultura nos processos políticos, o que acaba por incorrer em uma instrumentalização das ideias políticas. Neste sentido, a política esconderia a cultura como um fator de relevância. O poder será constituído a partir de instituições, do controle sobre os recursos, da força das

armas. A política, aceitando-o nesta forma, desconsidera o valor da cultura, com a ressalva de quando esta é tomada como institucionalizada.

Tal situação é representativa do que o autor coloca como um descompasso entre Estado e nação no continente latino-americano. Para ele, o processo de modernização destes países não se efetivou, e os meios de comunicação, constituídos no bojo da economia capitalista, sempre buscaram sublimar esta situação. Devido à posição alcançada pela instância jornalística nas sociedades contemporâneas, acredita-se que é necessário observar suas especificidades para tratar de sua importância no contexto da experiência social.

Como é defendido nesta pesquisa, a argumentação de um interesse concebido como nacional e a própria necessidade de contextualização na qual incorre o jornalismo internacional em revista indicam que a temática da relação Brasil e Argentina envolve mais aspectos do que uma análise de acontecimentos de forma “objetiva”. Discursos e representações funcionam no processo de mediação cultural pelo qual deve ser entendida a comunicação midiática, conforma Martín-Barbero (2003). Compreende-se que o contato entre os dois países pelo jornalismo não se efetiva alheio às estruturas sociais e culturais de uma convivência histórica, da mesma forma que as determinações da comunicação midiática são primordiais nesse encontro entre identidades nacionais.

Realiza-se, no próximo capítulo, uma visão geral sobre o contato entre brasileiros e argentinos, destacando-se que serão notadas questões relativas a estereótipos e discursos históricos que engendram a dinâmica entre os dois Estados – e como são subsidiados, a partir dos horizontes construtivistas, dos habitantes que “portam” as duas identidades nacionais.

3 MEDIAÇÕES PARA A RELAÇÃO BRASIL E ARGENTINA

Neste capítulo, procura-se observar a relação entre Brasil e Argentina a partir da compreensão do jornalismo internacional apoiado em um processo de mediação cultural (MARTIN-BARBERO, 2003). Para tanto, afirma-se que as notícias publicadas pelas revistas fazem parte do sistema de distribuição mundial de material representado pelas agências de notícia. Estas terminam por reproduzir configurações inerentes à sua instituição como fonte de informações em escala mundial. Tal situação, que em décadas anteriores suscitou discussões sobre a institucionalização de um imperialismo cultural, hoje pode ser mais bem compreendida a partir da concepção de Thompson (1998) de difusão globalizada, apropriação localizada. Consequentemente, incorre-se na necessidade de entender a possibilidade de contextualização dessas mensagens.

Seguindo a lógica desta investigação, procura-se ver como se efetivam os processos de contextualização representados na construção das notícias sobre a Argentina. Para tanto, aborda-se o histórico das relações Brasil-Argentina, a fim de compreender os discursos e as representações que permeiam o contato entre os vizinhos. Estas evidenciam o uso de estereótipos sobre “o outro” argentino, balizados em compreensões da dinâmica histórica do relacionamento entre os dois países e, também, em acordo às concepções construtivistas aqui trabalhadas, tocantes à relação entre os dois “povos nacionais”.

3.1 Recontextualização como questão cultural

Sendo caracterizado por uma lógica de recontextualização constante, o jornalismo internacional relaciona-se à instituição da realidade internacional para o público consumidor das notícias. Como se afirmou, a comunicação deve ser compreendida como uma prática de mediação cultural (MARTÍN-BARBERO, 2003), que não pode ser reduzida à mecanicidade de um processo de transmissão – recepção de informações. Para Silverstone, a mediação

[...] implica o movimento de significado de um texto para o outro, de um discurso para outro, de um evento para o outro. Implica a constante transformação de significados, em grande e pequena escala, importante e desimportante, à medida que os textos da mídia e textos sobre a mídia circulam em forma escrita, oral e audiovisual, e à medida que nós, individual e coletivamente, direta e indiretamente, colaboramos para sua produção (SILVERSTONE, 2002, p. 33).

A mediação cultural realizada pelo jornalismo internacional desenvolve-se num contínuo contato entre a realidade construída por estas notícias e as concepções circulantes sobre as “esferas de realidade” exteriores, tudo isso em meio à experiência humana cotidiana. Num primeiro momento, a “questão nacional” relaciona-se à visão do ambiente internacional sob a perspectiva de um contato constante entre nacionalidades representadas de maneira estanque – os sujeitos sociológicos da modernidade, para retomar o dito de Hall (1998). Percebe-se, nesta dinâmica, a tomada, como verdade inabalável, das tipificações identitárias nacionais. As nacionalidades constituem-se a partir de processos históricos, e as características da observação de um ambiente internacional deixa opaca a institucionalização dessas concepções.

A ideia de uma essencialização das identidades nacionais corresponde aos desígnios de legitimação necessários à afirmação dos Estados como o abrigo das “famílias nacionais”. Os construtos estatais passam a ser, para os indivíduos, um ponto de diferenciação, ou exclusão, de grupos de indivíduos que não fazem parte do horizonte estabelecido como “nosso”. A situação do estrangeiro, como visto no capítulo anterior, é representativa desta questão. Sob as denominações nacionais, a vida ganha tanto sentido para os indivíduos que estes são capazes de morrer uns pelos outros, mesmo que não tenham a menor ligação com estes outros – de acordo com Wendt (1999), este é o sentido de morrer pela pátria.

De qualquer forma, como é reiterado neste trabalho, os Estados não surgem do nada, nem são simplesmente uma imposição da vontade dos povos. O projeto estatal-nacional teve sua gesta a partir do desenvolvimento capitalista concomitante à fragmentação política europeia no período da Idade Média. A centralização política dos Estados europeus deu-se em um lento processo de diminuição do poder atemporal exercido pela Igreja. Como relata Thompson (1998), em um primeiro momento, esta dinâmica envolveu um contato forte entre as elites religiosas e políticas, o que posteriormente foi superado pelo desenvolvimento do iluminismo, tirando da religião a primazia da organização simbólica da realidade – mesmo que sua importância tenha se mantido, em maior ou menor escala, através dos séculos.

A expansão mercantil possibilitou um desenvolvimento dos conhecimentos secularizados, desgarrados de uma lógica religiosa transcendente, mas, por sua vez, também instauradora de sentidos. A revolução industrial baseia-se no avanço tecnológico e expande a concepção econômica como uma base estruturante da experiência humana. Ao mesmo tempo, os Estados, em seu procedimento de centralização política, representam o espaço no qual as burguesias nacionais irão exercer seu poder político, amparadas nas legitimações que ele se outorga – a própria ideia de soberania no ambiente internacional e todas as suas implicações.

O desenvolvimento das estruturas estatais é indissociável das considerações sobre o avanço do capitalismo.

O processo de acumulação de capital, que resultaria na possibilidade das revoluções industriais, foi realizado, em considerável parte, pela expansão dos empreendimentos capitalistas pelo globo, o que incorreu no processo de colonização. As terras “descobertas” passam a ser um dos mais importantes pontos de apoio do desenvolvimento capitalista. Este descobrimento é mirado a partir de uma concepção etnocêntrica que desconsidera os habitantes do espaço que se tornará o continente americano. Autores como Mattelart (2002) e Todorov (2003) tratam do encontro entre os povos civilizados europeus e os povos “por civilizar” que habitavam as novas terras.

Mesmo se o etnocentrismo impede de reconhecê-lo como tal, a colocação na presença do Outro amordaça a busca da impossível transparência das trocas entre as culturas. Entre o mito do bom selvagem e a realidade da sujeição dos vencidos, os sincretismos e as mestiçagens traçam um caminho para as sociedades compósitas (MATTELART, 2002, p. 17).

A referida situação do encontro entre “civilização e barbárie” é demonstrativa das estruturas culturais que guiarão, historicamente, o processo de mestiçagem entre os europeus, os índios e, posteriormente, os negros no continente. As determinações culturais europeias servem ao estabelecimento da normalidade social, mas deve-se destacar que esta dominação não se completa. Tal como visto por Martín-Barbero (2003) e Canclini (1998), nunca há uma supressão das culturas populares, e a relação entre as estruturas simbólicas é tão complexo quanto infundável. Nota-se, de acordo com Geertz (2006), que as culturas são dinâmicas e relacionais. Tal situação pode ser observada na constituição dos sistemas políticos que ordenarão o espaço da América Latina.

Desta maneira, como defendem teóricos como Martín-Barbero (2003), Canclini (1998), Ortiz (1994) e Thompson (1998), projetos políticos surgidos a partir das estruturas europeias são transplantados para o espaço da América Latina. A colonização de Portugal e Espanha da quase totalidade das terras ao sul do território que se tornaria os Estados Unidos também é indicativa de perspectivas muito díspares em relação às construções simbólicas sobre esses locais.

O descompasso entre Estado e nação na América Latina, para utilizar a expressão de Martín-Barbero (2003), pode ser mais bem notado com a consideração das modificações trazidas com o final do período colonial e a onda de revoluções acontecidas no continente. As

elites latino-americanas, a partir de suas incipientes burguesias, buscaram afirmar seus poderes locais e realizar a independência daquilo que consideravam seu espaço territorial. Nesta ação, procura-se uma autonomia nos moldes europeus, realizada sob o termo “nacional”.

[...] sistemas de administração colonial foram instalados em muitos destes territórios, formando a base para o subsequente desenvolvimento de instituições políticas modeladas às linhas europeias. A transformação dos territórios coloniais em estados nacionais independentes, com suas próprias instituições soberanas e seus limites claramente definidos, foi um processo lento e hesitante, que viria relativamente tarde na história (não antes do século XX em muitos casos), e que seria uma fonte endêmica de tensão e conflito no mundo moderno (THOMPSON, 1998, p. 51)

De maneira contundente, Ortiz (1994) considera que a organização da nação (pensada como sistema político) é instituída historicamente pelo processo de modernização, que evidencia uma forma de racionalização do funcionamento social, em níveis de economia, política e cultura. A modernidade proporciona uma concepção de “desencaixe” da organização social, “[..] privilegiando qualidades como funcionalidade, mobilidade e racionalidade. Pensada desta forma, a sociedade é um conjunto desterritorializado de relações sociais articuladas entre si” (ORTIZ, 1994, p. 50).

Os meios de comunicação cumprem, assim, um papel essencial à articulação dos espaços sociais sob uma mesma “realidade” nacional. Desde o desenvolvimento da imprensa, que permitiu a mercantilização das formas simbólicas no início da Idade Moderna, de acordo com Thompson (1998), às considerações dos impressos como decisivos à formulação das ideias nacionais (ANDERSON, 1991; FRANCISCATO, 2005), os meios de comunicação reconstituem, através de aparatos tecnológicos, as estruturas de poder simbólico que orientam a experiência social.

Sendo as empresas midiáticas empreendimentos capitalistas, a situação de crise que acomete a realidade cotidiana dos povos do continente latino-americano, a partir da consideração de uma modernização falha, será observada pelo viés do atraso, da incapacidade das sociedades destes países em “se desenvolverem” – cristalizando no senso comum a ideia de um “Terceiro Mundo”. Esta racionalidade acaba por dissipar a questão política inerente ao próprio surgimento destes Estados, sendo que “[..] o político é justamente a emergência da opacidade do social enquanto realidade conflitiva e cambiante” (MARTÍN-BARBERO, 2003). Em consonância, Ortiz diz que a consideração de uma realidade global à observação

do funcionamento do processo de modernização implica numa percepção na qual “[...] os países já não mais se definirão por suas idiossincrasias, eles serão ‘adiantados’ ou ‘atrasados’, ‘desenvolvidos’ ou ‘subdesenvolvidos’, ajustando seus ritmos ao batimento de uma evolução global” (ORTIZ, 1994, p. 53-54). Não coincidentemente, estas definições são usadas repetidamente na contextualização das notícias internacionais.

Todavia, o próprio processo de desenvolvimento do sistema capitalista, apoiado em bases do transnacionalismo – representado pela interligação informacional e comunicacional do planeta –, funciona, na contemporaneidade, para desnudar o processo homogeneizador que a imposição dos projetos nacionais realizou. As discussões de múltiplos autores⁸ sobre a crise do Estado-nação baseiam-se na percepção de que as fronteiras nacionais não mais retêm as determinações do sistema capitalista. Como parte de grande relevância deste projeto, os meios de comunicação acabam se constituindo em uma arena que expõe essas contradições.

É no campo da comunicação que a questão nacional encontra hoje seu ponto de fusão. E isto se dá tanto no quadro das relações entre as classes no das relações entre os povos e as etnias, que convertem a Nação num foco de contradições e conflitos inéditos, cuja validade social não cabe nas fórmulas políticas tradicionais, visto que estão trazendo à luz novos atores sociais que questionam a cultura política tradicional tanto à esquerda quanto à direita. [...] Trata-se de uma nova compreensão do problema da identidade destes países e do subcontinente – por mais ambíguo e perigoso que pareça o termo identidade nos dias de hoje – porque a identidade não se choca apenas com a aberta homogeneização trazida pelo transnacional, mas também com aquela, disfarçada, do nacional, com a negação, a deformação e a desativação da pluralidade constitutiva desses países (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 295).

Desse modo, é essencial que, para uma análise em profundidade dos processos de comunicação midiática mundial – representado pela propagação de material noticioso internacionalmente, a partir das agências de notícia –, tenha-se em consideração os contextos socioculturais que engendram a instância de recepção.

Para tanto, parte-se da consideração que, “[...] no campo midiático, o jornalismo assume hoje um imprescindível papel de mediação, garantindo deste modo a constituição de um sentido comum e a indispensável coesão social” (VIZEU, 2006, p. 31-32). O jornalismo estrutura-se a partir de um sistema de conhecimento comum, sociocultural. Como defende Geertz (2006), o senso comum é um sistema simbólico, que implica em sua relevância para a definição das estruturas da realidade. Eventos que podem ser definidos como situacionais são

⁸ Tais como Martín-Barbero (2003), Castells (1999), Hall (1998), Ortiz (1994), Thompson (1998), Silverstone (2002).

parte integrante do conhecimento, visto que a produção de sentido dá-se a partir de situações. Em acordo, para Martín-Barbero (2003):

[...] na redefinição da cultura, é fundamental a compreensão de sua natureza comunicativa. Isto é, seu caráter de processo produtor de significações e não de mera circulação de informações, no qual o receptor, portanto, não é um simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem, mas também um produtor (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 299).

Considera-se que o conhecimento não é transmitido, mas sim reproduzido, e que a visão sobre as problemáticas midiáticas têm que levar em conta esta situação. A “reprodução” do conhecimento acontece a partir dos elementos que o público possui, criando significados a partir da interpretação. A comunicação midiática, e nesta investigação especificamente, o jornalismo definido como internacional, terão papel de relevância no conhecimento que os indivíduos têm acerca de realidades diferentes das deles.

Como trata-se aqui da mediação cultural realizada pelas notícias sobre o ambiente externo, resgata-se que estas são distribuídas internacionalmente por poucas empresas, as agências de notícia. Atenta-se ao fato que estas são empresas transnacionais, e o material noticioso é distribuído para grupos jornalísticos de todo o globo. Num sistema mundial sistematizado pela transnacionalização dos processos econômicos, e estando as empresas midiáticas presentes na complexa organização dos grandes conglomerados comerciais – com várias empresas de comunicação sendo grandes conglomerados (THOMPSON, 1998) – não deve ser ignorada a importância das mensagens produzidas por estas companhias no jogo dos interesses em ambiente internacional. A partir de um centro irradiar do material noticioso, importa saber como se daria a questão da mediação cultural, visto que se desacredita a ideia de transmissão da informação.

Esta situação é abordada por Thompson (1998) quando este propõe uma análise dos produtos midiáticos globalizados a partir do eixo analítico “difusão globalizada, apropriação localizada”. O autor comenta que “[...] a apropriação dos produtos da mídia é sempre um fenômeno localizado, no sentido que ela sempre envolve indivíduos específicos que estão situados em contextos social-históricos particulares” (THOMPSON, 1998, p. 154). A apropriação dos conteúdos distribuídos dá-se na interação entre três temáticas:

a) Importância que os produtos midiáticos têm para os indivíduos e as formas de utilização do materiais simbólicos mediados dependem decisivamente dos contextos de

recepção e dos recursos que os receptores têm à disposição para ajudar no processo de recepção.

b) Acentua-se um simbólico distanciamento dos contextos espaço-temporais da vida cotidiana.

c) A assimilação localizada dos produtos globais da mídia é também uma fonte de tensão e de conflito em potencial.

Não é possível determinar *a priori* as consequências da apropriação das notícias internacionais pela instância receptora. Porém, reforça-se aqui a noção de que este material, produzido de forma massificada e fora do contexto cotidiano do público que o consome, será significado dentro das possibilidades constituídas pelo conhecimento do público, interligadas às formas de apreensão da informação segundo o dispositivo (no caso, as revistas de informação geral). Mas, como a seleção e apresentação das notícias são realizadas a partir de enquadramentos que intentam orientar os sentidos dos leitores, mesmo as possibilidades de tensão e conflito serão trabalhadas para que a “verdade” da revista seja reforçada – neste caso em específico, a “realidade problemática”, como diz Hall (et al, 1999), será estruturada de maneira com que represente uma prova dos desvios do mundo, e a receita para curar estes problemas é dada pela “moral da história” que os magazines costumeiramente engendram.

Comentou-se anteriormente a necessidade de que as notícias sobre o ambiente internacional sejam integradas em um quadro de referência na relação entre instância jornalística e público. Diante das observações de Thompson (1998), crê-se que as empresas irão buscar a recontextualização do material de maneira com que elas sejam compreendidas a partir de construções noticiosas que “traduzam” a complexidade das temáticas. O que é de difícil apreensão deve ser trazido à compreensão dos consumidores de informação:

[...] o jornalista possui uma audiência que precisa compreender, em consonância com seus próprios marcos de referência, o que acontece em contextos muito distantes e diferentes. Quando os meios de comunicação recebem o material informativo, no intuito de tornar os acontecimentos compreensíveis, os adaptam aos padrões culturais da audiência. Apesar de que possam existir diversas comunidades interpretativas em uma cultura, os meios costumam se aproximar da interpretação hegemônica, ou, pelo menos, da interpretação facilmente consensual (ALSINA, 2009, p. 271).

Pensando-se sobre a contextualização do material noticioso internacional, este deverá ser integrado a um quadro referencial que, neste caso, estrutura-se no tocante ao que podemos definir como estrutura nacional. Esta é dependente da legitimação orquestrada pela identidade

nacional – que, como visto, é uma tipificação sociocultural que carrega uma bagagem de contradições historicamente tornadas opacas.

Nota-se o processo de contextualização amparado no que Berger e Luckmann (1973) definem como o acervo social de conhecimento. Este é institucionalizado, experimentado por uma coletividade, existente a partir de uma acumulação de experiências determinada simbolicamente pela linguagem, que faz com que o conhecimento extrapole a condição da interação face a face, o “aqui e agora”:

Apresentando-se a mim como um todo integrado, o capital social do conhecimento também fornece-me os meios de integrar elementos descontínuos de meu próprio conhecimento. Em outras palavras, ‘aquilo que todo mundo sabe’ tem sua própria lógica e a mesma lógica pode ser aplicada para ordenar várias coisas que eu sei (BERGER, LUCKMANN, 1973, p. 65).

A atuação dos indivíduos guiada pelo referido estoque permite que eles se “localizem” socialmente, assim como também saibam como agir na sociedade. O estrangeiro, no exemplo utilizado pelos autores, não pode fazer uso deste acervo, posto que não participa deste conhecimento em comum. A partir da consideração de que os conhecimentos do senso comum não são partilhados entre “locais” e “estrangeiros”, busca-se debater a representação destes que não fazem parte da experiência humana cotidiana. No caso desta investigação, este “outro” será representado pelos argentinos.

Mira-se como relevante, para esta consideração, fazer uma breve revisão sobre o contato histórico entre as duas unidades nacionais para a compreensão da constituição de discursos e representações acerca do outro. Afirma-se, mais uma vez, que se trabalha apenas a partir do que pode ser compreendido como uma “perspectiva brasileira”. Passa-se a uma observação desta relação ao longo da história.

3.2 Construções históricas da relação Brasil-Argentina

Intenta-se, neste momento, fazer um breve painel deste contato e a partir deste plano explorar os contextos sociohistóricos constituídos no âmbito relacional entre os dois países. Ressalta-se aqui que a esfera de sentidos da problemática entre Brasil e Argentina encampa, além de construções acerca especificamente um do outro, ideias sobre a América Latina. Neste sentido, o principal referente é a ideia de uma essencial desordem institucional que

acometeria o espaço latino-americano (PRADO, 2002). Esta representa um discurso das elites políticas brasileiras visto desde o século XIX, proveniente da comparação entre a fragmentação das antigas colônias espanholas em diversos Estados ante à conservação da integridade territorial brasileira, após a independência de Portugal.

Bandeira (1993), Cervo (2008), Guimarães (2005) e Vizentini (2003) destacam que a relação entre Argentina e Brasil é marcada, historicamente, por aproximações e distanciamentos. Estas relações apresentaram um nível de rivalidade que engendrava o interesse em se afirmar como a maior potência da América do Sul. Ainda que os Estados Unidos representassem a força de uma superpotência hemisférica, inclusive motivando divisões entre os teóricos e formuladores da ação internacional do Brasil, cabe à Argentina o papel de referência de ação para o Estado brasileiro. Cervo afirma mesmo que o relacionamento com o vizinho “[...] condiciona as atitudes diante da potência hegemônica, os Estados Unidos” (2008, p. 207).

De certa forma, como observa Prado (2002), Brasil e Argentina continuam uma relação conflituosa iniciada antes de sua própria existência como Estados. Portugal conseguiu tornar-se independente no século XII, lutando contra os árabes que dominavam grande parte da península ibérica àquela época e, para consolidar-se como nação, foi preciso aos lusitanos entrar em combate com o reino de Leão, que iria tornar-se parte constituinte da Espanha. A rivalidade entre Portugal e Espanha refletiu-se na colonização da maior parte do continente americano, onde os portugueses dominaram as terras que atualmente são o território brasileiro, e à Espanha coube a maior parte da América hispânica atual. Os procedimentos de colonização acontecem de maneira fundamentalmente diferente nos empreendimentos metropolitanos que os dois países levaram a cabo, e tanto as sistemáticas de independência quanto a formação dos atuais Estados de Argentina e Brasil são exemplos marcantes destas estruturas dessemelhantes. De mesma forma, as intenções lusitanas, depois encampadas pelos brasileiros, de que as fronteiras de seu espaço no continente eram “naturalmente” demarcadas, ao sul, pelo estuário do Rio da Prata, devendo ser ocupada. Magnoli (1997) chega a comparar essa disposição à ideia de “Destino Manifesto” norte-americana, que foi um dos motores da expansão dos Estados Unidos até a conformação de seus limites geográficos atuais. A partir da constituição dos dois Estados como independentes, no início do século XIX, os choques entre o Império Brasileiro e as Províncias Unidas do Rio da Prata, renomeadas Argentina em 1826, tornaram-se corriqueiros.

A concepção das “fronteiras naturais” brasileiras é disposta, conforme Azevedo e Guimarães (2000), por D. Pedro I para a invasão das terras cisplatinas, o que culmina na

independência do Uruguai. Segundo os autores, em conjunto a esta concepção, trabalha-se a identidade do Império Brasileiro “[...] como defensor de uma ordem, por oposição às lutas oligárquicas e divisionistas, e símbolo de um projeto civilizatório em contraposição à cultura caudilhesca, representação da barbárie” (AZEVEDO, GUIMARÃES, 2000, p. 332). Delineia-se nesta época também um arraigado preconceito das elites brasileiras em relação ao espaço latino-americano hispânico, visto por estas como território de caudilhos e, posteriormente, governos considerados “populistas” (PRADO, 2002). Na clássica obra *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda sustenta que a figura dos caudilhos é utilizada com a intenção de criticar-se uma política para poucos (pois baseada na personalização que o termo apresenta) para apoiar-se outras políticas para poucos, visto que a denominação caudilho tem grande representatividade entre as minorias dominantes do país. “Colocado no polo oposto à despersonalização democrática, o ‘caudilhismo’ muitas vezes se encontra no mesmo círculo de ideias a que pertencem os princípios do liberalismo” (HOLANDA, 1995, p. 179).

As interpretações que buscam evidenciar uma história em comum que abriga apenas antagonismo entre brasileiros e argentinos, por vezes, acabam destacando de maneira tímida aspectos em contrário. A união entre Brasil e Argentina, por exemplo, no episódio da guerra do Paraguai (1864-1870). Tal cooperação foi percebida, internamente, como forma de afirmação da preponderância de um país sobre o outro no espaço sul-americano.

Na América do Sul, a preocupação primeira do Brasil originava-se em sua fronteira sul, o que demonstra uma rivalidade tão profunda quanto difusa entre Brasil e Argentina. Portanto, o ecumenismo de nossa política externa será sempre condicionado pela percepção de que as ameaças à estabilidade política brasileira ou ao seu território não poderiam gerar-se em local diverso das fronteiras do Sul (SEITENFUS, 1994, p. 98).

Paralelamente ao final do regime monárquico e a instauração da república no Brasil, em 1889, acontecem os primeiros congressos sob a temática do Pan-Americanismo. Para Oliveira (2005), embora seu início seja promovido por interesse do governo dos Estados Unidos para o seu fortalecimento em plano hemisférico, as conjunturas do pós-Crise de 1929 e as ideias de desenvolvimento da região sustentadas pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), criada pela ONU em 1948, transformam o quadro do objetivo pan-americano, culminando na formulação, pelo governo brasileiro de Juscelino Kubistchek (1956-1960), da chamada Operação Pan-Americana (OPA). Esta tinha por intenção requerer maior atenção – leiam-se investimentos – dos EUA aos países latino-americanos. Isto acabou não acontecendo, e a OPA, contando com o apoio “moral” da Argentina, acabou fomentando

maior cooperação entre os dois países e a criação de instituições internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

É importante destacar que, neste contexto de modificação da política externa brasileira pré-golpe militar de 1964, são constituídos os dois grupos-base do pensamento diplomático do Brasil que, de maneira geral, conduzem a prática externa do país até os dias atuais: os associacionistas e os independentistas – os primeiros, considerados como representantes do pensamento liberal, defendendo o relacionamento direto com os EUA (note-se, a potência hegemônica), com as decisões externas condicionadas pelos desígnios estabelecidos pelos norte-americanos e sistema internacional; os segundos, amparados no realismo, afirmando a necessidade de posição independente, não alinhada pré-determinadamente em relação às questões internacionais.

Na passagem entre as décadas de 1960 e 1970, as relações entre Argentina e Brasil, apesar de mostrarem desconfiança mútua, estreita-se pelo interesse brasileiro em estabelecer contatos com os países de seu entorno e reforçar comportamentos tidos como constantes de sua atuação internacional, principalmente a chamada cordialidade oficial. Entretanto, questões de segurança do espaço sul-americano se mostraram mais destacadamente que outras temáticas durante o governo Geisel (1974-1979), e o relacionamento com a Argentina teve momentos de acirramento, motivados pelos projetos de construção da usina hidrelétrica de Itaipu, na fronteira entre os dois países e o Paraguai. O apoio dado pelo Brasil à Argentina durante a Guerra das Malvinas (1982), porém, sinalizava a possibilidade de um relacionamento entre as duas partes baseado em confiança.

Nos anos 1980, arrastados pela crise institucional (ambos os regimes militares caíram entre 1983 e 1985), e vendo uma situação político-econômica mundial bastante desfavorável, os dois países acabam buscando a integração como medida de fortalecimento no espaço internacional, num processo gradual iniciado pelos governos do brasileiro Sarney (1985-1989) e do argentino Alfonsín (1983-1989). Seitenfus (1994, p. 100) observa que o guia “que orientará precipuamente a atitude dos dois países é a busca de crescimento simultâneo e abrangente. A expressão 'crescer juntos' consagra-se como emblema dos acordos que, a partir de meados de 1986, são firmados entre tais nações”.

Contudo, o processo de integração foi acelerado para uma concretização em tempo irreel de coordenação de arranjos internos e externos a partir das eleições de Collor de Melo (1990-1992) no Brasil e Menem (1990-1999) na Argentina (CERVO, 2008; GUIMARÃES, 2005; SEITENFUS, 1994). Em 1991, foram assinados os protocolos de criação do Mercosul, oficialmente fundado em 1994, que acabou por transformar-se em ponto de atenção especial

das políticas interna e externa dos dois países e no estudo das relações entre eles. Sua apressada instituição foi, para os autores citados, resultante da percepção neoliberal, à época predominante nos dois países, de um processo integracionista com posições extremamente comercialistas, de ampla abertura econômica e despreocupado com sistemas compensatórios e regulamentadores, visto que as duas economias não apresentavam a complementaridade necessária. O bloco intensificou tanto as trocas econômicas quanto o contato sociocultural entre os países, mas sua inacabada arquitetura criou situações de confrontação aberta, que motivaram a retomada de antigas e irrupção de novas rivalidades entre brasileiros e argentinos: “De projeto bem sucedido e acima das críticas, o Mercosul tornou-se uma espécie de obstáculo para a execução de algumas políticas econômicas nacionais” (GUIMARÃES, 2005, p. 419).

A partir dos anos 2000, com a derrocada dos governos que advogavam o neoliberalismo e a eleição de candidatos representantes da esquerda nos dois países, as relações entre Brasil e Argentina foram influenciadas, em grande medida, pelas discussões acerca de reformas do Mercosul, pois o processo integracionista expande-se para além das fronteiras desta organização. Modificam-se temáticas e formas de inserção internacional, tomando em perspectiva que a profunda crise vivida pelo vizinho platino em 2001 e sua posterior recuperação influenciaram as percepções brasileiras.

O aparecimento constante de Bolívia e, principalmente, Venezuela no contexto político da América do Sul – e na agenda jornalística internacional⁹ – são fatores que corroboram novas formulações. Deve ser destacado que as discussões não abandonam a temática comercial, mas fazem retornar, em grande medida, problemáticas de influência política e segurança no espaço sul-americano. Para Cervo (2008), a vitória em 2007 de Cristina Kirchner, a primeira presidente eleita da Argentina, marca a continuidade da plataforma de seu antecessor, Néstor Kirchner, em relação ao Brasil: em que pesem desentendimentos conjunturais relacionados às discussões econômicas, há busca por uma relação de proximidade entre os dois países, mesmo que estes estructurem sua política externa, guiados pela disposição multilateral¹⁰. Os argentinos acabam por compartilhar da “[...] ideia brasileira de um projeto desenvolvimentista para a América do Sul, abrindo-se novas perspectivas de cooperação bilateral e regional, até mesmo na área de indústria militar” (CERVO, 2008, p. 172).

9 Como notado a partir de pesquisas sobre o Estado da Arte para a realização deste trabalho.

10 Forma de ação em política externa que pressupõe contatos com diversos Estados, de maneira independente, visando estabelecimento de relações internacionais sem pré-condicionamentos restritivos, de acordo com Oliveira (2005), Cervo (2008) e Guimarães (2005).

O resgate resumido histórico das relações entre Brasil e Argentina mostra o embate entre as duas posições ideológicas quês destacadamente compõem o pensamento diplomático brasileiro. Em geral, os partidários da posição associacionista não demonstram afeição à dinâmica de uma integração não subordinada a ordenamentos exteriores ao relacionamento entre os dois parceiros. Por sua vez, correntes adeptas de posição independentista deram suporte à concepção de necessidade de um processo integratório com o país vizinho que siga diretrizes definidas no e pelo âmbito das relações entre os dois. Esta integração, mesmo que entendida como essencialmente econômica e política por certos grupos, mostra-se, como observado a partir dos processos históricos, também cultural e social.

Nesse sentido, destaca-se que a realidade social influencia de maneira decisiva as concepções das relações exteriores. Como se afirma dentro dos paradigmas construtivistas, não se efetiva uma objetividade imune à interpretação dos processos históricos, que subsidiam discursos e representações no conhecimento comum dos indivíduos. Pode-se perceber que as formas de apreender pessoas vistas como pertencentes a outros grupos (neste caso, os estrangeiros objetivados como “argentinos”) serão efetivadas por meio de tipificações. Em decorrência, intenta-se explicar sobre a instituição de visões sobre os argentinos na mídia, em específico no discurso jornalístico.

3.3 Representando os argentinos: estereótipos no discurso jornalístico

Como observa Silverstone (2002), a mídia é parte da textura geral da experiência humana na contemporaneidade. Ao estudá-la, tratamos com as interações entre seres humanos, o que engendra sua linguagem, aquilo que dizem e não dizem, como se reconhecem ou não se reconhecem, com seus intercâmbios políticos e com o que produzem em forma de tecnologia. Ou seja, trata-se da experiência humana, e esta tem, no campo do senso comum, seu lócus principal de existência.

É no mundo mundano que a mídia opera de maneira mais significativa. Ela filtra e molda realidades cotidianas, por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e a manutenção do senso comum. E é aqui, no que passa por senso comum, que devemos fundamentar o estudo da mídia (SILVERSTONE, 2002, p. 20).

No espaço-temporal do “aqui e agora”, experimentado como “a” realidade por se apresentar ao indivíduo como pronta e objetiva, instituída antes do aparecimento do sujeito

(BERGER, LUCKMANN, 1973), a experiência cotidiana mediada relaciona-se ao contato entre o indivíduo, em sua dimensão física, e sua psique, e é manifestada nas interações discursivas e sociais, como sustenta Silverstone (2002). O autor diz que, para a institucionalização dos discursos sociais que encarnam a experiência dos seres humanos, à qual os meios de comunicação cumprem função de grande importância, efetiva-se um procedimento classificatório, essencial à ordenação da vida social. Esta determinação da organização da realidade cotidiana não é uma atividade neutra, pois, sendo instituída em ambientes condicionados e ocasionando efeitos, acaba incorrendo em resultados nas ordens estabelecidas por outros, assim como também é dependente destas.

Aqui também nos confrontamos com uma estética e uma ética – uma política, essencialmente – da vida cotidiana, para os quais a mídia nos fornece, em importante grau, tanto os instrumentos quanto os problemas: os conceitos, as categorias e tecnologias para construir e defender distâncias; para construir e manter conexões (SILVERSTONE, 2002, p. 31-32).

A imposição de uma ordem aos fenômenos cotidianos é uma das temáticas sob as quais o jornalismo fundamenta-se, como relatam autores como Alsina (2009), Franciscato (2005), Traquina (1999; 2000), Tuchman (1999) e Wolf (2008), entre outros. Nas notícias, de acordo com Alsina (2009), a idealística concepção de exposição da verdade tem na emocionalidade um importante fator. O autor rejeita uma percepção de que a notícia trata apenas com o que é racional. Esta concepção é vista também no conceito do contrato de comunicação de Charaudeau (2007), para o qual a mídia noticiosa deve, no processo de estabelecimento do “acordo implícito”, conseguir atrair o público. Esta não se efetiva apenas na disposição “objetiva” dos fatos. Como o jornalismo tem características narrativas – o que permite a construção da trama de faticidades, como diz Tuchman (1999) –, estas devem ser utilizadas para o processo intersubjetivo de significação.

Alsina (2009) comenta que o “espaço mental” relaciona-se ao estabelecimento da condição de identidade e alteridade, enquanto que o “espaço sentimental” funciona para preencher valorativamente essas duas posições. O chamado “espaço sentimental”, por exemplo, estabelecerá a fronteira da filiação emocional e da ação contínua de identificação simbólica. Como referido anteriormente, o ponto principal de distinção do jornalismo internacional é a sua correlação a uma percepção de lugares bem demarcados entre o “aqui”, o nacional, e o “lá fora”, o internacional. Esta divisão é estruturada pela ordem institucional da existência de um sistema de Estados, e sentida internamente pela identificação nacional.

Institui-se, desse modo, uma separação muito clara entre o “nós” e o “eles”, ou entre “eu” e o “outro”. Por meio de tudo o que envolve o “nacional” pode-se observar a reificação de instituições sociais, com seus simbolismos, dinâmicas e lógicas próprias.

A identidade nacional vai referenciar, para os indivíduos, o conhecimento do outro por meio de tipificações estereotípicas, pois os estereótipos realizam o trabalho de compreensão mais fácil de novas informações. Este processo relaciona-se à necessidade do homem de dar sentido àquilo que ele observa e que o envolve. Como explanado anteriormente por Berger e Luckmann (1973), o indivíduo apreende novas situações por meio de tipificações – que, à medida que vão se distanciando de sua vivência cotidiana, constituem-se de maneira cada vez mais anônima.

Os estereótipos são formas de representação social que servem à integração, dentro do conhecimento dos indivíduos, de situações/instituições novas a partir de uma situação prévia supostamente objetiva – são integrados no acervo social do conhecimento, ou “aquilo que todo mundo sabe”. Citando estudos de Ferrés (1980), Vizeu (2006) diz que

[...] os estereótipos são representações sociais institucionalizadas, reiteradas e reducionistas. Trata-se de representações porque pressupõem uma visão compartilhada que um coletivo possui sobre o outro. Reiteradas porque criadas com base numa repetição. À base de rigidez e de reiteração, os estereótipos acabam parecendo naturais. A sua finalidade é, na realidade, que não pareçam formas de discurso, e sim de realidade. Finalmente, são reducionistas porque transformam uma realidade complexa em algo simples (VIZEU, 2006, p. 36).

As notícias sobre o que acontece no exterior, como quaisquer outras, são dependentes de uma instância enunciativa que consiga estabelecer o contrato de comunicação com o público a partir de um quadro de referências. Observa-se que o discurso jornalístico irá funcionar a partir de uma visão etnocêntrica, como se fosse os olhos do próprio público. No processo de mediação cultural realizado pela mídia informativa, por vezes são utilizadas representações sociais estereotípicas, que devem ser compreendidas dentro desta dinâmica.

Os meios de comunicação estabelecem um horizonte espacial cognitivo e emotivo, através do qual se estabelecem umas fronteiras que marcam os limites entre o “nós” e o “eles”. Isto é, os meios de comunicação concretizam processos de construção da identidade. [...] só precisamos dar uma olhada nos jornais de diversos países, para perceber que possuem um horizonte espacial, cognitivo e emotivo diferente. Ou seja, que qualquer tipo de informação é criada a partir de uma determinada perspectiva. Portanto, assim

podemos criar um “espaço mental” e um “espaço sentimental” (ALSINA, 2009, p. 271).

A função de permitir uma compreensão mais fácil da informação realizada pelos estereótipos pode incorrer na cristalização de significados negativos, pois, por funcionarem analogicamente, estabilizam enquadramentos. Alsina (2009) avança que esta integração de novos conhecimentos ao horizonte das percepções estabilizadas por meio dos estereótipos com acepções negativas poderá servir para justificar “[...] os privilégios e as diferenças intergrupais, pois eles não só são usados para dar sentido de forma instantânea, mas também para fazer uma classificação de acordo com uma ordem social” (ALSINA, 2009, p. 278). Valorando negativamente outros grupos, os estereótipos funcionam como forma de demarcar a fronteira entre os “normais” e os “desviantes” – neste sentido, há um claro indiciamento de superioridade do “eu” em relação ao “outro”. Este horizonte etnocêntrico de observação é costumeiramente reproduzido nas notícias internacionais, mesmo porque o contato entre diferentes realidades socioculturais acaba motivando comparações ora implícitas, ora explícitas, mas essenciais à compreensão das realidades exógenas.

Por isso, a cultura de um grupo considera-se, moral e culturalmente, mais valiosa do que a outra. Isso pressupõe a incapacidade de reconhecer que a diferença não implica a inferioridade dos grupos diferenciados. Tudo isso pode também alimentar comportamentos xenófobos, racistas e etnocêntricos (ALSINA, 2009, p. 278-279).

O etnocentrismo preponderante nas notícias sobre o mundo também notado no jornalismo internacional produzido pela mídia brasileira, de acordo com Wainberg (2006). Esta situação se manifestaria pela exposição de uma vontade de afirmar uma superioridade brasileira sobre o continente:

No fundo, há sempre o sonho do Brasil potência, da auto-imagem de nação líder do hemisfério e de uma relação multilateral que expressa o seu desejo geopolítico de ocupar o papel de destaque na ONU e ser respeitado internacionalmente por suas especiais condições de país continental, com amplo mercado consumidor e sofisticada rede produtiva de bens e serviços (WAINBERG, 2006, p. 44).

Os itens destacados pelo autor podem ser tomados, dentro das RI, como indicativo de um ator global (*global-player*), um Estado que se mostra relevante dentro do sistema

internacional. No caso brasileiro, o espaço político da América do Sul e, de certa forma, o sociocultural da América Latina¹¹, são tomados como instâncias de comparação. É reiterada a força econômica e política do país, em face à situação menos favorável dos vizinhos. Steinberger (2005) diz que este posicionamento das empresas jornalísticas brasileiras reproduz estruturas do imaginário dos países desenvolvidos acerca dos Estados em desenvolvimento. Estes acabam sendo tratados como atrasados, numa situação que parece ser de regozijo dos próprios brasileiros, como se instituindo como superiores dentro do continente a partir de sua alegada pujança frente à situação caótica dos outros lugares.

A apreensão do outro pelo jornalista brasileiro acaba dando a ver as valorações realizadas na compreensão do mundo pelo profissional. O ambiente internacional, como observam os construtivistas, não é instituído dentro de uma neutralidade¹². Nas notícias, os países (e suas identidades nacionais) são abordados de maneira com que sejam compreendidos pelo público. No caso da relação entre Brasil e Argentina, as interpretações da história em conjunto experienciada pelas duas unidades nacionais irá servir como amparo à instituição de estereótipos sobre “eles”. Importa aqui notar que esta relação em comum engendra e é engendrada, ao mesmo tempo, pelo contato que os brasileiros estabelecem com a América do Sul/América Latina.

Segundo Ribeiro (2002), as formas de representação de coletividades dividem-se em duas frentes: maneiras de representar nosso pertencimento a certas estruturas sócio-político-culturais e formas de representar o pertencimento do outro a estruturas sócio-político-culturais distintas. Este diferenciamento se delinea pelos estereótipos, que, embora sejam estruturas persistentes, não são estáticos, sendo tanto referidos quanto reconfigurados discursivamente.

Os modos de representar coletividades baseiam-se comumente em estereótipos, em reduções das características e diferenciações internas de um determinado grupamento social complexo e, por definição, heterogêneo. São, portanto, modos de construir homogeneidade, histórica e circunstancialmente estabelecidos (RIBEIRO, 2002, p. 237).

Estudos realizados por Pozobon (2009; STRASSBURGER, 2010) referenciam matrizes históricas residuais incidindo nas percepções contemporâneas acerca da identidade

11 O espaço latino-americano é colocado como sociocultural apesar da consciência de que esta indicação é presente em considerações tanto políticas quanto econômicas, segundo autores como Capelato (2000), Fernandes (1998) e Rouquié (1991). Esta divisão é feita por tratar-se repetidamente na pesquisa de temas que concernem apenas aos países da América do Sul. Contudo, compreende-se que a existência de um imaginário sobre a *Latinoamérica* é bastante significativa, tanto que se nota o uso do termo “latinos” como sinônimo de “sul-americanos” nas revistas.

12 Assim como nenhuma instituição social, assevera-se.

argentina, sendo que estas são trabalhadas e resignificadas por meio dos produtos midiáticos. Ademais dos processos históricos referenciados na rivalidade, percepções de uma Argentina saudosa de suas raízes europeias são recorrentes, conformando a visão do europeísmo. Desde o apelido racista de *macaquitos* dado aos brasileiros, quanto à pilhéria de dizer que o argentino “[...] fala espanhol, gesticula como italiano e acredita que é inglês” (RIBEIRO, 2002, p. 249), o europeísmo aparece, significativamente, em oposição ao elemento do tropicalismo creditado como constitutivo da identidade brasileira. Tal percepção também é invólucro para contraposições, como dramaticidade e arrogância dos argentinos versus alegria e humildade dos brasileiros.

As relações entre os dois países é o que pode ser indiciado pelo termo mais utilizado pelos brasileiros no tratamento aos argentinos: *hermanos*. Jacks, Benetti e Müller (2004), em investigação sobre a imagem dos argentinos construída por jornais gaúchos e catarinenses, buscam desconstruir essa designação. Para as autoras, a palavra *hermanos* engendra, por trás da aparente característica fraterna, um tratamento preconceituoso, baseado na ideia de rivalidade. Constrói-se mesmo a imagem de um povo inimigo, sendo que a representação de turistas é assentada como de invasores e desordeiros, julgando-se apenas seu lugar de origem. Não obstante, reforça-se a importância da mídia na representação do outro – neste caso, bastante negativa.

Os trabalhos citados enfocando a Argentina indicam uma persistência de estereótipos de discursos históricos sobre os argentinos (mobilizando, por vezes, sentidos sobre os latino-americanos em geral) na construção noticiosa. Em virtude de um relacionamento de grande proximidade, esta situação é compreensível no tocante à relacionar acontecimentos à uma memória constituída sobre o outro. Parecem-se afirmar os dizeres de Alsina (2009) de que os jornalistas não conseguem evitar a utilização de estereótipos na produção de material sobre aqueles que se encontram mais distantes. Neste caso, novos acontecimentos envolvendo o outro são expostos em meio a moldes “consagrados”, o que ocasiona um sentido de certa repetição à realidade externa, especificamente ao que acontece na Argentina ou que envolve brasileiros e argentinos.

Devido à posição alcançada pela instância jornalística nas sociedades contemporâneas, acredita-se que é necessário observar suas especificidades para tratar de sua importância no contexto da experiência social. Em acordo, procede-se no próximo capítulo ao estudo do jornalismo internacional, buscando entender sua constituição. Ele mostra-se como um espaço onde diferentes temáticas são trabalhadas tendo, por pressuposto inicial, a consideração de que acontecem no espaço estrangeiro, fora dos limites impostos pelo Estado-nação. Entende-

se o do jornalismo como discurso (BENETTI, 2008), e considera-se, de acordo com Charaudeau (2007), que o dispositivo – ou seja, o meio físico – da mensagem é de grande importância para a efetivação da comunicação jornalística, o que incorre também na consideração do meio revista para esta investigação.

4 O MUNDO POR SE VER

Ao tratar aqui do jornalismo internacional nas revistas semanais de informação geral Carta Capital, Época, IstoÉ e Veja, deve-se atentar para diferentes problemáticas. De início, duas são notórias: o jornalismo internacional, por trabalhar com temática vistas como externas ao cotidiano dos indivíduos, terá uma organização diferente do jornalismo local; as revistas realizam uma prática jornalística diferente dos outros meios de comunicação, pois o critério de atualidade, por exemplo, contempla o presente em forma de maior extensão temporal do que acontece em jornais diários e telejornais televisivos. Ele é concebido como um produto *sui generis*, que terá suas características delineadas ao longo do texto.

Apresenta-se uma reflexão acerca das notícias sobre o mundo como uma forma de construção que estas realizam para “fazer ver” o ambiente internacional. Como se delineiam questões relativas à instituição de um mundo social por parte dos indivíduos ao longo do texto, defende-se que a notícia que trata de acontecimentos no exterior irá apoiar-se, e ao mesmo tempo apoiará, a estruturação do espaço mundial por meio de seu funcionamento discursivo.

Intenta-se realizar uma contextualização da gênese e do funcionamento do jornalismo internacional. Esta estruturação será importante para a compreensão do funcionamento da atividade jornalística na estruturação da realidade mundial.

4.1 Nascimento do jornalismo internacional: construindo o “lá fora”

O jornalismo internacional apresenta-se comportando diversos âmbitos, pois as notícias definidas como concernentes ao exterior podem ser sobre economia, política, cultura, etc. O que se mostra como característica primária desse gênero é a percepção de uma ordem geográfica (AGUIAR, 2008; NATALI, 2004). Neste caso, as fronteiras físicas do Estado são reproduzidas pelo jornalismo ao definir uma notícia como circunscrita a esta editoria.

A definição, embora pareça básica e simplória, engendra boa parte das problemáticas que a construção noticiosa sobre os acontecimentos mundiais irá apresentar. O ambiente internacional não é, na maioria dos casos, a realidade cotidiana dos indivíduos. Berger e Luckmann (1973) comentam que a percepção corpórea do presente, do “aqui e agora”, representa a esfera de realidade dominante dos homens. Ela é acreditada como sendo “a” realidade: “Não requer maior verificação, que se estenda além de sua simples presença. Está

simplesmente aí, como facticidade evidente por si mesma e compulsória. Sei que é real” (BERGER; LUCKMANN, 1973, p. 41). Ela se efetiva como um mundo intersubjetivo, compondo, a partir de um entendimento de significados, o conhecimento do senso comum. Sabe-se que existem outras esferas do real, mas, quando estas são buscadas, procede-se à tentativa de traduzir as experiências nestas outras “dimensões” à realidade do cotidiano.

O jornalismo internacional deve funcionar na interpretação das realidades “externas”. Esta se referencia na consideração de que a instância jornalística, investida de um papel definido como particular dentro da estrutura social, acabou por desenvolver uma “[...] legitimidade social para produzir, para um público amplo, disperso e diferenciado, uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas” (FRANCISCATO, 2005, p. 167). A ideia de objetividade, ou de uma transposição objetiva dos fatos para um suporte físico (imprensa, televisão, rádio, etc.) é inerente à ideologia jornalística – afinal, o público consumidor quer saber o que “acontece” no mundo. Pode-se, inclusive, expandir a ideia de mundo apresentada para abarcar os países constituintes da ordem estatal mundial, visto que, de acordo com autores como Aguiar (2008) e Natali (2004), o jornalismo, de certa maneira, nasceu internacional. Sua origem se encontraria em boletins de notícias mercantis que a burguesia holandesa utilizava em suas negociações com outros países, no século XVII – o que denota uma preocupação congênita acerca de assuntos políticos e econômicos.

Thompson (1995) não afirma categoricamente a genealogia do jornalismo nos mesmos termos, mas salienta que o desenvolvimento da imprensa nesta época encontra-se no bojo das transformações dos padrões de comunicação na Europa da Idade Moderna, junto ao estabelecimento de serviços postais regulares entre os nascentes Estados. Os periódicos informativos tiveram seu surgimento na segunda metade do século XVI, mas as origens dos jornais modernos são geralmente situadas nas primeiras duas décadas do século XVII, quando se fixou com mais regularidade sua circulação. O autor comenta que, por volta de 1620, Amsterdã tornara-se o ponto central do comércio de notícias, em especial pelo interesse do público na Guerra dos Trinta Anos.

Muitas das primeiras formas de jornal se preocupavam com notícias do estrangeiro, IstoÉ, com eventos que estavam acontecendo (ou tinham acontecido) em lugares distantes. Os indivíduos que liam estes jornais, ou escutavam sua leitura por outros, ficavam conhecendo fatos acontecidos em lugares os mais distantes da Europa – fatos que eles nunca poderiam testemunhar diretamente, em lugares que eles nunca iriam visitar. Por isso a circulação destas formas primitivas de jornal ajudou a criar a percepção de

um mundo de acontecimentos, muito distantes do ambiente imediato dos indivíduos, mas que tinha alguma relevância potencial para suas vidas (THOMPSON, 1998, p. 65).

A alegoria é condizente com o próprio desenvolvimento da instância jornalística. No trabalho do profissional e na busca de notícias pelo público está a ideia que as notícias podem revelar a verdade do mundo – o que serviria, de certa forma, para que aqueles que as consomem saibam como agir diante desta realidade. Contudo, este processo de “conhecer o real” é baseado em diversas assertivas, que devem ser tomadas, objetiva e subjetivamente, como verdade para que ele se efetive. Para o momento, importa dizer que

[...] 'realidade' é uma qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente da nossa própria volição ('não podemos desejar que não existam'), e definir 'conhecimento' como a certeza de que os fenômenos são reais e possuem características específicas. É neste sentido (declaradamente simplista) que estes termos têm importância tanto para o homem da rua como para o filósofo (BERGER, LUCKMANN, 1973, p. 11).

Deve-se perceber que uma importante parte da discussão acerca do campo jornalístico é realizada sobre a possibilidade ou não de aferição do real. Neste trabalho, contempla-se, de acordo com diversos autores¹³, a consideração da notícia como uma forma de construção social da realidade – a notícia sendo estruturadora da sua própria realidade. Em decorrência, medita-se, a partir das perspectivas construcionistas de investigação do jornalismo, o estudo do jornalismo internacional como um espaço de construção social da realidade internacional. Esta possibilidade, acredita-se, só é possível mediante a investigação das maneiras pelas quais a instância jornalística funciona na instituição social de valores, normas (escritas e não escritas) e visões de mundo que orientam a vivência cotidiana.

Para tanto, considera-se, de acordo com as reflexões de Benetti (2007, 2008) e Charaudeau (2007), o jornalismo configurado como discursivo por abranger, em sua dinâmica, efeitos de realidade, envolvendo diversos sujeitos além do leitor e do jornalista, tais como as fontes dos acontecimentos noticiosos, as empresas jornalísticas e mesmo os anunciantes que sustentam financeiramente os empreendimentos jornalísticos. Como discurso, o jornalismo só acontece intersubjetivamente, o que condiz com a observação de que “[...] os interlocutores devem reconhecer as permissões e restrições dos sistemas de formação do

¹³ Alsina (2009), Franciscato (2005), Hackett (1999), Hall et all (1999), Lage (2001, 2005), Meditsch (1997), Molotch e Lester (1999), Traquina (1999, 2000), Tuchman (1999), White (1999), Wolf (2008)

jornalismo, sendo capazes de reconhecer os elementos que definem o gênero” (BENETTI, 2008, p. 19) – um reconhecimento implícito, concretizado no estabelecimento do contrato de comunicação.

Ressalta-se que, para sua inscrição no processo construtivo social, a instância jornalística deve, de certa maneira, negá-lo. Caso contrário, não poderia efetivar uma de suas premissas (ao menos, supostas) mais básicas: a de que existe uma realidade objetiva lá fora, e que o jornalismo existe como o farol de captação e revelação desta verdade. Esta situação é mais emblemática ainda no jornalismo internacional, onde o “lá fora” representa uma exterioridade que, ao menos, possui contornos mais definidos, representados tanto por símbolos culturais como por, muitas vezes, marcos geográficos – apesar de, como defendemos nesta investigação, mesmo que esta existência objetiva (e, também, subjetiva) indique que a materialidade ontológica do Estado simplesmente não exista (WENDT, 1992). Ao cabo, os objetos físicos que denominamos como constituintes/instituintes das fronteiras nacionais, que podem ser tomados como elementos de tematização de áreas como a Geografia ou a Geologia, terão significado apenas quando postos dentro das objetivações nas/pelas das estruturas de poder simbólico que orientam a experiência social, de acordo com Thompson (1998), ou seja, inscritas na cultura.

Exemplifica-se: um espaço preenchido por água corrente, que se denomina genericamente em português como um “rio”, terá uma segunda denominação, mais específica, tornando-se, para nós, “rio Uruguai”. Este ente – pois ele passa a existir no nível simbólico como detentor da qualidade de ser – acaba sendo historicizado, “carregando” uma trajetória de existência que definida discursivamente, e que será por materializada na linguagem. Mas como a linguagem não é transparente, os discursos nunca são estáticos e sempre apresentam rachaduras¹⁴ e a instituição social nunca é um processo que se completa de forma totalizante¹⁵, o rio Uruguai poderá representar um sem-número de definições. Ao mesmo tempo em que ele é simbolicamente componente da fronteira entre Brasil e Argentina, ele pode: ser observado como um espaço de tensão entre os dois países; ser um ponto de encontro entre os dois países; ser visto como berço das nações do continente, etc. Todas as considerações tecidas sobre a importância do rio Uruguai como local de fronteira entre os dois países só farão sentido a partir de uma disposição prévia de grupos de pessoas conhecerem e aceitarem a existência de outros dois entes: Brasil e Argentina. Neste caso, também entenderão como objetivas as concepções coletivizantes “brasileiros” e “argentinos” (que não são o mesmo que Brasil e

14 Como afirmam Mariani (1998) e Orlandi (2005).

15 Berger e Luckmann (1973).

Argentina, incorrendo em outras “lógicas próprias”, apesar de relacionadas). Ou seja, eles só podem ser significados dentro de um conhecimento intersubjetivo destas figuras estatais – o que será derivado e, dialeticamente, derivará em outros processos sobre os quais se discorre posteriormente.

Mirando uma explanação acerca dos processos constitutivos da instância jornalística internacional, empreendemos possibilidades de constituir novas visões investigativas acerca do mesmo. Isto nos será fundamental para discutirmos o funcionamento do discurso jornalístico internacional nas revistas semanais de informação geral que compõem nosso objeto de pesquisa.

4.2 Contando histórias sobre o mundo

Destaca-se que o jornalismo envolve duas perspectivas: a instituição jornalística e a atividade jornalística. O jornalismo “[...] é, ao mesmo tempo, um ‘corpo’, uma forma social e uma estrutura operacional de produção” (FRANCISCATO, 2005, p. 166), posto que se trate de uma instituição que engendra uma racionalidade própria. A ação jornalística abrange “[...] o conjunto das práticas (habilidades e técnicas) executadas pelos jornalistas e das normas, valores e conhecimentos específicos que conformam, dão discernimento e orientam esta prática” (FRANCISCATO, 2005, p. 166).

A junção entre a imagem de um corpo social instituído e as formas de ação dos representantes desta instituição pode ser percebida na formação do que Traquina (2000) sustenta como a identidade jornalística. Há um movimento concomitante de busca da afirmação social das empresas, baseando sua legitimidade num profissionalismo semelhante ao que orienta as atividades nos campos da medicina e do direito, junto ao desenvolvimento das características do fazer jornalístico, englobadas no que se faculta como *ethos* da profissão e nos preceitos que a orientam.

[...] a noção de ‘imprensa livre’ ou o jornalismo como ‘quarto poder’, que definiram um *ethos* próprio para os jornalistas, nomeadamente o de um comunicador desinteressado que não só serve à opinião pública e constitui uma arma, imprescindível em democracia, contra a tirania insensível ou quaisquer eventuais abusos de poder, mas também que se sente comprometido com a verdade.

[...] Para além do *ethos* profissional, existe um conjunto de normas, rituais e valores (a objectividade, a independência, o imediatismo) que formam

uma ideologia profissional, cimento essencial na definição do ‘ser jornalista’ (TRAQUINA, 2000, p. 25).

É representativa a conformação de uma cultura jornalística, pois, mais do que influenciar, esta é definidora do resultado de seu trabalho – a notícia¹⁶. Primordial para compreender o que é notícia é a noção de que nem todo acontecimento será transformado em notícia. Dentre a enormidade de fatos que ocorrem todos os dias, em todos os lugares, apenas uma parte ínfima acaba realmente “acontecendo” aos olhos de uma coletividade-público. Rodrigues (1999) afirma que, além dos acontecimentos imprevisíveis ou inesperados, que constituiriam a matéria-prima da qual seriam feitas as notícias por abalarem a ordem social, há outra categoria de acontecimentos que também serão transformados em produto noticioso. Estes são denominados meta-acontecimentos, e caracterizam-se por ser “[..] a realização técnica das instâncias discursivas; é um discurso feito ação e uma ação feita discurso” (RODRIGUES, 1999, p. 30). Surgem ao apresentarem-se à existência midiática e, por este motivo, inscrevem-se num mundo simbólico. A tentativa de dar ao discurso jornalístico propriedade de verificação da realidade torna-se medida ilusória e idealizada, tarefa que só seria permitida dentro de um mundo ordenado por uma suposta “verdade universal” inabalável.

Molotch e Lester (1999) apresentam um quadro teórico a partir do qual o processo de produção das notícias torna-se mais claro. Eles identificam a organização da atividade jornalística a partir de uma relação entre três instâncias: a) Promotores de notícias (*news promoters*); b) Jornalistas (*news assemblers*); c) Consumidores de notícias (*news consumers*). Os acontecimentos são “coletados” primordialmente na interação entre as duas primeiras instâncias – atendendo a diferentes necessidades dentro deste intercâmbio – para serem construídos como notícia na segunda e disponibilizados à terceira. A notícia pode ser considerada como uma “estória”, uma narrativa permeada por uma ideia de objetividade que escamoteia diversos processos constitutivos (TUCHMAN, 1999). Estes são fundamentados na utilização de critérios de noticiabilidade relativos a valores-notícia dos acontecimentos, numa cadeia de definições operacionais de objetividade incorporada ao *ethos* jornalístico antes mencionado. É importante ressaltar que estes critérios de noticiabilidade apresentam-se como uma forma de organização do trabalho jornalístico relacionada às imposições do tempo,

¹⁶ A notícia é “um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo espaço temático, tendo um caráter de novidade, proveniente de uma determinada fonte e podendo ser discursivamente tratado” (CHARAUDEAU, 2007, p. 132).

considerando-se que o jornalismo busca uma estruturação da ordem temporal para a concretização de sua prática.

Wolf (2008) explica os valores-notícia, que idealmente definem quais acontecimentos deverão tornar-se notícia. São critérios de relevância empregados desde a apuração de um fato até sua finalização na redação, e guiam os profissionais nesta trajetória. Por esse motivo, esses valores não funcionam de forma independente, mas completando-se. Eles permitem agilidade ao processo de seleção dos acontecimentos e, desta forma, mantém-se o fluxo noticioso do veículo midiático. Para evitar problemas acerca da utilização de diferentes valores-notícia, sua aplicação segue uma forma na qual os profissionais com mais poder na organização hierárquica da empresa definem quais serão os critérios para cada notícia.

Destaca-se, segundo Wolf (2008), a divisão dos valores-notícia em dois grupos: os de seleção e os de construção da notícia. A organização dos valores-notícia é relativa: “[...] a) a características substantivas das notícias; ao seu conteúdo; b) à disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo; c) ao público; d) à concorrência” (WOLF, 2008, p. 207). Em relação ao conjunto das “características substantivas das notícias”, o autor faz o destaque de quatro variáveis: grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável; impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; quantidade de pessoas que o acontecimento envolve; e relevância e significatividade do acontecimento em relação aos desenvolvimentos futuros de uma determinada situação.

Toma-se a segunda variável para um exame mais detalhado: “O segundo fator que operativamente determina a importância de um acontecimento é a sua potencialidade de influir ou de incidir sobre os interesses do país” (WOLF, 2008, p. 210). Na sua problematização, o autor refere-se a uma consonância entre o sistema de valores ideológicos e os objetivos próprios do país para a decisão de um evento como fato noticioso. Contudo, como se busca mostrar no presente trabalho, tratar como dois espaços separados os valores ideológicos e os interesses nacionais é incorrer no equívoco de crer que um Estado tenha objetivos de forma independente dos que o administram. É reificar estruturas sociais – torná-las apartadas da experiência humana, como se existissem por si só, de acordo com Berger e Luckmann (1973) e os teóricos construtivistas¹⁷ que serão vistos no próximo capítulo. A utilização da figura de um “interesse nacional” designando a construção noticiosa é tema de relevo para esta investigação.

17 Adler (1999), Falk (1996), Finnemore (1996), Kowert (1996), Onuf (1996), Resende (2010), Wendt (1992, 1999).

Como diz Tuchman (2003), os valores-notícia serão definidos de maneira subjetiva, como se introjetados na figura do profissional e, a partir dele, definidos de maneira “imparcial”. Exemplo desta constatação é a ideia do *gatekeeper*. Esse conceito é operado a partir de um entendimento que, dentro do processo de construção noticiosa, alguns jornalistas possuem o papel de selecionar acontecimentos, decidindo o que, no universo de acontecimentos dispostos pelos *news promoters*, será escolhido para a transformação em notícia, funcionando como um “guardião” – procedimento muitas vezes relacionado à editoria de internacional. Para o profissional ou grupo que desempenha esta função, a seleção acontece a partir de parâmetros objetivos, relativos ao aprendizado da profissão. Em um trabalho seminal sobre o assunto, White (1999) acompanha o trabalho de seleção e rejeição das notícias por um editor-chefe de um jornal mediano no interior dos Estados Unidos, apelidado de “Mr. Gates”. O pesquisador classificou as notícias que tinham passado pelo *gatekeeper* em dois grupos: a) matérias rejeitadas por não serem consideradas importantes, e b) notícias selecionadas a partir do descarte de outras sobre o mesmo acontecimento.

O conjunto de motivos subjetivos definidos para a rejeição do material noticioso por parte de Mr. Gates indica que as decisões do profissional que acabam configurando a realidade para o veículo, pois

na sua posição de *gatekeeper*, o editor do jornal providencia (apesar de nunca estar consciente deste fato) para que a comunidade ouça como fato somente aqueles acontecimentos que o jornalista, como representante de sua cultura, acredita serem verdade (WHITE, 1999, p. 151).

A ideia do *gatekeeper* deve ser tomada como uma perspectiva que envolve, além das considerações somente “profissionais”, questões relativas aos interesses da empresa, por exemplo. No caso da editoria de internacional, é importante considerar também que há um consumo mais restrito das notícias. Wainberg (2006) comenta que, no Brasil, isso acontece pela identificação do jornalismo internacional a um conteúdo de elite, o que indica uma não-identificação do público mais geral aos temas abordados pela necessidade de maior arcabouço de conhecimento para a compreensão das notícias.

O que se torna acontecimento noticioso internacional relaciona-se à efetivação de julgamentos acerca da importância da inclusão dos acontecimentos no noticiário disponibilizado ao público. Torna-se opaca a subjetividade constitutiva destes e percebe-se a manifestação de uma escala valorativa acerca do que é relevante saber sobre o mundo.

Considerando a perspectiva do *newsmaking*¹⁸ que aqui se contempla, o escalonamento de valores para a definição do que é acontecimento noticioso e o processo de decisão sobre qual, entre os diversos relatos sobre um fato, aquele que vale a pena ser publicado, fazem parte de um “ritual estratégico” da profissão (TUCHMAN, 1999). Ele é operado por uma lógica de critérios de noticiabilidade que englobam os valores-notícia citados anteriormente e que, conjugados, derivam na concepção de objetividade jornalística. Para a teórica, os jornalistas utilizam a ideia de objetividade como uma forma de enfrentar os críticos – afinal, contar o que acontece no mundo é uma tarefa de grande responsabilidade, e envolve decisivamente valores como a credibilidade que a instância jornalística precisa conservar, como dizem autores como Benetti (2008), Traquina (1999) e Wolf (2008).

Como previamente explanado, o jornalismo internacional possui significativas diferenças com outras formas jornalísticas. Um dos pontos está justamente na consecução de um dos “rituais estratégicos da profissão”. No caso da construção da notícia internacional, o processo dá-se, em alguns sentidos, de forma diferente que o do “nacional”. Sua mecânica de atuação pode ser definida como pré-mediaticizada, segundo Aguiar (2008), porque como o trabalho de apuração dos acontecimentos é realizado, na maior parte das vezes, à distância, além de ser dependente de outras mídias. Charaudeau (2007) diz que o afastamento espacial do local onde esses fatos jornalísticos acontecem obriga as empresas a buscarem formas de descobri-los e alcançá-los. Para tal fim, elas utilizam outras empresas que prestam serviços de informação (agências), mantêm redes mundiais de colaboradores (correspondentes), procuram informações divulgadas por fontes oficiais (ou oficiosas) e apelam para um sem-número de testemunhas.

Apesar das outras formas dispostas por Charaudeau (2007), destaca-se que, devido aos altos custos de manutenção de correspondentes internacionais ou mesmo enviados especiais, as empresas de jornalismo utilizam-se dos serviços das agências de notícias – mesmo porque as agências usam reiteradamente fontes oficiais (AGUIAR, 2008; NATALI, 2004; STEINBERGER, 2005), o que é, em geral, um fator de credibilidade, e também porque as outras notícias distribuídas por estas agências possuem um núcleo fundador “[...] constituído justamente por estas fontes ‘anônimas’, que nos noticiários e nos jornais raramente aparecem como origem efetiva do que é comunicado” (WOLF, 2008, p.244). Citando Golding-Elliott (1979), o autor define três aspectos relacionados à utilização destas empresas de distribuição

¹⁸ Em resumo, para Traquina (1999), a notícia é dependente de seis condições de produção: a “realidade”, ou formas como se apresentam os acontecimentos; as coações estabelecidas pelo sistema organizacional aos jornalistas; as formas de narração utilizadas pelos jornalistas; as rotinas produtivas que estruturam a prática dos profissionais; a intencionalidade das fontes utilizadas e a dinâmica destas com os jornalistas; e os chamados “valores-notícia” dos jornalistas.

noticiosa: o custo de manutenção de correspondentes é proibitivo para a grande maioria dos meios de comunicação; em decorrência disso, cria-se uma homogeneidade dos conteúdos noticiosos, assim como da forma destes; por fim, como as notícias das agências indiciam acontecimentos para que as empresas enviem correspondentes, elas acabam funcionando como sinal de alarme sobre o que está acontecendo no mundo. O trabalho dos jornalistas que tratam com a publicação das notícias sobre o exterior depende visceralmente das agências de notícias, a quem são dirigidas as funções de “olhar” o mundo e “entregá-lo”, por meio do despacho (nome dado ao conjunto das notícias internacionais), aos diversos meios de comunicação em cada país.

É uma constante entre os autores¹⁹ que as agências tornaram viável a estruturação da atividade jornalística transnacional²⁰. Em seu início, no século XIX, a coleta e distribuição do material noticioso por parte dessas empresas foi organizada gradativamente até que houvesse uma divisão de áreas mundiais de atuação, com a monopolização do tráfego noticioso pelas três maiores: Reuters, da Grã-Bretanha, Havas, da França, e Wolff, da Alemanha. Sobre esta questão, Hester (1980) comenta que as agências não criaram modelos básicos dos canais de notícias internacionais, mas sim se aproveitaram de redes de comunicação previamente existentes, estabelecidas de acordo com os interesses dos Estados às quais pertenciam. As empresas desenvolviam seu trabalho com o suporte das elites político-econômicas dos países que lhes serviam como sedes.

O recente trabalho de Aguiar (2008) mostra que a força das agências de notícia mantém-se dentro da lógica organizacional das empresas jornalísticas, mesmo diante dos canais abertos na contemporaneidade pelas redes de informação, destacadamente a internet. Para o autor, como observou Hester em 1980, é irônico, por exemplo, que países da América Latina recebam informações sobre os Estados vizinhos não diretamente por eles, mas pelas agências²¹ baseadas em terceiros países, destacadamente aqueles considerados como “desenvolvidos” – Estados Unidos e países europeus como Grã-Bretanha, França e Alemanha. De acordo com Reyes Matta (1980), o investimento feito pelo governo norte-americano no

19 Aguiar (2008), Hester (1980), Natali (2004) Reyes Matta (1980), Steinberger (2005), Thompson (1998), Wolf (2008).

20 Resgatando a formação das agências, Hester comenta que “as agências noticiosas internacionais do ocidente tiveram início durante os séculos XIX e XX na Europa e Norte-América, para satisfazer as necessidades de informação nos meios massivos [...]. Os custos de manutenção de correspondentes no estrangeiro sempre foram altos em relação aos custos de pessoal local de notícias e só alguns poucos dentre os meios massivos podiam custear a cobertura direta de eventos que tiveram lugar fora de suas fronteiras” (HESTER, 1980, p. 76).

21 Na atualidade (AGUIAR, 2008), as principais agências noticiosas, tendo como referência a contagem geral de clientes e o volume de material disponibilizado, são Associated Press e Bloomberg (EUA), Reuters (Grã-Bretanha), Agence France-Presse (França), EFE (Espanha), ANSA (Itália) e DPA (Alemanha).

início do século XX para o desenvolvimento de suas agências de notícia representa a preocupação em relação à imagem construída acerca dos EUA pelas agências de outros países. Acreditava-se que estas noticiavam aspectos que indicavam uma “imagem distorcida” do que eram os Estados Unidos – o que é visto pelo autor como análogo ao que acontece em relação aos países da América Latina nas notícias distribuídas pelas agências dos países citados anteriormente.

A aproximação das conclusões entre autores que realizaram trabalhos nas décadas de 1960 e 1970 e teóricos que fizeram estudos mais recentes é um ponto que merece breve comentário. Tais preocupações demonstram que as agências de notícias, mesmo diante de um mundo interconectado, ainda são a fonte primordial de acontecimentos publicados pela imprensa sobre o ambiente internacional. Contudo, as preocupações dos teóricos de décadas passadas, conjugadas às dos atuais, ilustram a questão de que olhar o mundo a partir das notícias significa confiar em relatos que outros fazem sobre este mundo – afinal, se os relatos não fossem confiáveis, não seriam publicados. Essa é uma concepção complicada: além de atribuir às agências o papel de irradiadoras mundiais de notícias desvirtuadas dos fatos, ainda atribui ao discurso jornalístico o próprio valor de elemento de constatação da realidade.

A consideração do jornalismo como gênero discursivo faz-se necessária para uma melhor compreensão. Como discurso, ele é “a) dialógico; b) polifônico; c) opaco; d) ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos; e) elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares” (BENETTI, 2007, p. 107). Analisando a ideia de contrato de comunicação midiático²² de Charaudeau (2007), Benetti (2008) observa que o jornalismo funciona a partir de “efeitos de verdade”, baseado na convicção de que o interlocutor está afirmando algo verdadeiro – uma situação distinta da do “valor de verdade”, que remete às afirmações científicas. Para que se estabeleça uma relação entre a instância emissora e a receptora das mensagens jornalísticas, deve haver um acordo prévio para que esta mensagem seja integrada a um quadro de referência. Os participantes dessa relação “[...] se encontram numa situação de dever subscrever, antes de qualquer intenção e estratégia particular, a um contrato de reconhecimento das condições de troca linguageira em que estão envolvidos” (CHARAUDEAU, 2007, p. 68). O contrato pressupõe a crença na efetividade do processo comunicativo jornalístico como “transmissor” da realidade pelo público – o jornalismo só existe intersubjetivamente.

22 Tomado, aqui, como contrato jornalístico (BENETTI, 2008).

Pode-se analisar essa situação a partir do prisma da credibilidade. De acordo com Miguel (1999), o jornalismo acabou por configurar-se como um sistema perito²³ na sociedade moderna (que, entre outras características, apresenta uma expressiva condição de autonomia em relação aos seus dependentes e implica em confiança significativa de sua competência), e a credibilidade que ele ostenta “[...] deriva da compreensão (social) de que ele é uma prática autorizada a narrar” (BENETTI, 2008, p. 21). A credibilidade é uma situação definida de maneira relacional e, no caso do jornalismo, envolve os polos produtor/emissor da informação e o receptor.

A verdade e a credibilidade tanto estruturam o gênero jornalístico quanto são instituídas por ele, em uma relação orgânica. Os procedimentos que asseguram os efeitos de verdade são legítimos para o jornalismo porque são baseados em estratégias que buscam a confiabilidade, sob pena de ruptura do contrato de comunicação. Nenhum discurso está livre da verdade como efeito, e o jornalismo não seria diferente: a verdade como construção, como crença e como convicção (BENETTI, 2008, p. 25).

Reportando-se ao jornalismo internacional, a mirada parcial das agências de notícias sobre certas partes do globo é explicada por Natali (2004) como a persistência de visões valorativas pelas empresas. Após realizar exame quantitativo acerca das notícias divulgadas na imprensa brasileira sobre o mundo, ele afirma que certas regiões só aparecem no noticiário quando são palco de tragédias ou por algum fato “exótico”. Porém, considera-se que tais julgamentos e visões pré-concebidas²⁴ são constitutivos dos processos de enquadramento pelos quais os acontecimentos são identificados e contextualizados (HALL et al, 1999). Sendo estas notícias produzidas por grupos que veem como importantes temáticas relacionadas às estruturas estatais das quais fazem parte, sua construção mostrará esta escolha como objetiva.

Steinberger (2005) diz que o jornalismo internacional acaba por refletir a configuração de uma hierarquia entre os Estados, e os atores vistos como “menos importantes” serão mais suscetíveis às generalizações das empresas jornalísticas e das agências noticiosas dos países hegemônicos dentro do sistema. Pode-se argumentar que, com as agências de notícia sediadas destacadamente em países com poderio econômico e político, as notícias utilizadas por

23 Esta confiabilidade divide-se em três momentos: 1) confiança do público em relação à veracidade das informações transformadas em notícia; 2) confiança quanto à justeza na seleção e ordem hierárquica da disposição dos elementos importantes ao relato; 3) confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização das notícias diante do estoque de fatos disponíveis de se tornarem acontecimentos noticiosos.

24 Para Aguiar (2008, p. 19), o jornalista acaba “[...] realizando uma polifonia e reproduzindo discursos sobre discursos de outrem. Neste processo, corre permanente risco de negligenciar contextos, deslocar declarações e perenizar visões pré-concebidas”.

empresas jornalísticas do mundo inteiro irão reforçar o entendimento da existência de Estados fortes ou fracos, países culturalmente ricos ou exóticos, exitosos ou fracassados, como algo natural, visto que tanto a estrutura do sistema quanto o jornalismo “refletem a realidade”.

[..] o espaço social é uma realidade compósita, não homogênea, que depende, para sua significação, do olhar lançado sobre ele pelos diferentes atores sociais, através dos discursos que produzem para tentar torná-lo inteligível. Mortos são mortos, mas para que signifiquem ‘genocídio’, ‘purificação étnica’, ‘solução final’, ‘vítimas do destino’, é preciso que se insiram em discursos de inteligibilidade do mundo que apontam para sistemas de valores que caracterizam os grupos sociais. Ou seja, para que o acontecimento exista é necessário nomeá-lo. O acontecimento não significa em si. O acontecimento só significa enquanto acontecimento em um discurso (CHARAUDEAU, 2007, p. 131, 132).

Para a concretização do contrato de informação, fazendo com que as notícias internacionais sejam compreendidas pelo público, deve-se proceder a uma contextualização da informação – ou seja, trazê-la para o quadro de referência do público consumidor. Destacadamente, o jornalismo internacional trabalha sob a necessidade de explicar o mundo para o indivíduo que não sabe como este “funciona” (TRAQUINA, 2000): como o jornalismo se processa a partir de uma positividade de discurso, a realidade exógena deve ser traduzida pela notícia internacional. Este não é um processo simples, pois “[..] toda informação retirada de seu contexto de origem e transportada para outro é suscetível de sofrer modificações que podem transformá-la em desinformação” (CHARAUDEAU, 2007, p. 76). No capítulo 3 discute-se que o trabalho de integrar a informação internacional às referências do público interno (o consumidor nacional) é dependente da estrutura simbólica compartilhada pelos membros do grupo social, indicando uma análise relativa à cultura. Para o momento, concentra-se em aspectos relativos à materialidade da notícia.

4.3 Quadros interpretativos

No processo de recontextualização, selecionam-se os acontecimentos que são “relevantes” para o público para depois construir narrativamente, por meio da notícia, como as coisas aconteceram. Todavia, na consecução destas tarefas, entram em cena os rituais estratégicos da objetividade, que abrigam a subjetividade dos processos objetivos. Como o material disponibilizado pelas agências apresenta, de certa forma, uma grande homogeneidade, o que será decisivo para a seleção das notícias e sua recontextualização é o

enquadramento (ou *framing*) a partir do qual as notícias foram construídas ou podem ser tratadas e disponibilizadas ao público – visto que, de acordo com Aguiar (2008), Natali (2004), Wolf (2008), grande parte do material noticioso das agências caracteriza-se por serem extremamente “factuais”, abrindo espaço para a recontextualização dos meios jornalísticos a partir das demandas intrínsecas à construção do discurso jornalístico por cada empresa. O jornalismo trabalha sob uma noção de que reproduz uma realidade objetiva, e o faz, como apontado anteriormente, não explicitando seu papel na construção da realidade social. Diz Hall:

Os acontecimentos, enquanto notícias, são regularmente interpretados dentro de enquadramentos que derivam, em parte, desta noção de consenso enquanto característica básica da vida quotidiana. São elaborados através de uma variedade de ‘explicações’, imagens e discursos que articulam o que o público supõe pensar e saber da sociedade (HALL et al, 1999, p 227).

O autor afirma que sem estes “mapas culturais de significado” do mundo social, o trabalho de dar sentidos à informação jornalística não poderia ser efetivado. Porém, eles devem ser tomados em perspectiva, para que se faça ver o que é constitutivo da “desordem” que, paradoxalmente, faz o papel de ordem natural da realidade.

A identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos em termos destes quadros de referência de fundo constitui o processo fundamental através do qual os *media* tornam o mundo a que eles fazem referência inteligível a leitores e espectadores. Este processo de ‘tornar um acontecimento inteligível’ é um processo social – constituído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem (frequentemente só de modo implícito) suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona (HALL et al, 1999, p. 226).

Traquina (2000) faz um panorama da utilização das noções de enquadramento no jornalismo. Proveniente das investigações de Goffman (1975) sobre a constituição das percepções individuais em relação à vivência social cotidiana, é trazida ao plano da comunicação por autores como Gitlin (1980). A ideia relaciona-se à interpretação dos contextos²⁵ nos quais as notícias são produzidas. Ela influencia, decisivamente, na constituição daquilo que é entendido como agenda jornalística, ou seja, os acontecimentos que

²⁵ O desenvolvimento dos estudos sobre enquadramento acaba por sugerir uma modificação na definição clássica do estabelecimento de uma agenda jornalística – que amparava a ideia de que a imprensa não consegue dizer às pessoas o que pensarem, mas que possui uma grande capacidade de dizer a elas sobre o que pensarem. Tomando as pesquisas sobre os efeitos do *framing*, nota-se, sim, um alcance dos meios noticiosos na definição de temas sobre os quais os indivíduos devem pensar, mas é latente também uma possibilidade de influência sobre como e o que pensarem acerca dos assuntos expostos (TRAQUINA, 2000).

se tornarão notícias. Traquina (2000) comenta que, em geral, utiliza-se a terminologia agendamento, mas a tradução do termo *agenda-setting* como estabelecimento de agenda mostra-se mais adequada mesmo à ideia de enquadramento.

Os enquadramentos jornalísticos podem ser definidos como uma forma de princípio interpretativo que estrutura um conjunto de temáticas (ANTUNES, 2009). Eles influenciam no processo de significação das notícias, referenciando formas de compreensão dos fatos. “São padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, e ainda de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos (*symbol-handlers*) organizam rotineiramente o discurso” (GITLIN apud TRAQUINA, 1999, p. 28-29)²⁶. Antunes atesta a importância de considerar o processo de *framing*

como dimensão empírica de análise que opera no campo da construção de enquadramentos, um fator interno manifesto tipicamente nos chamados valores notícia. Nesse âmbito, iremos operar com *frame* como uma dada maneira de compreender um tema/assunto organizado por uma ideia mais geral. O *frame* [quadro] ativa um saber que produz conceitos de interpretação e define problemas, diagnostica causas e sugere medidas no interior de um discurso jornalístico (ANTUNES, 2009, p. 93).

Considerando a investigação do jornalismo internacional a partir dos enquadramentos, sustenta-se que este processo servirá como um esquema de explicação do mundo. As temáticas contempladas na editoria de jornalismo internacional são entendidas, de maneira usual, como distantes da experiência direta da maioria dos indivíduos – o que influenciaria na mobilização do arcabouço das experiências vividas, atrapalhando a contextualização e, conseqüentemente, o estabelecimento do contrato de comunicação. Traquina (2000) atesta que as questões internacionais, como “não-envolventes” ou de “limiar elevado”, são mais suscetíveis aos enquadramentos jornalísticos. Como introdutor de assuntos antes desconhecidos para as pessoas, o jornalismo acaba atuando de forma pedagógica²⁷. “O cuidado com o objeto da notícia é ainda mais delicado quando se trata de fatos internacionais, pois o enquadramento dado a estes pela imprensa será, em última análise, determinante para formar a visão de mundo – no sentido mais literal possível – do leitor” (AGUIAR, 2006, p. 20). Hall (1999) corrobora esta ideia, explicando que “[...] os *media*, desta forma, apresentam a primeira, e muitas vezes única, fonte de informação acerca de muitos acontecimentos e questões importantes” (HALL et al, 1999, p. 228). Por meio de enquadramentos, o jornalismo

26 TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999.

27 O que reforça a concepção de Meditsch (1997) do jornalismo como forma de conhecimento.

busca verter em conhecimento acessível acontecimentos que se fazem fora da compreensão do público – a “realidade problemática” aludida pelo autor.

A consideração do enquadramento tem importância, também, para a desmistificação do papel do correspondente internacional. Embora a presença física do repórter no local dos acontecimentos provavelmente incorra numa maior disponibilidade de informações, estas não deixarão a notícia mais ou menos “objetiva”. Neste ponto, busca-se problematizar a ideia de Steinberger (2005). Esta, ao tratar do consumo das notícias internacionais por parte dos latino-americanos, diz:

Nesse campo do noticiário internacional, a maioria das sociedades não tem autonomia cognitiva, isto é, não dispõe de acesso a outras linguagens institucionais para articular a compreensão dos assuntos. Nosso imaginário jornalístico nesse campo é tão poderoso que, mesmo o correspondente ou o enviado especial, que em princípio, seriam testemunhas oculares dos fatos, também terão seu olhar filtrado por representações já sedimentadas, geralmente entre os colegas da redação e pelas próprias mídias a que tiveram acesso (STEINBERGER, 2005, p 164).

De acordo com as perspectivas aqui abordadas, a “filtragem de olhar” acaba se revelando como uma forma de construção da realidade a partir de discursos e representações envolvidos tanto no que pode ser considerado conhecimento objetivo ou subjetivo. Para Charaudeau,

[...] não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como fragmento do real. Sempre que tentamos dar conta da realidade empírica, estamos às voltas com um real construído, e não com a própria realidade (CHARAUDEAU, 2007, p. 135).

A concepção de uma distorção de imagem defendida por teóricos sobre as notícias que as agências disponibilizam e também sobre as realizadas por correspondentes pressupõe a existência de uma “imagem verdadeira”, anterior e independente à forma pelas quais eles se tornam notícias. A figura da “testemunha ocular dos fatos” segue no viés de que a realidade é outra que não está sendo transformada em informação noticiosa – o que imputa ao jornalismo uma condição de parcialidade quando, idealmente, ele deveria guiar-se pela imparcialidade. Hackett (1999) trata das definições de parcialidade e imparcialidade no relato jornalístico. Partindo-se da consideração desta neutralidade algo utópico diante das perspectivas de construção social da realidade que aqui se contempla, compartilha-se do ponto de vista do autor, que defende a realização de análises sob a ideia de que o discurso noticioso irá

funcionar ideologicamente. Portanto, mais significativo do que investigar uma falta de equilíbrio na produção jornalística é prestar atenção aos enquadramentos conceituais e ideológicos fundamentais a partir dos quais os acontecimentos são construídos e ganham significados dominantes ou primários.

Os enquadramentos não são um processo consciente realizado pelos jornalistas – uma negação maléfica acerca do que não será publicado. Eles irão trabalhar a partir das pressuposições acerca do mundo social, estabelecidas em matrizes que dão sentido ao mundo a partir de conceitos e valores. A matriz “[...] constitui uma ‘estrutura profunda’ que é ativada pelos jornalistas, independentemente da sua percepção consciente, e sem levar em conta as suas intenções deliberadas de iludir ou manipular” (HACKETT, 1999, p. 121).

Tendo-se em consideração as necessidades de contextualização aludidas pelos autores à notícia internacional, parte-se para o exame do dispositivo que engendra a construção dos discursos jornalísticos – neste caso, as revistas semanais de informação geral.

4.4 O jornalismo de revista

Observando a constituição do discurso jornalístico internacional, atenta-se à importância dos dispositivos para sua efetivação. De acordo com Charaudeau (2007), estes são estruturas físicas que permitem a realização dos atos comunicativos e apresentam possibilidades e restrições a estes atos. Indicia-se uma importância intrínseca do dispositivo na realização do contrato de comunicação, pois ele é essencial na definição da disposição e aspecto da mensagem, funcionando para atribuir-lhe sentido.

O dispositivo é um componente do contrato de comunicação sem o qual não há interpretação possível das mensagens [...] De maneira geral, ele compreende um ou vários tipos de materiais e se constitui como suporte com o auxílio de uma certa tecnologia. É no material que se informa, toma corpo e se manifesta, de maneira codificada, o sistema signifiante: a oralidade, a escrituralidade, a gestualidade, a iconicidade (CHARAUDEAU, 2007, p. 105).

O autor separa, a partir daquilo que define como três grandes suportes de mídia, os dispositivos concernentes ao rádio, à televisão e à imprensa. Esta é vista como significativamente eficaz – já que a forma escrita “[...] desempenha o papel de prova para a

instauração da verdade” (CHARAUDEAU, 2007, p. 113) e tem sua compreensão baseada na lógica de hierarquia instituída pelo funcionamento narrativo. Dentre os meios de comunicação representativos do suporte imprensa, ocupa-se do produto revista. Ele pode ser descrito como produto publicado periodicamente, com formas e assuntos diferentes dos jornais “[...] pelo tratamento visual (melhor qualidade de papel e de impressão, além de maior liberdade na diagramação e utilização de cores) e pelo tratamento textual” (NASCIMENTO, 2002, p. 18), por não ser condicionado pela pressão do imediatismo que atua na prática dos jornais diários.

Dentro variados meios pelos quais é expresso o discurso jornalístico, percebe-se que um de seus fatores constitutivos em relação às revistas, como sustentam Vilas Boas (1996), Lage (2001) e Nascimento (2002), é seu caráter quase-literário: por vezes, o relato da informação em revista aproxima-se bastante de formas em geral utilizadas na literatura. Por ser composto por reportagens e notícias com caráter mais reflexivo, o jornalista de revista deve atrair o leitor com um texto envolvente, que reúna informação e expressividade balizada na utilização atrativa do idioma.

No caso específico das revistas, as características que usualmente identificam o discurso jornalístico são, muitas vezes, atenuadas em favor de uma narrativa mais flexível, como alteração de *leads*, adjetivações ou uso de advérbios, geralmente não recomendáveis pelos manuais de redação jornalística. Tais recursos não impedem, entretanto, que as reportagens publicadas nessas revistas sejam reconhecidas como jornalismo (NASCIMENTO, 2002, p. 62-63).

A intenção do texto no estilo magazine, como é denominado o texto jornalístico em revista por Vilas Boas, é não apenas noticiar fatos, mas apresentar contextos maiores dos acontecimentos – “[...] o fato é pretexto para uma análise mais aprofundada do tema ao qual se refere” (VILAS BOAS, 1996, p. 74). Há espaço para que seja exercido o jornalismo interpretativo, caracterizado pelo esforço de determinar o sentido de um fato por meio da rede de forças que atuam nele. O texto em revista, geralmente, não procura a “imparcialidade” jornalística (horizonte utópico, como exposto anteriormente). Pelo contrário: apesar de não ser considerado um manifesto, ele procura defender um ponto de vista de forma mais livre que outros veículos midiáticos, identificando-se com o seu público leitor.

Diante disso, Lage (2001) separa as revistas em três categorias: as ilustradas, as especializadas e as de informação geral, porém atesta que esta é imperfeita, pois toda publicação destina-se a grupos de leitores específicos:

As revistas fazem parte do grande aparato classificatório que nos dispõe em escaninhos segundo o que *necessariamente* [destaque do autor] nos interessa, a partir de nossas rendas, idades, o lugar em que vivemos, ou qualquer outro critério (LAGE, 2001, p. 123).

A consequência de tais características é que “[...] a revista dá ao que publica o sentido do que ela mesmo pretende. Um artigo sério sobre comportamento numa revista de variedades é apenas mais uma variedade” (LAGE, 2001, p. 122). Significativamente, “[...] a matéria-prima jornalística tende a ser acondicionada na revista como elemento de um espetáculo e um discurso moral que é a própria revista” (LAGE, 2001, p. 125).

Tratando das revistas de informação geral, Lage (2005) pontua que seus textos transitam entre as interpretações e a opinião manifesta: “Esta, quando torna evidente a postura dominante na sociedade – isto é, nas elites – tende a não ser percebida como tal: o que está escrito parece constatação ou evidência” (LAGE, 2005, p. 153). O mesmo autor (2001) atesta que a utilização costumeira de formas linguísticas transitando entre a formalidade, ou mesmo tecnicidade, e a coloquialidade é disposta para fornecer uma “ilusão de domínio”. Para Santos (2009, p. 41), as revistas semanais de informação geral “[...] têm de atender, ou pelo menos buscar atender, aos anseios de um público com perfil definido (que compartilha as afinidades política, ideológica, econômica, cultural, etc.), mas que em alguns aspectos pode ser considerado como flutuante”. Isso se reflete na intenção de estas publicações noticiarem um amplo espectro de assuntos. Lage (2001), todavia, compreende que, apesar da intencionalidade de abarcar um grande domínio social, as revistas de informação-geral, como explanado anteriormente, serão fatalmente destinadas a grupos de leitores.

Em consideração à investigação dos enquadramentos, Vilas Boas referencia que o processo de interpretação é decisivo no consumo das revistas semanais de informação-geral. É essencial “[...] puxar o cordão dos fatos, desamarrar o fio dos eventos, oferecer diferentes ângulos de visão da situação, complementando com históricos, depoimentos, dados estatísticos, documentário fotográfico, enquadramentos ideológicos e prognósticos” (VILAS BOAS, 1996, p. 78). Para o autor, o jornalismo em revista trabalha com “pontos de vista”. Eles representam um intento, com frequência não explicitado, de encadear significados, funcionando como uma configuração de “moral da história” – um processo de enquadramento valorativo exemplar.

É na constituição de explicações gerais, que intentam ordenar sequências de compreensão, que as revistas vão tentando dar sentido aquilo que publicam. Os enquadramentos fazem a conformação do universo que a revista apresenta como tema de suas notícias, pois eles envolvem a seleção e apresentação dos “fatos”. Como está sendo trabalhado aqui, não se considera a existência de fatos sociais por si só. Fatos são dados a ver e significados a partir de objetivações que os indivíduos fazem para estabelecer um horizonte do real. No caso do jornalismo internacional nas revistas, acredita-se que é necessária a instituição de certos ordenamentos para a compreensão do mundo – ou, como se trabalha mais repetidamente, do ambiente internacional. Este será tomado como objetivo, ou seja, preexistente à existência individual e apreendido como algo essencializado. Nos dizeres de Berger e Luckmann (1973), instituições sociais tornam-se reificadas.

Assim, para realizar a cobertura dos acontecimentos no mundo, o jornalismo nas revistas apoia-se em convenções sobre o funcionamento desse espaço. Como explanado, o intuito desta pesquisa é notar a forma pela qual o relacionamento entre duas instituições sociais, Brasil e Argentina, é enquadrado pelas notícias publicadas pelas revistas semanais de informação geral CartaCapital, Época, IstoÉ e Veja. Procede-se, no capítulo seguinte, à explicação dos procedimentos metodológicos e realiza-se o estudo sobre o corpus reunido.

5 A CONSTRUÇÃO DA ANÁLISE

A disposição de investigação do interesse nacional brasileiro em relação à Argentina nas revistas semanais de informação geral embasou-se em questões teóricas que foram observadas pelos meandros da imbricação de áreas como o jornalismo, as relações internacionais e a história. Entender o que forma este interesse da “grande família nacional”, para retomar os dizeres de Castells (1999), é buscar sua existência a partir de espaços onde este é construído e legitimado. A mídia, e em especial o jornalismo, é o campo onde a realidade do senso comum aparece aos olhos e apresenta-se como “a” realidade primordial. É por apresentar ao público as “esferas de realidade” que ele apreende como espaços separados de sua vivência, mas que existem e que, em vários momentos, influenciam sua vida -, ou ao menos parecem fazer isso – que o jornalismo contribui para legitimar a ordem internacional.

Almeja-se empreender uma análise que abarque as questões tratadas nos textos jornalísticos definidos como corpus. Como anteriormente afirmado, considera-se o jornalismo como uma forma de discurso, que possui influência na textura geral da sociedade.

5.1 Procedimentos de pesquisa

Crê-se que ver o ambiente internacional - um construto discursivo, histórico, dependente das crenças humanas, mas tomado como espaço objetivo - é uma operação que, na contemporaneidade, tem considerável dependência do jornalismo. Da mesma forma, saber o que é o interesse nacional – algo que, nas relações internacionais, representa o que um Estado quer realizar ao se relacionar com os outros, o que é definido no entremeio à visão que se tem destes outros – é de relevância para saber como vemos. Tal situação é definida observando-se as disposições construtivistas: a unidade nacional é uma junção de identidade e interesses.

Os países e o ambiente internacional que o engendra são instituições sociais, que só existem imaginariamente. Contudo, são apresentados para as pessoas como realidades objetivas, preexistentes à interação humana. Esta investigação tem por norte a concepção de que a “realidade” internacional, trazidas aos olhos dos consumidores de notícias - neste caso específico, dos leitores de revistas semanais de informação geral - é apresentada pelas instâncias noticiosas a partir da composição de enquadramentos. Estes organizam a seleção e a construção narrativa dos acontecimentos. Dado que são princípios interpretativos para a compreensão das notícias, eles se constituem no que Hall (1999) chama de mapas culturais de significado, orientando o processo de compreensão do público. Antunes (2009) afirma que,

para a composição dos moldes midiáticos sejam dados a ver, deve-se proceder à análise de elementos significantes na estrutura do acontecimento noticioso. Em apoio a esta concepção, Carvalho (2000) vê o *framing* como estruturas presentes no discurso, uma ideia sob a qual ele direciona a construção do texto.

Sendo a concepção desta investigação calcada na possibilidade de um diálogo entre as áreas do jornalismo e das RI por meio da consideração da notícia internacional como uma forma de construção social da realidade, reforça-se a ideia que é necessária uma metodologia que sirva à análise deste real criado pela informação noticiosa. Para a efetivação do processo, pretende-se utilizar a análise de discurso, em sua vertente de escola francesa. Conquanto seja um viés de investigação teórico-metodológico, não se irá realizar uma discussão aprofundada das possibilidades teóricas deste tipo de análise, concentrando-se em sua aplicabilidade metodológica.

Salienta-se que os estudos discursivos representam a existência de uma perspectiva interdisciplinar entre o jornalismo e as relações internacionais, dado que as investigações focadas sobre a construção da notícia e as teorias de matriz construtivista dos estudos em RI possuem fundamentação na sociologia do conhecimento, em especial nas investigações de Berger e Luckmann (1973). Entende-se esta perspectiva como adequada às possibilidades de aplicação nos estudos da produção jornalística, visto que, para Benetti (2008), a análise de discurso irá subsidiar dois tipos de pesquisa: o mapeamento das vozes e identificação dos sentidos – foco de interesse particular desta dissertação. Sustenta-se que os sentidos conformativos de interesse nacional podem ser identificados nas notícias, e que estes sentidos, tratando-se da Argentina, relacionam-se ao que chamamos de contextos sociohistóricos do relacionamento entre os países.

A análise de discurso (ou AD) pauta-se por “[...] mostrar, em relação à organização textual, como se constrói a unidade do texto a partir do processo de produção do sentido e do sujeito” (ORLANDI, 1988, p. 71). Apesar de ter sua base teórica no domínio da Linguística, ela não trata, em si, dos estudos sobre a linguagem, mas, como seu próprio nome explicita, do discurso. Como a linguagem não é algo transparente, os enunciados são suscetíveis de tornarem-se outros, deslocando-se discursivamente, como expõe Pêcheux (1997).

Orlandi (2005, p. 21) define discurso como um “[...] efeito de sentido entre locutores”, baseado na possibilidade da construção de significados por meio da interação linguística. Estes significados serão dependentes do contexto interpretativo entre os envolvidos na relação comunicacional, como sustenta Charaudeau (2007) ao afirmar a necessidade de uma reciprocidade constitutiva de significados. Para Maingueneau (1997, p. 21), o discurso

estabelece “[...] espaços de regularidades associados a condições de produção”. Em outro trabalho (2001), o autor enumera que o discurso tem por características gerais ser: uma organização situada para além da frase; orientado; uma forma de ação; interativo; contextualizado; assumido por um sujeito; regido por normas; considerado apenas dentro da dinâmica de um interdiscurso. Como é dependente da relação entre sujeitos para existir, é condicionado pela intersubjetividade: “Esta instância de subjetividade enunciativa possui duas faces: por um lado, ela constitui o sujeito em sujeito de seu discurso, por outro ela o assujeita” (MAINGUENEAU, 1997, p 21).

Benetti (2008) concebe o jornalismo configurado como gênero discursivo por mobilizar, em sua dinâmica, efeitos de realidade, envolvendo diversos sujeitos além do leitor e do jornalista, tais como as fontes dos acontecimentos noticiosos, as empresas jornalísticas e mesmo os anunciantes que sustentam financeiramente os empreendimentos jornalísticos. Além disso, como visto, autorizado socialmente pelo papel de sistema perito, ele pode preencher as especificidades do contrato de comunicação aludido por Charaudeau (2007). O discurso jornalístico apoia-se no efeito de realidade que a construção noticiosa realiza, porém, com os interlocutores da relação discursiva sendo o enunciador (instância jornalística) e o interpretador (público).

A intenção de investigar a construção noticiosa sobre a Argentina pelos enquadramentos da relação entre este país e o Brasil, por meio da análise de discurso, referencia-se em Benetti (2008):

O fato de o discurso ser construído de forma intersubjetiva exige compreendê-lo como histórico e subordinado aos enquadramentos. Se o vemos desse modo, necessariamente somos obrigados a abandonar uma outra visão ingênua, a de que o discurso poderia ser analisado sem considerar o contexto de produção dos sentidos. Sabemos que a relação entre linguagem e exterioridade é constitutiva do discurso. O dizer do homem é afetado pelo sistema de significação em que o indivíduo se inscreve. Esse sistema é formado pela língua, pela cultura, pela ideologia e pelo imaginário. Dizer e interpretar são movimentos de construção de sentidos, e, assim como o dizer, também o interpretar será afetado por sistemas de significação. A AD está preocupada com este movimento de instauração de sentidos, que exige compreender os modos de funcionamento de um discurso (BENETTI, 2008, p. 108-109).

Para a efetivação da identificação dos sentidos na Análise do Discurso jornalístico, deve-se partir do próprio texto para a identificação das formações discursivas (FDs). Estas são uma espécie de “região de sentidos”, que delimitam fronteiras interpretativas dentro do texto. O que se encontra fora deste sentido é representativo de outra FD. Contudo, as FDs não são

blocos homogêneos de sentidos, por mais que pareçam dissimular como transparentes os discursos constituídos dentro delas, conforme Mariani (1998). A autora diz que, por as fronteiras das FDs apresentarem-se

[...] em permanente processo de estabilização/desestabilização, encontra-se a tensão constitutiva dos processos de produção de sentidos, realizando-se no antagonismo entre o mesmo diferente, o um e o múltiplo, a repetição na repetição, pois toda FD é invadida (o termo é de Pêcheux por sentidos outros, vindos de outras FDs, como resultado da intervenção do interdiscurso, sob a forma de preconstruídos e 'saberes' partilhados socialmente, cuja historicidade se apaga no sujeito (MARIANI, 1998, p. 32).

Importante ressaltar que o número de FDs em um texto é correspondente ao de sentidos definidos como nucleares, e que o sentido é proveniente de uma conformação ideológica. O sentido irá permitir o estabelecimento de uma lógica a partir de um dito, na situação discursiva de uma configuração que não permite outra interpretação pelos sujeitos envolvidos, pois amparados por um mesmo céu ideológico. Todo dizer possui um “[...] traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele” (ORLANDI, 2005, p. 43). A ideologia, definida dentro dos estudos do discurso, processa, em seu funcionamento, um efeito de apagamento de sua própria existência ao escamotear a ação de interpretação, apresentando aquilo que é constituído subjetivamente como evidente, uma realidade objetiva: “Interpreta-se e ao mesmo tempo nega-se a interpretação, colocando-a no grau zero. Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico [...] colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 2005, p. 46).

O trabalho de constituição de um quadro de FDs deverá ser realizado em acordo com os textos em análise. Benetti (2008) expõe que a criação deste quadro parte da problemática investigativa previamente disposta, materializando-se por meio da localização de marcas discursivas dos sentidos procurados. Denotando a disposição interpretativa relacionada a esta metodologia, deverá ser efetivada a ação de, a partir dos sentidos mapeados componentes das FDs, perceber sua vinculação em relação a outros discursos que perpassam o discurso jornalístico observado no texto em questão.

Pretende-se proceder à identificação dos sentidos, no discurso jornalístico, por meio da constituição de famílias parafrásticas. Maingueneau (1997) considera que a paráfrase é uma

operação metadiscursiva, notada a partir da apreensão do sentido originado pelo enunciador nas formações discursivas. “Em um enunciado, o nem tudo é produzido sobre a mesma frequência de onda: o dito é constantemente atravessável por um metadiscurso mais ou menos visível que manifesta um trabalho de ajustamento dos termos a um código de referência” (MAINGUENEAU, 1997, p. 94). Constitui-se como intenção de conter as possibilidades polissêmicas, num relacionamento tensionado que estrutura o funcionamento linguístico. Vendo-os como indutores da sedimentação e estabilização das possibilidades discursivas, Orlandi (2005) argumenta que os processos de formação de paráfrases são representativos de uma memória que se mantém em todo dizer, sendo uma forma de volta às mesmas áreas do que já foi dito. Em concordância, para Maingueneau (1997, p. 96), “[...] ela define uma rede de desvios cuja figura desenha a identidade de uma formação discursiva”, determinando o que pode ser tomado como o sentido hegemônico do texto. Ela é representativa de relações de correspondência entre enunciados.

Sendo estabilizadora, a paráfrase é vista por Orlandi (2005) como constituinte do que se denomina “matriz de sentido”, por esta se ver sustentado na repetição engendrada no discurso.

A parafra­sa­gem aparece em AD como uma tentativa para controlar em pontos nevrálgicos a polissemia aberta pela língua e pelo interdiscurso. Fingindo dizer diferentemente a ‘mesma coisa’ para restituir uma equivalência preexistente, a paráfrase abre, na realidade, o bem-estar que pretende absorver, ela define uma rede de desvios cuja figura desenha a identidade de uma formação discursiva (MAINGUENEAU, 1997, p. 96).

Como se busca a estabilização de sentidos sobre a Argentina dentro do discurso jornalístico das revistas, o estudo sustentado na observação parafrástica mostra-se indicado para esta análise. Após o mapeamento das formações discursivas (a partir de agora, denominadas como FDs), parte-se à procura da compreensão dos sentidos presentes no texto, visto que as FDs são remetentes às formações ideológicas que fazem parte da sustentação do discurso das revistas. Nesta pesquisa, não serão aprofundadas questões relativas às formações ideológicas, bastando para o momento a compreensão de que elas exercem papel na sustentação das FDs notadas no exame da dinâmica relacional Brasil-Argentina nas revistas analisadas.

É relevante apontar que a reiteração dos sentidos percebidos nas paráfrases atinge a memória dos acontecimentos que engendram o envolvimento entre as duas unidades

nacionais. Esta é uma memória social, “[...] um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos, sendo que, como resultado do processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das demais” (MARIANI, 1998, p. 34). A memória social decorre em uma naturalização de um “sentido comum” à organização social, como se mantivesse, por meio do imaginário, uma sucessão narrativa lógica dos fatos históricos. Ela reatualiza, para o momento contemporâneo, situações e acontecimentos passados – e, por constituir um movimento de perenização da realidade (que, por este viés, acaba sempre se repetindo), indica mesmo uma possível “memória do futuro”.

O exame textual também nos permite a observação das representações identitárias, o que acontece por tipificações do “outro” argentino. Estas, frente à tendência normalmente contextualizadora do discurso das revistas, servem à cristalização de sentidos acerca da Argentina e seus habitantes. É relevante destacar que, como visto com Berger e Luckmann (1973), a realidade é construída socialmente e os indivíduos e as situações são apreendidos por meio de tipificações. Como se trata de um trabalho que investiga as formas pelas quais a Argentina e os argentinos são representados pelas revistas brasileiras na dinâmica relacional, dialoga-se com a Teoria das Representações Sociais.

As representações argentinas, que discursivamente constituem-se em já-ditos, como diz Orlandi (2005), acabam sendo importantes na consideração do outro dentro do processo de construção da notícia, como visto com Alsina (2009), pois os jornalistas, muitas vezes, não conseguem se afastar de estereótipos na apresentação do desviante – destacadamente, o estrangeiro, e especificamente (devido à relação histórica), o argentino. Procura-se compreender como as publicações fazem uso destas representações a partir dos sentidos presentes na construção noticiosa.

Pretende-se observar como cada publicação constrói discursos que funcionarão para uma definição própria de interesse nacional – ideia que é apresentada implicitamente por cada uma das publicações. Ou seja, em decorrência dos processos de enquadramento que a revista realiza, o que é dado a ver como um senso comum acerca da inserção internacional, atravessado pelas determinações que o “nós” nacional “naturalmente” apresenta em sua dinâmica relacional com o “outro”, argentino.

Os efeitos de verdade criados pelo discurso jornalístico funcionam nas estruturas do reconhecimento de algo como o objetivo a cumprir do Estado brasileiro – um construto social de origem discursiva – que se toma como organismo pleno, contrapondo sua identidade à de

outro Estado, a Argentina, num movimento duplo contínuo, no qual se mesclam as percepções da estrutura estatal e dos indivíduos enquadrados sob a nacionalidade argentina.

5.2 A escolha das revistas

Realiza-se exame das publicações que servem de objeto a esta pesquisa. Como as revistas são produtos que exprimem uma relação significativa em relação aos contextos de época em que são produzidos (LAGE, 2001), procede-se a observação acerca de marcos históricos do jornalismo de revista no país.

De acordo com Nascimento (2002), as primeiras revistas brasileiras, surgidas no início do século XIX, mostram poucas semelhanças com o produto atualmente designado pelo mesmo nome. Comumente, tratava-se de periódicos de caráter institucional ou mesmo erudito, conceitualmente distantes da intenção de alcançarem um vasto e heterogêneo grupo de leitores, como no caso dos semanários de informação-geral. A partir de uma reorganização estrutural dos jornais diários no início do século XX, inicia-se um processo de popularização das publicações ilustradas. A fundação da revista O Cruzeiro, em 1928, inaugura uma nova fase no jornalismo de revista do país, que passou a ser calcado nas possibilidades da combinação de reportagens mais aprofundadas às imagens que “mostravam a realidade”. Outros periódicos tornaram-se populares nas décadas seguintes, como a revista Manchete, criada em 1952 por Adolpho Bloch, e a revista Realidade, de 1966, do grupo Abril.

Pode-se afirmar que, após declínio e término da Realidade, o mercado das revistas de informação-geral passou a ser, em grande medida, dominado pela revista Veja, também pertencente ao grupo Abril e fundada em 1968. Juntamente à Carta Capital, Época e IstoÉ, ela se encontra no grupo das revistas semanais de informação-geral mais relevantes da atualidade. Para esta afirmação, parte-se de duas premissas: o número de estudos que contemplam estes quatro veículos inventariado quando da pesquisa sobre o Estado da Arte e por se tratarem Veja, Época e IstoÉ, respectivamente, das três publicações semanais de maior circulação²⁸ no país. Carta Capital destaca-se numa mirada inicial por, apesar de possuir números mais modestos de tiragem, apresentar expressiva capacidade de repercussão e interesse investigativo.

²⁸ Todas as informações acerca das tiragens das revistas foram conseguidas no site da Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER). URL: <http://www.aner.org.br/Conteudo/1/artigo42424-1.asp>. Acessado em novembro de 2010.

5.2.1 Carta Capital

Fundada pelo jornalista Mino Carta em 1994, Carta Capital era, a princípio, uma revista de circulação mensal. Entretanto, em agosto de 1996, dois anos após seu lançamento, a publicação passou a ser quinzenal, e, em 2001, adquiriu o caráter semanal que ostenta atualmente. A publicação procurou mostrar-se como uma alternativa aos semanários já existentes no mercado, como *Veja* e *IstoÉ*, por meio de textos mais aprofundados e analíticos, contando com uma redação mais enxuta que as das outras empresas, mas valendo-se mais de colaboradores para artigos especiais. Para Santos (2009, p. 51), o semanário apresenta “[...] um tom bastante personalista, característica que deixa explícita ao leitor. Diferentemente das demais semanais, Carta Capital defende que os meios de comunicação como um todo assumam publicamente suas afinidades político-partidárias”, ação que seria, segundo o autor, de maior honestidade das empresas em relação ao público-leitor. A revista também pode ser vista como objeto consumido por leitores mais exigentes, representativos das elites intelectuais e econômicas do país (BENETTI, HAGEN, 2010).

Mino Carta, em entrevista à revista *Caros Amigos*²⁹, considera a Carta Capital como uma revista de esquerda, mas de esquerda “difusa”, numa posição diferenciada em relação à própria *Caros Amigos* e outras publicações ideologicamente ligadas aos partidos dessa corrente política. No editorial “O otimismo e a luz da razão”³⁰, Carta afirma que gostaria que todos os cidadãos brasileiros tivessem a capacidade de sentirem-se como descendentes do Iluminismo e da Revolução Francesa, “[...] que rediscutiram e redimensionaram o poder para criar o Estado democrático, liberal e burguês”. Esta visão mostra-se em acordo ao estudo de Benetti e Hagen (2010), que notam a intenção de fiscalização do poder construída pela visão que a publicação busca construir de si. Tal fato também pode ser relacionado a não-veiculação de Carta Capital a grandes grupos de comunicação. A tiragem atual da revista mostra-se em cerca de 85 mil exemplares³¹.

5.2.2 Época

Publicação das Organizações Globo (Editora Globo), o segundo maior grupo de comunicação do país (atrás do Grupo Abril), foi criada em 1998, e teve como projeto inspirador a revista alemã *Focus*. É a segunda revista semanal mais vendida do país, sendo

²⁹ edição nº105, dezembro de 2005.

³⁰ edição I, agosto de 1994.

³¹ Informação fornecida pela própria empresa a partir de correio eletrônico.

superada apenas por *Veja*, com tiragem média de 420 mil exemplares. Segundo Santos (2009), tem por marco de política editorial a defesa da lógica de mercado – a fazendo por meio de uma lista de onze “crenças” norteadoras de sua atuação, em realidade eufemismos que engendrariam o posicionamento de interesses mercadológicos por meio de preocupações sociais.

O semanário publica material do Grupo de Diários América (GDA), conjunto que se define como um consórcio integrado pelo pelos 11 periódicos independentes com mais influência na América do Sul³² (no Brasil, sendo representado pelo jornal *O Globo*).

Lage (2005) diz que a *Época* funciona a partir de uma lógica inspirada no estilo do jornal *USA Today*, o que evidencia um estilo sóbrio de apresentação da informação. Mesquita (2008) afirma que a revista apresenta uma tendência a destacar, na capa, assuntos ligados ao entretenimento e utilidades, em detrimento de temáticas políticas, mesmo em épocas eleitorais. O autor comenta que a publicação utiliza-se destacadamente de matérias “frias”, o que se mostra bastante relevante em se tratando da revista como produto de um grupo de comunicação de considerável influência no país. Benetti e Hagen (2010) defendem que a autoimagem que *Época* busca construir calca-se em uma proximidade às esferas de poder, num percurso realizado de maneira independente, o que possibilita indicar caminhos para a sociedade – fundamentalmente traçados a partir do liberalismo econômico. Tal movimento é análogo ao realizado também pela revista *Veja*, o que pode ser considerado pelas duas publicações tratem-se de veículos pertencentes aos dois maiores grupos de comunicação do país.

5.2.3 IstoÉ

O semanário *IstoÉ* é uma publicação da Editora Três, e teve sua primeira edição em 1976. Relata Santos (2009) que a revista apresenta-se como não vinculada a grupos de quaisquer interesses, sejam políticos ou econômicos, e busca se colocar como uma revista influente na história recente do país. Mesquita (2008) corrobora a concepção de um papel relevante de *IstoÉ* na história política brasileira contemporânea, apresentando casos de reportagens veiculadas pela publicação que acabaram tendo grande repercussão, em especial mostrada pelas reações de outras empresas jornalísticas ou mesmo dos efeitos que as notícias tiveram entre a classe política. Benetti e Hagen (2010) observam que o discurso institucional

³² Informação coletada na página do GDA. Disponível em: http://www.gda.com/Quienes_Somos/index.php. Acessado em 20 nov. 2010.

da revista reitera seu caráter de protagonista nos recentes processos políticos do país baseado no investimento que a publicação faz em reportagens, reforçando a fala de si da revista como um veículo pautado pela independência e interesse em defender a democracia.

Em 2006, a Editora Três estabeleceu acordo com o Grupo Time Inc., conglomerado editorial de origem norte-americana que domina o mercado das revistas em âmbito mundial e que publica as revistas *People* e *Time*, entre outras. Este acordo permite que IstoÉ e outras publicações da Editora Três publiquem material originário das revistas do Grupo Time Inc. Diante da crise que acomete a editora da revista e sua veiculação a um representativo grupo midiático estrangeiro, o discurso institucional de independência perde consistência (BENETTI, HAGEN, 2010). A corrente tiragem do semanário é de cerca de 340 mil exemplares.

5.2.4 Veja

A revista *Veja* foi fundada, em 1968, por Roberto Civita, e é o carro-chefe da editora Abril. Focando principalmente assuntos políticos e econômicos, chocava-se às publicações que faziam mais sucesso na época, como *Manchete*, que se apresentava como uma resenha semanal ilustrada. Atualmente, a tiragem da revista alcança cerca de um milhão e cem mil revistas por edição e a publicação é considerada a mais influente no Brasil.

Vários estudos, como de Benetti e Hagen (2010), Mira (2001), Nascimento (2002) e Santos (2009), destacam as intenções da revista de ser a mais influente publicação do país. A vinculação a um poderoso grupo econômico brasileiro – a Editora Abril – sustenta sua linha editorial pautada pela forte defesa do liberalismo econômico e da lógica de mercado, como afirma Roberto Civita:

A Abril vem se batendo há 30 ou 40 anos pelo caminho da economia de mercado, da abertura de fronteiras, da globalização da livre iniciativa. O papel da Imprensa não é ir trabalhar nos bastidores nem chegar ao ministro X e pressioná-lo: mas, sim, colocar as coisas para o leitor, tentando mudar a cabeça das pessoas nas suas páginas e não nos gabinetes (CIVITA apud MIRA, 2001, p. 78).

O viés político acabou por se tornar uma das questões mais controversas acerca do semanário. Se no seu início *Veja* posiciona-se contrária ao regime militar, poucos anos depois de sua fundação ela mostrava-se mais próximas do círculo do poder. Essa situação refletiu na

demissão, em 1975, por pressões do governo (MIRA, 2001), do jornalista Mino Carta, um dos criadores da revista.

As concepções de independência e fiscalização do poder político apregoadas por *Veja* fundamentam-se numa forte imagem de legitimidade que a publicação construiu (BENETTI, 2007). Salienta-se que, por meio de texto noticioso que expressa opiniões de maneira contundente, *Veja* outorga-se o papel de explicar a realidade de maneira totalizante, colocando acontecimentos em esferas políticas, econômicas, culturais, etc. claramente sob o mesmo prisma ideológico.

Tendo-se definido a utilização das quatro revistas para o estabelecimento de um corpus para a pesquisa, passa-se à exposição dos parâmetros que guiaram este quadro de notícias a serem analisadas.

5.3 Definição do corpus

Partiu-se para a reunião do corpus de análise composto por edições das revistas *Carta Capital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja* compreendidas entre os meses de agosto de 2007 e dezembro de 2008. Este recorte é feito por tratar-se de um período que abrange as eleições presidenciais argentinas acontecidas em outubro de 2007, a partir de um período de dois meses anteriores à sua realização – no qual as revistas começam a contextualizar o evento eleitoral e, principalmente, a situação da candidata que saiu vitoriosa, Cristina Kirchner. Ela assume em dezembro do mesmo ano, e completa seu primeiro ano de mandato em dezembro de 2008. Em observância a pressupostos da análise de discurso que definem um exame calcado em uma duração temporal que permita diagnósticos mais aprofundados, determinou-se o período de 15 meses como recorte temporal. Ao todo, examinou-se 60 edições de cada publicação. No recorte estipulado, os textos para análise foram reunidos a partir das concepções de: notícia sobre a Argentina ou notícia que envolvesse Brasil e Argentina.

Com o acúmulo de um corpus volumoso, decidiu-se por parâmetros mais específicos, mantendo-se o recorte temporal. Desta forma, chegou-se à categorização de notícias:

- a) que tratam da realidade interna argentina e relacionam esta ao contato entre os dois países – o que é definido pela menção ao Brasil;
- b) que focam sua atenção aos assuntos sobre o relacionamento, em ambiente internacional, dos dois Estados.

Estas podem ser definidas no âmbito das notícias “duras” (*hard news*) exposta por Sousa (1999), que concernem a acontecimentos. Jacks, Benetti e Müller (2004) expõem que,

no âmbito dos países do Mercosul, as notícias “brandas” (*soft news*) terão influência maior no imaginário social, enquanto que as notícias “duras” têm menor apelo, por serem de maior atenção dos leitores “especialistas”, mas se aplicam mais à percepção de formação da opinião pública por tratarem de temas como economia e política e as próprias relações internacionais.

Contudo, ressalva-se que, pelo caráter do jornalismo de revista, esta categorização acaba, muitas vezes, subvertida, visto que o estilo magazine, como percebido com Vilas Boas (1996) e Lage (2001, 2005), flexibiliza certos pressupostos do jornalismo mais ligados à periodicidade diária. Assim sendo, aborda-se as *hard news* na concepção de notícias ligadas a temas de economia, política e relações exteriores, posto que elas tratarão, mais decisivamente, de temáticas recorrentes em RI.

O corpus final foi composto por 52 textos: CartaCapital (10 notícias); Época (12 notícias); IstoÉ (20 notícias); Veja (sete notícias). Além das notas e reportagens, definiu-se também a análise da seção de frases que as revistas editam. Foram encontrados três textos relevantes à pesquisa: Época (uma frase) e Veja (duas frases).

Apresenta-se um quadro com as notícias que serviram à composição do corpus. Adota-se neste trabalho a exposição das revistas em ordem alfabética, o que será obedecido também quando forem expostas as formações discursivas, ou FDs. As notícias são organizadas cronologicamente, e é feita uma indicação do assunto principal abordado em cada uma delas:

CartaCapital

A marcha dos pingüins (22/08/2007)

- expectativas sobre a provável eleição de Cristina Kirchner.

Reeleição à Argentina (07/11/2007)

- eleição de Cristina Kirchner como manobra política de Néstor Kirchner.

Hora de pôr o pé no freio (07/05/2008)

- dificuldades de controle da inflação na Argentina.

Vamos olhar para o Sul (04/06/2008)

- criação da Unasul (União Sul-Americana de Países)

O mundo não se entende (06/08/2008)

- colapso da Rodada Doha da OMC (Organização Mundial de Comércio).

Y todavía te quiero (13/08/2008)

- Relação entre Brasil e Argentina no episódio de Doha.

Tríplice aliança (10/09/2008)

- organizações sociais paraguaias demandando documentos a Brasil e Argentina.

Acerto de contas. Na Argentina (24/09/2008)

- militar torturador argentino preso no Brasil.

O riso do Leviatã (2) (29/10/2008)

- Nota sobre visão política conjunta entre Lula e Cristina Kirchner.

Um papel para Kirchner (03/11/2008)

- alocação de Néstor Kirchner na Unasul.

Época

O nome dela é Kirchner (18/10/2007)

- visita de Cristina Kirchner ainda candidata ao Brasil.

O Brasil deve ter medo dele? (29/10/2007)

- Hugo Chávez como ameaça ao Brasil.

Um sócio complicado (26/11/2007)

- Possível entrada da Venezuela no Mercosul.

Ser o maior tem um preço (17/12/2007)

- reportagem com entrevista com o presidente brasileiro sobre ser líder da América do Sul.

Adiós, dólar (31/12/2007)

- fim da utilização do dólar nas transações entre Brasil e Argentina.

A lebre e a tartaruga (24/03/2008)

- comparação das economias dos dois países pelo jornal britânico *Economist*.

O inferno são os outros (21/04/2008)

- Paraguai culpando Brasil e Argentina por seu subdesenvolvimento.

O isolamento de Cristina (21/07/2008)

- crise ruralista na Argentina.

Chance desperdiçada (04/08/2008)

- Fracasso das negociações da Rodada Doha.

Lição aos argentinos (04/08/2008)

- elogios argentinos à economia brasileira.

O “invasor” Chávez (11/08/2008)

- Chávez se “intrometendo” em encontro de Lula e Cristina Kirchner.

Entre ser soberana ou um “Canadá agrícola” (15/09/2008)

- nota sobre o futuro da economia argentina diante da relação com o Brasil.

Frase: “Às vezes, sinto um pouquinho de inveja do Brasil” (15/09/2008)

- declaração de Cristina Kirchner em visita ao Brasil no dia 7 de setembro, data de comemoração da independência do país.

Isto É

Rápidas (19/09/2007) - (quadro composto por notas curtas):

- Lula e Chávez conversando sobre gasoduto Venezuela-Argentina.

A Hillary latina (10/10/2007)

- perfil de Cristina Kirchner.

Lula recebe Cristina Kirchner (10/10/2007)

- nota sobre a visita da candidata argentina à presidência Brasil.

Muito difícil (10/10/2007)

- avaliação de que a relação entre Brasil e Argentina, mesmo com Cristina, continuará complicada.

Rainha Cristina (07/11/2007)

- intenções de Cristina Kirchner sobre acordo na produção de automóveis.

Retrato falado (07/11/2007)

- intenção da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) de ser presidente no Brasil aproveitando o “efeito Cristina”.

Vamos dançar um tango (28/11/2007)

- visita de Cristina Kirchner ao Brasil após eleita.

O submarino emergente (05/12/2007)

- Argentina e Venezuela comprando submarinos brasileiros.

Megaobra (19/12/2007)

- Obra no rio Uruguai por iniciativa de Cristina Kirchner.

Fácil como ABC (26/12/2007)

- caminhos diferentes de Brasil, Argentina e Chile para prosperidade.

Agente da CIA (16/01/2008)

- questão do suposto dinheiro venezuelano em maleta para a candidatura de Cristina Kirchner na Argentina.

Muy amigos (16/01/2008)

- relações próximas entre Brasil, Argentina e Venezuela.

Conivência? (13/02/2008)

- senador Heráclito Fortes (DEM-PI) questionando ajuda brasileira a jatinho dos dólares

A diplomacia energética de Cristina (20/02/2008)

- propostas argentinas para produção e distribuição de eletricidade no continente.

Evo na jogada (20/02/2008)

- também sobre as propostas argentinas para eletricidade, com a Bolívia no plano.

Chávez também (20/02/3008)

- mesma questão, com a adição da Venezuela.

Itaipu tetra (27/02/2008)

- discussões sobre a expansão de Itaipu.

O aero Cristina (26/03/2008)

- Argentina comprando avião brasileiro para presidência.

Comércio Brasil & Argentina, agora sem dólar (13/09/2008)

- visita de Cristina Kirchner ao Brasil e início de acordo financeiro entre os dois.

Contra as demissões (17/12/2008)

- Lula e Cristina Kirchner conversam com sindicalistas do continente sobre soluções para crise mundial.

Veja

Os três *muy amigos* (15/08/2007)

- relações entre Hugo Chávez e os Kirchner.

O poder da dinastia (24/10/2007)

- eleição de Cristina Kirchner para a presidência da Argentina.

Calma, Cristina, isso passa (23/07/2008)

- telefonema de Lula a Cristina Kirchner para “consolá-la” após derrota política.

A vontade do eleitor não valeu (13/08/2008)

- governos populistas do continente “mostram sua face”.

Sob o sol do cerrado (17/09/2008)

- nota destacando problemas de Cristina Kirchner quando de sua visita a Brasília.

Aaa... ah, bom! (01/10/2008)

- erros de empresas de avaliação de crédito sobre economias mundiais.

Pode bater que o gigante é manso (01/10/2008)

- Brasil sendo desrespeitado por países vizinhos.

Frase: **“Desmoronou a noção de que a América Latina ia a caminho da união sul-americana. Esse projeto, que o Brasil em particular defende tanto, caiu como um castelo de cartas. Há mais retórica de integração e prática de fragmentação.”** *Juan Gabriel Tokatlian, sociólogo argentino, em entrevista à Folha de S. Paulo (19/03/2008):*

- declaração de sociólogo argentino desacreditando iniciativa de integração dos países sul-americanos.

Frases (contrapostas na página): **“Devemos fazer com que o Paraguai obtenha o máximo de benefício em função da sociedade que eles têm conosco em Itaipu.”** *Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, anunciando previamente a rendição;* **“Espero que a Argentina não peça uma votação sobre quem é o maior jogador da história. O Celso Amorim votaria no Maradona.”** *Eduardo Sciarra (DEM-PR), comentando a disposição do ministro. (30/04/2008):*

- debate, por meio da publicação de frases, sobre uma suposta submissão do governo brasileiro aos interesses de países sul-americanos.

5.4 Composição das formações discursivas

Após a reunião do corpus para análise, procedeu-se ao exame dos textos para a procura de sentidos nucleares que servissem à composição das regiões de sentidos conformadoras de uma FD. Este movimento é feito a partir das predisposições de pesquisa. Neste trabalho, procurou-se observar a relação Brasil-Argentina por meio de um viés construtivista. Esta corrente preconiza que os interesses nacionais são definidos por e na relação entre os Estados. Desta maneira, a imagem construída do outro por aquele que define o interesse nacional é o conceito primordial para sua efetivação – só assim se percebe o outro como ameaçador ou companheiro, parceiro de ocasião ou eterno, aliado ou inimigo. É relevante observar, também, que esta análise fundamenta-se na definição de Putnam (1988) de Jogos de Dois Níveis, a partir da qual se concebe como equívoco analisar política interna e externa como níveis de realidade em separado, pois se considera os dois domínios como imbricados.

A investigação dos textos noticiosos mostrou a conformação de alguns sentidos nucleares que, remetendo-se à análise de política externa por um viés construtiva, derivam em três FDs. Relembra-se que as FDs não devem ser tomadas como blocos homogêneos de sentidos ou como blocos opostos uns aos outros. Cada FD se constitui dentro de suas particularidades, buscando represar sentidos para formatar discursos.

Para a organização metodológica do trabalho, constitui-se um quadro de seqüências discursivas (SDs), que são trechos destacados das notícias. Mapeou-se um total de 154 SDs. Não se utilizarão todas, recortando-se algumas para a apresentação da análise. As SDs foram numeradas cronologicamente em relação à disposição alfabética das revistas³³. CartaCapital abriga da SD1 a SD42; Época, da SD43 a SD79; IstoÉ, da SD80 a SD120; e Veja, da SD121 a SD154. Tem-se em vista que um mesmo texto poderá abrigar SDs das diferentes FDs. No processo de constituição metodológico, mostrou-se importante a apresentação de um quadro indicativo das SDs relativas a cada notícia. Neste quadro (pg. 93) apresentam-se as matérias utilizadas em cada revista e as respectivas SDs.

SDs utilizadas como exemplos:

CartaCapital	Época	IstoÉ	Veja
A marcha dos pingüins (22/08/2007) SD1, SD2, SD3, SD4, SD5, SD6, SD7, SD8	O nome dela é Kirchner (18/10/2007) SD43, SD44, SD46, SD47, SD48	Lula recebe Cristina Kirchner (10/10/2007) SD81	Os três <i>muy amigos</i> (15/08/2007) SD121, SD122, SD125, SD126, SD127, SD128
Reeleição à Argentina (07/11/2007) SD9, SD10, SD11, SD13	O Brasil deve ter medo dele? (29/10/2007) SD49, SD50, SD51, SD52	Muito difícil (10/10/2007) SD82	O poder da dinastia (24/10/2007) SD129, SD130, SD131, SD134, SD137
Hora de pôr o pé no freio (07/05/2008) SD17	Um sócio complicado (26/11/2007) SD54, SD55	A Hillary latina (10/10/2007) SD83, SD85	Frase: “ Devemos fazer com que o Paraguai obtenha o máximo de benefício em função da sociedade que eles têm conosco em Itaipu. ” (30/04/2008) SD139
<i>Y todavía te quiero</i> (13/08/2008) SD30, SD31, SD32,	Ser o maior tem um preço (17/12/2007) SD57, SD58, SD59,	Rainha Cristina (07/11/2007) SD90	Frase: “ Espero que a Argentina não peça uma votação ”

33 Opta-se pela apresentação das SDs e da análise das revistas por meio de ordem alfabética por se considerar que o destaque dado a fatores como relevância ou dominância dos sentidos constituintes das FDs poderia prejudicar a exposição dos resultados da pesquisa. Desta maneira, procura-se uma forma de comunicar os resultados do trabalho sem o realce da uma publicação em relação às outras.

SD33, SD34, SD35, SD36, SD37	SD60		sobre quem é o maior jogador da história. O Celso Amorim votaria no Maradona” (30/04/2008) SD140
	Adiós, dólar (31/12/2007) SD61	Retrato falado (07/11/2007) SD91	Calma, Cristina, isso passa (23/07/2008) SD141
	A lebre e a tartaruga (24/03/2008) SD62	Vamos dançar um tango (28/11/2007) SD94, SD95, SD98, SD99	Sob o sol do cerrado (17/09/2008) SD146
	O inferno são os outros (21/04/2008) SD63	O submarino emergente (05/12/2007) SD100	Aaa... ah, bom! (01/10/2008) SD147
	O isolamento de Cristina (21/07/2008) SD66, SD68	Megaobra (19/12/2007) SD101	Pode bater que o gigante é manso SD148, SD149, SD151, SD152
	Chance desperdiçada (04/08/2008) SD69, SD70, SD71, SD74, SD75	Agente da CIA (16/01/2008) SD109	
	O “invasor” Chávez (11/08/2008) SD77	Muy amigos (16/01/2008) SD110	
	Entre ser soberana ou um “Canadá agrícola” (15/09/2008) SD78	Conivência? (13/02/2008) SD111	
	Frase: “ Às vezes, sinto um pouquinho de inveja do Brasil ” (15/09/2008) SD79	A diplomacia energética de Cristina (20/02/2008) SD112	
		Evo na jogada (20/02/2008) SD113	
		Chávez também (20/02/2008) SD114	
		Itaipu tetra (27/02/2008) SD115	
		O Aero Cristina (26/03/2008)	

		SD116	
		Comércio Brasil & Argentina, agora sem dólar (13/09/2008) SD119	
		Contra as demissões (17/12/2008) SD120	

Após a exposição do quadro-guia para a localização das SDs nos textos, procede-se à caracterização das FDs e sua observação de acordo com os sentidos dados a ver pela análise das notícias.

5.3.1 FD1: Rivalidade

A relação entre Brasil e Argentina é caracterizada por meio de um componente de rivalidade. Como afirma Cervo (2008), o conjunto de estudos de rivalidade baseia-se em determinações antigas e contemporâneas, e tem em sua constituição o elemento da disputa pela hegemonia regional. Mesmo quando há situação de cooperação, o Brasil precisa estar atento à concorrência com o país vizinho – vê-se o outro sob um olhar de desconfiança. Em alguns casos, o antagonismo mostra-se como um elemento intrínseco, derivado de uma concepção ontológica das identidades nacionais; em outros, fruto de conjuntura (fatores de determinação remotos e recentes). “Alguns estudiosos chegam à conclusão de que a rivalidade age como móbil superior das forças históricas e estabelece o padrão de conduta” (CERVO, 2008, p. 208). A rivalidade se estabelece também quando se tratam os dois como “bons” ou “maus” – neste caso, os argentinos como portadores de características avaliadas negativamente, o que, para acontecer, também utiliza várias vezes representações históricas da relação.

A construção de uma percepção do outro por meio da concepção de rivalidade busca sua afirmação, de forma destacada, na interpretação do relacionamento histórico entre as nacionalidades brasileira e argentina. Uma visão do outro como antagônico não surge, simplesmente, do nada, mas é trabalhada e retrabalhada a partir de memórias históricas que acabam por surgir sempre quando há interesse em justificar certas ações “nossas” em relação a eles, ou quando eles agem de uma maneira que por nós é interpretada a partir do que consideramos como expressão de determinações do “ser argentino”.

Os diversos embates entre os dois Estados, experienciados desde a época colonial, acabam conformando a apreensão dos argentinos por meio de julgamentos valorativos negativos, como afirmam Cervo (2008) e Guimarães (2005). Além de uma intrínseca situação de oposição entre as duas nacionalidades, há, de maneira marcante, uma persistente desqualificação do espaço latino-americano e sul-americano, como visto a partir de Azevedo e Guimarães (2000) e Prado (2000). Percebe-se uma representação da Argentina como sul-americano/latino-americano que é dependente do contexto do acontecimento.

Na presente pesquisa, os sentidos que apontam para uma FD de rivalidade do contato entre Brasil e Argentina nas revistas são notados por marcas discursivas que dão a ver uma concepção negativa, o que se explicita como formas de ação subsidiadas em um viés de intencionalidade. Este é moldado sob uma atuação por vezes maldosa dos argentinos para com os brasileiros. É importante ter em vista, contudo, que estas percepções acabam por instituir uma postura que se pode considerar defensiva por parte da revista.

CartaCapital

Nos textos utilizados para a pesquisa em CartaCapital, a FD1 se institui quando os sentidos acionados nas construções noticiosas confluem para uma ação argentina que prejudica o Brasil. Este, contudo, é instituído por vezes como uma consequência da própria ação brasileira em relação à Argentina.

SD30: *Y todavía te quiero*

SD31: Brasil tentou não **virar refém** da Argentina, mas **não tem outro remédio a não ser colaborar** com os vizinhos.

SD32: Muitas vezes o governo argentino – tanto o atual quanto muitos dos anteriores – **fez por merecer críticas à sua miopia estratégica e às suas atitudes com os vizinhos**. Mas é preciso admitir que, no episódio de Doha, é a diplomacia brasileira que se deve responsabilizar por essa classe de conduta.

O bloco de SDs mostra sentidos apontando para uma atitude de tentativa de controle argentina das relações com o Brasil e com os países vizinhos. Neste caso, a análise dos textos evidenciou que a ideia de rivalidade entre brasileiros e argentinos aparece com mais frequência quando a Argentina busca alternativas a suas crises fora das concepções de integração sul-americana. Na publicação, a Argentina aparece como um Estado com pouca capacidade de manobrar internacionalmente, e que, quando rejeita a instituição das soluções

em conjunto com o Brasil e também com a Venezuela, incorre em erros que podem ter consequências pesadas.

Na SD30, título da notícia, o sentido hegemônico está sendo disputado pelas FD1 e FD2, pois se constitui um jogo. A palavra *todavía*, em espanhol, possui um significado próximo à “todavia” em português (“mesmo assim”, “ainda assim”), buscando estabelecer um sentido de que, “ainda que vocês ajam desta forma, nós os amamos”. No que concerne aqui, a marca expõe uma carga de negatividade, pois para gostarmos deles, temos que relevar as premissas complicadas que existem na relação com os argentinos. O sentido é complementado pela SD31, na qual a Argentina tenta tomar o Brasil como refém – ou seja, deixá-lo a seu dispor.

Compreende-se que o prejuízo ao Brasil citado anteriormente é analisado dentro de um plano relacional superior aos dos dois países. Ao prejudicar os brasileiros, a Argentina está tomando atitudes que terão impacto contraproducente à sua própria existência dentro do ambiente internacional. O que se mostra de relevância para a compreensão da rivalidade entre Brasil e Argentina é a ideia de integração dos países da América do Sul. Este plano possui uma base histórica estruturada a partir de uma posição independente destas unidades nacionais frente ao poderio político-econômico dos países industrializados. Nota-se que a rejeição ao projeto sul-americano constitui-se no ponto de exposição de uma visão de conflito para com o vizinho.

SD35: Segundo ela [Cristina Kirchner], seu governo tenta agora desenvolver um “projeto produtivo com inclusão social, tendente a integrar as economias regionais”. **Se de fato tem tal visão, não a deveria sacrificar sem mais nem menos ao altar do livre-comércio.**

SD36: Os argentinos **pensaram** que poderiam ser um **país de serviços. Deram-se mal. Queremos isso?**

SD17: O desemprego aberto superava 20% e a renda per capita, os salários e os índices de pobreza estavam em patamares assustadores para **um país que se imaginava quase de “Primeiro Mundo”**. Rumores de golpe corriam pelas ruas. Rudiger Dornbusch chegara a declarar o país “politicamente falido”, e, com o apoio do economista Miguel Angel Broda, exigia que o governo argentino **abrisse mão de sua soberania e entregasse a administração da economia a estrangeiros.**

Enquanto a SD35 exemplifica uma “cobrança” forte realizada pela publicação à Argentina, a exposição das SD36 e SD17 foca-se na representação argentina de que o país faria parte do “Primeiro Mundo” – uma visão de acordo com a revista, partilhada pelo próprios argentinos. Os sentidos observados indicam um tom narrativo de advertência. Para

CartaCapital, acreditar nas determinações colocadas como essenciais ao ambiente internacional pelo conjunto de países que se pode denominar como “mundo industrializado” é acreditar numa utopia. Este mundo, estabelecido a partir dos objetivos capitalistas, não concebe a entrada de um país como a Argentina. A rivalidade é notada no enquadramento expositivo da questão pela publicação, visto que o posicionamento argentino de acreditar fazer parte do universo dos países desenvolvidos economicamente é danoso ao projeto ao qual ela deveria se dedicar – a união dos países da América do Sul.

Os textos que noticiam indícios da Argentina se afastando das possibilidades de integração do continente são construídos de maneira mais hostil aos argentinos. Estes são representados como iludidos pelas “promessas” de um mundo que não lhes pertence, virando as costas à realidade. Esta realidade subjaz no relacionamento com o Brasil e a Venezuela, de modo a fortalecer sua existência no ambiente internacional. A FD1 acaba se constituindo, no discurso de CartaCapital sobre a Argentina quando esta coloca os interesses financeiros (por dizer globais) à frente dos interesses da integração latino-americana.

Época

A revista Época apresenta sentidos que indicam uma rivalidade entre Brasil e Argentina em especial a partir da concepção de que o país vizinho não segue as “determinações” brasileiras – sendo que o Brasil é um país “correto” dentro das regras internacionais. É instituída constantemente a imagem de um Brasil imponente, exemplo a ser seguido pelos argentinos. Quando estes parecem ir contra essa representação de grandiosidade, a revista passa a representá-los de maneira negativa.

É de relevância, para a publicação, a representação de uma “visão mundial”. Esta parece ser uma força oculta, dada a ver por meio das regras do capitalismo e da percepção dos investidores. É essencializada, tomada como objetiva, uma concepção de estruturas financeiras mundiais. São elas que ditam o que é certo ou errado, e a relação entre brasileiros e argentinos é construída por Época a partir deste prisma. Na reiteração de uma posição brasileira de proeminência no ambiente internacional feita pela revista, é destacada a orientação dos sentidos apontando para uma certa inveja do Brasil por parte dos argentinos.

SD62: A lebre e a tartaruga – unidos pela geografia, Brasil e Argentina adotaram programas econômicos opostos. O brasileiro, uma tartaruga, na definição da revista britânica Economist, é ortodoxo. O argentino, a lebre, fixou preços, abriu subsídios e taxou até exportações.

Como na fábula de Esopo, a lebre saiu na frente, com um crescimento de 9% ao ano, deixando a tartaruga comendo poeira. “Hora de reescrever os livros de economia? **A Argentina gostaria que sim, mas há sinais de que o Brasil pode terminar na frente**”, diz a Economist. A revista destaca um dado sobre a **percepção mundial dos vizinhos**. No ano passado, **o investimento externo na Argentina cresceu 12%. No Brasil, 35%**.

SD78: O contato cada vez maior entre Lula e a presidente da Argentina, Cristina Kirchner, é bem-visto por nossos vizinhos. Mas o editor-chefe do Clarín, Ricardo Kirschbaum, **faz um alerta: está na hora de a Argentina decidir o que quer para si, ou seja: “converter-se em um ‘Canadá agrícola’ de seu poderoso vizinho ou buscar uma autonomia inteligente**, numa região em que as oportunidades são raras.

SD79: **“Às vezes, sinto um pouquinho de inveja do Brasil”** - Cristina Kirchner, **presidente da Argentina**, no Brasil para as comemorações oficiais do 7 de setembro.

A exposição final da SD62 apresenta-se sob uma estratégia discursiva de que “contra fatos não há argumentos” – a utilização do que se diz ser um dado sobre a “percepção mundial dos vizinhos” assegura toda a credibilidade da afirmação. Esta se baseia na representação de uma instância de fiscalização superior, como se o mundo fosse uma entidade e, além disso, de caráter unívoco, que estivesse olhando para o relacionamento entre Brasil e Argentina. Mais uma vez afirma-se a disposição de compreensão da realidade mundial disposta por Época a partir de posições baseadas nos “desejos” do capital.

Nas SD78 e SD79, mostrou-se como a revista utiliza os sentidos da FD1 para a afirmação da posição brasileira diante dos argentinos. A declaração dada por Cristina Kirchner, no dia 7 de setembro, é tomada pela revista como emblemática – afinal, trata-se da mandatária do Estado argentino que, no dia de maior representatividade para a estrutura estatal brasileira, faz quase uma confissão. Os sentidos de FD1 destacados no texto de Época acabam se atenuando, numa constituição que, por outro viés, será depois vista na composição da FD2. No momento, nota-se a conformação da argumentação de que, calcada na superioridade econômica brasileira, entremeada a um certo sentimento de admiração, a Argentina investe um olhar de inveja ao Brasil. Embora aqui se constituam sentidos que apontam para uma visão positiva do Brasil pelos argentinos, que o tomariam como exemplo para seu próprio desenvolvimento, a revista acaba mobilizando outros sentidos, que se reportarão à constituição de um ambiente de disputa entre os países. Isso acontece quando, junto à ideia de força brasileira dentro da relação, Época coloca a Argentina como parte do grupo de países sul-americanos com os quais o Brasil precisa ter cuidado, pois estes, envolvidos em um histórico de pobreza, acabam se instituindo como rivais brasileiros na região.

Para esse delineamento, a revista põe em ação interpretações históricas que tratam do relacionamento do Brasil com os países do continente e, de forma decisiva, a reiteração da proeminente posição econômica brasileira em relação a essas unidades. Esta, neste ponto, é destacada pela comparação do nosso Produto Interno Bruto (PIB) com os dos outros – o que, diante de uma cifra significativa, nos institui como donos de 60% da produção industrial no continente.

SD57: Ser o maior **tem um preço**

SD59: **De todos os candidatos na eleição presidencial argentina**, em novembro, **Cristina** foi a **única a ser recebida por Lula, o que de alguma forma ajudou em sua vitória**. Da mesma forma, Lula recebeu seus candidatos favoritos nas eleições presidenciais da Bolívia, Evo Morales, e do Equador, Rafael Caldera. Ambos venceram. Na véspera da posse de Cristina, Lula e mais seis presidentes sul-americanos assinaram a ata de criação do Banco do Sul, um banco multifuncional de fomento que pretende ocupar lacunas deixadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no financiamento de empresas e projetos da região. A cerimônia foi apenas simbólica, pois nenhum dos países [...] sabe ainda quanto dinheiro vai colocar nessa cesta. Assim mesmo, o comércio do Brasil com os 12 países da América do Sul cresceu nos últimos dez anos de US\$ 25 bilhões para US\$ 54 bilhões. A região já é responsável por quase um quarto das exportações brasileiras.

SD60: O aprofundamento das relações comerciais e políticas com a América do Sul é benéfico para o Brasil, mas também **exige um cuidado cada vez maior do presidente e do Itamaraty**. “O recreio acabou. As relações entre o Brasil e os vizinhos eram muito tranquilas até agora, porque eram muito ralas, muito superficiais”, diz o ex-embaixador José Botafogo Gonçalves, ex-chanceler do governo Fernando Henrique Cardoso. “**Quanto mais o Brasil quiser exercer um papel de liderança, mais embates terá de enfrentar, pois é impossível ter mais envolvimento econômico sem envolvimento político**”. Dono de quase 60% do PIB da América do Sul, o Brasil é visto por setores de diversos países como um potencial império hegemônico na região, intenção negada por Lula. “**Temos de ser generosos com os países menos desenvolvidos e recusar qualquer pretensão de hegemonismo. Ninguém gosta de ser liderado**”, diz Lula.

Há uma latente indicação de hegemonia brasileira, confirmada depois com a frase do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva na SD60. Diante de poder tão grande, só resta às outras unidades nacionais desejarem arrancar algo do país. O Brasil, para a defesa de seus interesses, deve abandonar as concepções “ideológicas” de relacionamento no plano internacional. A Argentina será enquadrada como rival pelo semanário quando se opuser às intenções do Brasil de “defender seus interesses”, - estes sendo construídos, nas notícias, como estruturados a partir de objetivos econômicos. Na construção do jogo internacional

percebe-se que os argentinos se opõem a nós quando querem que o Brasil defenda interesses que não são “brasileiros”.

Desta feita, as notícias buscam apresentar o que seriam os interesses do país. Este é baseado somente no ganho econômico, sendo representado pelas benesses advindas do comércio internacional. A diplomacia é percebida, por *Época*, como um instrumento a serviço da economia, e essa tendência engendra mesmo as decisões políticas. Não parecem ser consideradas estratégias de longo prazo uma questão relevante, delegando-se às ações de lucro instantâneo a força das relações internacionais.

SD52: Política externa, ensinam os manuais, não se faz apenas com diplomacia, mas com a caneta cheia de tinta para preencher talões de cheques e fuzis. Assentado nas imensas reservas de petróleo da Venezuela e agora munido de Kalashnikovs e caças Sukhoi, Chávez tem as duas coisas para continuar sua política de conquistar influências e aliados em países vizinhos como Cuba, Bolívia, Equador, Nicarágua e Argentina.

SD69: sob o comando do ministro Celso Amorim, o Brasil abandonou a retórica de Terceiro Mundo e passou a defender seus próprios interesses. Infelizmente, não adiantou.

SD70: O acordo comercial da Rodada de Doha seria benéfico ao mundo todo. Seu fracasso mostra que os governos não estão preparados para abrir a economia.

SD71: Vista de longe, a Rodada de Doha foi um dos grandes fracassos da história mundial da diplomacia [...] Visto de perto, o fracasso pertence à conhecida categoria das grandes chances desperdiçadas pela humanidade.

SD74: - A mudança causou estranheza nos novos parceiros asiáticos e também em aliados mais antigos, como a Argentina. Diplomatas de Buenos Aires acusaram o Brasil de defender seus interesses e esquecer-se do Mercosul. Eles acreditavam que um acordo, tal qual o Brasil pretendia, iria **expor sua indústria à concorrência internacional** sem ter em troca o bônus de aumentar as exportações agrícolas aos principais centros consumidores do mundo.

SD75: Para críticos permanentes da diplomacia brasileira, a mudança de Genebra merece aplauso – e não crítica. Na avaliação de Rubens Barbosa, a nova postura foi uma demonstração de amadurecimento. “O ministro Celso Amorim foi muito feliz em **defender as causas brasileiras**. Essa história de vincular a economia à política e a questões ideológicas, tipo Sul-Sul, é anacrônica. Só espero que não haja recaídas”.

A revista considera uma catástrofe o acordo da Rodada Doha não ter saído. Este, caso tivesse sido concretizado, iria flexibilizar mais as relações comerciais entre os países, um fator entendido como positivo. De acordo com os textos, a Argentina esperava que o Brasil fosse defender os interesses dos dois países juntos, numa junção de visões representadas pela figura do Mercosul. No entanto, para a *Época*, os brasileiros agiram corretamente, defendendo “seus próprios interesses”, que não são contemplados quando se trata do bloco econômico criado

em conjunto pelos países, além de Paraguai e Uruguai. A Argentina “acusa” o Brasil de “defender seus próprios interesses”.

O semanário parece indicar que a união dos brasileiros aos argentinos fora dos interesses econômicos liberais só acontece por matrizes ideológicas, e a ação independente do Brasil seria “não-ideológica”. Agir em dissonância com o grupo de países com os quais o Estado brasileiro constitui um alinhamento matizado juridicamente por vários acordos é percebido como uma maneira de defesa de uma inserção internacional que só levará em consideração “fatos”, não “ideias”. Sendo as causas brasileiras essencializadas a partir da concepção da liberalização comercial, os sentidos da FD1 surgem quando esta possibilidade é ameaçada por um posicionamento dissonante da Argentina. O vizinho, que é um “antigo aliado”, só deve ser tratado assim quando estiver dentro de concepções de ganho econômico-financeiro convenientes ao Brasil.

IstoÉ

O periódico apresenta sentidos que confluem para a FD1 quando a posição de proeminência política brasileira sobre o continente é percebida como ameaçada pelas ações ou intenções argentinas. As iniciativas em escala regional que são impetradas ou sugeridas pela Argentina acabam sendo motivo de uma preocupação da revista, que a expõe por meio de textos que deixam perceber desconfiança em relação ao vizinho

Situando os sentidos de suspeita cronologicamente, percebe-se que, inicialmente, IstoÉ representa Néstor Kirchner, presidente que está em processo de substituição, como essencialmente contrário ao entendimento entre os países. O viés marcadamente político da publicação parece ter influência para a estruturação de visões baseadas na importância dos personagens-presidentes para a definição das ações dos Estados.

SD82: Cristina Kirchner deixou duas impressões entre os assessores de Lula. É **carismática, bonita e inteligente**. Outra impressão é que, **eleita presidente da Argentina, não terá relação diferente** daquela que o marido, Néstor, já tem com Lula. Ou seja: **muito difícil**.

SD95: **É tudo o que Kirchner, e a maioria dos governos argentinos anteriores, sempre procurou evitar**. A nova presidente argentina quer o Brasil na liderança do continente por enxergar nessa hipótese a melhor chance de neutralizar uma dependência econômica cada vez mais crescente em relação à Venezuela do imprevisível Hugo Chávez.

A menção a um histórico de desconfiança é presentificada na figura de Néstor Kirchner, representado como inconstante e contrário aos interesses brasileiros. Na SD82 a situação de antagonismo entre brasileiros e argentinos é subjacente à troca de líderes políticos no país vizinho. As características atribuídas à Cristina Kirchner, que são integradas dentro de uma valoração positiva e, por isso, diferem-se das percebidas em Néstor, são consideradas impotentes frente uma realidade que estrutura o contato entre os Estados. Diante de uma falta de explanação acerca dessa “verdade inabalável” (a dificuldade inerente da relação) pela revista, os sentidos apontam para a constituição de uma rivalidade que independe de outras variáveis. Isso parece ser antevisto com base em um imaginário que inclui uma memória de confrontos entre os dois Estados. Destaca-se que a impressão sobre a nova presidente da Argentina é explicitada por assessores do presidente Lula, integrantes do corpo diplomático nacional, que têm conhecimento sobre as nuances dessa relação histórica.

Há a conformação de um embate permanente entre as duas nacionalidades, o que, indicam os sentidos, poderá modificar-se a partir da disposição de Cristina Kirchner em reconhecer o Brasil como o líder do continente, num desdobramento que será observado na FD2. Para o momento, nota-se que os sentidos da FD1 são dados a ver na percepção de que, embora o contato entre os dois países possa ser benéfico, eles parecem direcionar-se para uma possibilidade de “esperteza” da Argentina. Esta aproximação, feita a partir de um maior protagonismo argentino na relação, deve ser vista com cuidado pelo Brasil, pois pode engendrar um desejo argentino de prejudicar o país envolto sob uma ideia de amizade.

Nesta ótica, as iniciativas argentinas suscitam desconfiança no discurso analisado. Remeter-se à história funciona como justificativa para se tomar cuidado com as posições do vizinho. Este sentido é reforçado pela utilização do “fator sul-americano”, ou seja, a apresentação das iniciativas argentinas coordenando ações nas quais países da América do Sul – representados por seu líderes, vistos pela publicação como controversos – são incluídos. Há uma mobilização do imaginário em relação aos habitantes da América do Sul e América Latina, e de discursos históricos da constituição do Estado brasileiro diante dessas unidades nacionais.

SD90: **Rainha Cristina** - A presidente eleita da Argentina, Cristina Kirchner, negocia uma nova visita ao Brasil. Ela **quer** um acordo para que os automóveis daqui e de lá tenham as mesmas auto-peças. **E que dividam** o mercado para a exportação.

SD109: O presidente Lula foi **convencido pelos amigos Hugo Chávez e Cristina Kirchner** de que o escândalo do “maletín”, no qual um executivo

venezuelano foi preso em Buenos Aires com uma mala de dólares, **seria uma armação** da CIA. Por isso os americanos não o extraditam, argumenta o presidente.

SD110: **Muy amigos** – a propósito, **nunca antes na história deste país** esteve tão bom o clima entre Brasil, Argentina e Venezuela. Lula fala o tempo todo com Cristina Kirchner. E se recompôs com Chávez por conta de nossos problemas energéticos.

SD112: Cristina Kirchner está negociando com o presidente Lula a união dos sistemas energéticos da Argentina e do Brasil para resolver **seu atual apagão**. O plano é assinar um tratado no qual os dois países construirão uma nova hidrelétrica, Garabi (2,8 milhões de MW). A Argentina também aumentará em dez metros o nível da água da usina de Corpus, no rio Paraná, produzindo três milhões de MW a mais. Itaipu, por sua vez, produzirá 1,2 milhões de MW a menos. Corpus compensaria o Brasil e sobraria energia. **Nos anos 1970, os dois países quase foram à guerra por conta das cotas de Itaipu e Corpus. Agora, um terá que confiar no outro.**

SD113: **Evo na jogada** - Cristina Kirchner **quer** que a Petrobras invista US\$ 1 bilhão para aumentar de 36 milhões para 55 milhões de m³/dia a produção de gás da Bolívia, de Evo Morales. **Também quer que o Brasil abra mão de parte do gás boliviano para resolver o apagão argentino.** Ela compensaria com energia extra de Corpus.

SD114: **Chávez também** - O **Plano Kirchner envolve também Hugo Chávez**. Cristina **quer** que Lula **obrigue** a Petrobras a parar de sabotar o projeto do gasoduto de US\$ bilhões (e 150 milhões de m³/dia) entre a Venezuela e seu país. **Lula deve atender a tudo.**

Pode se perceber uma reserva de IstoÉ em relação ao que afirma ou faz a Argentina, e a revista parece preocupar-se com a proximidade do presidente Lula com Cristina Kirchner e seu aliado Hugo Chávez. Os planos argentinos incidem em assuntos que, décadas passadas, criaram atritos entre os dois Estados, como questões energéticas. Estas, dentro do espaço político internacional, são consideradas de primeira ordem, sendo vistas como fundamentais à existência de qualquer país – fazem parte do “núcleo duro” do interesse nacional.

O termo “jogada”, utilizado pela publicação na SD113, vai ao encontro dos sentidos de um acordo que tangencia o ilícito, concretizado como uma artimanha. Ele pode ser notado como representativo da ideia de uma associação de ocasião, intencionada como um ganho feito por “debaixo dos panos”. A Argentina parece ter um interesse especial em colocar a Bolívia em sua esfera de influência, e aumentar uma dependência do Brasil em relação à sua própria produção energética. A artimanha, aqui, é aumentar a correlação entre os dois Estados. Diante do poderio brasileiro, esta maior imbricação entre os dois é mais vantajosa para a Argentina, “que precisa mais de nós do que nós deles”, de acordo com a revista.

Deste modo, os sentidos voltados para a FD1 no discurso de IstoÉ são relacionados às possibilidades de o Brasil ser traído pela Argentina se confiar demais no vizinho. A utilização

da expressão *muy amigos* na SD110 tem por objetivo acionar um imaginário de desconfiança, pois, da mesma forma que a denominação *hermanos*, ela não se institui sob sentidos de amizade e fraternidade, mas é assentada por meio de argumentação irônica. A Argentina, com a Venezuela a tiracolo, representa um outro com o qual o Brasil deve se relacionar com a preocupação de não ser enganado, “passado para trás” por aquele que pode ser um aliado que esconde intenções pouco nobres.

Destaca-se uma intenção de integração brasileira, percebida pela atuação do presidente Lula. É justamente por querer constituir uma união entre os Estados que o Brasil não pode fechar os olhos à atuação argentina e aos “ensinamentos” da história. De certa forma, os sentidos indicam para uma FD1 instituída pela dúvida, baseada na memória da relação entre os dois, sobre a vontade de se constituir um processo de integração.

Veja

Os núcleos de sentido ligados à FD1 foram os mais proeminentes na análise do corpus de Veja. Percebe-se a utilização de sentidos orientados para os discursos de uma rivalidade entre Brasil e Argentina a partir de marcas que trazem a essa relação elementos de uma disputa, até certo ponto, vista como simplista entre personagens “bons” e “maus”.

SD121: **Os três *muy amigos***

SD122: Mala com quase 800.000 dólares encontrada em jato particular expõe as **relações promíscuas** entre **Chávez** e o **casal Kirchner**

SD125: **Os laços de amizade entre Chávez e Kirchner** se intensificaram há dois anos, quando o venezuelano comprou os primeiros títulos da dívida externa argentina. Até hoje, **mais de 5 bilhões de dólares em “Bônus Kirchner” estão nas mãos da Venezuela**. Como contrapartida, a **diplomacia dos petrodólares tem dado a Chávez um papagaio aliado dentro do Mercosul**. Kirchner é um dos que **mais pressionam** pela entrada, ainda não sacramentada, da Venezuela como membro pleno do bloco. Isso apesar das **constantes declarações de Chávez contra o Mercosul**.

SD126: Como se tratava de uma **negociata entre grandes amigos**, **autoridades procuraram atenuar** o impacto da mala no aeroporto. O episódio só veio a público na terça-feira, depois que Chávez deixou a capital argentina rumo a Montevideú, no Uruguai.

SD127: **Malas de dinheiro são prática corriqueira na Venezuela [...]** O presidente [Chávez] **favoreceu os candidatos** de sua preferência na Bolívia, na Nicarágua, no Peru e no Equador. **O que surpreende é a conivência que esses casos têm recebido na Argentina**.

SD128: **Nenhuma autoridade o interrogou** para que ele dissesse a origem ou o destino do dinheiro, mesmo que isso fosse apenas uma tentativa de justificar o injustificável. Com as notas restantes, o empresário embarcou

tranquilamente para o Uruguai na terça-feira. Fez, assim, o mesmo roteiro de Chávez. **Isso é que é amizade.**

Há uma confluência de sentidos da Venezuela para a Argentina. O Estado venezuelano, na figura de seu mandatário, é caracterizado como um país vilão, de intencionalidade negativa. A relação econômica entre os dois é colocada a partir de um sentido de que, se os argentinos estão se associando aos venezuelanos, eles tornam-se maus – afinal, a Venezuela, representada pelo seu presidente, é um Estado maligno, e “os Bônus Kirchner” – denominação realizada pela própria revista – estão nas mãos da Venezuela.

Notaram-se marcas discursivas que indicam sentidos de que a junção política e econômica entre Venezuela e Argentina é tão grande, e tão imoral, que ela é caracterizada como “promíscua”. O termo pode ser considerado chulo para tratar de relações entre países, em especial porque, como exposto pelas teorias construtivistas, é necessário perceber que as caracterizações nacionais não englobam apenas o construto estatal, mas também os indivíduos dentro da identidade nacional em questão.

A relação entre Argentina e Venezuela serve às caracterizações negativas que, dentro da FD1, deriva num contato Brasil-Argentina construído pela retomada dos discursos históricos sobre um país (o Brasil) contra todos os vizinhos (os países sul-americanos). A imagem de que os brasileiros precisam estar de olhos abertos aos vizinhos é instituída a partir da concepção de um continente composto por países inimigos. Percebe-se a utilização de representações históricas dos países sul-americanos como tendentes à corrupção e à desonestidade. Tal situação é notada mesmo na SD127, que tenta se articular sobre o discurso de que a Argentina, de maneira surpreendente (ou seja, insólita, inesperada) adentra ao universo da barbárie dos países da América do Sul – igualando-se aos bárbaros.

É interessante notar que, para este discurso fazer sentido, há certo “rebaixamento” da Argentina. Esta situação é relevante à representação das coletividades brasileira e argentina vista em Ribeiro (2002), quando o autor coloca que, de forma geral, representam-se culturalmente os habitantes dos dois povos por meio dos prismas de europeísmo (argentinos) e tropicalismo (brasileiros). Neste caso, busca-se construir uma ideia de que os argentinos, ao aceitarem a situação lhes imposta por Hugo Chávez, estão deixando sua essência de lado. Confundindo-se à barbárie, para a revista, a Argentina investe contra o Brasil.

SD148: **Pode bater que o gigante é manso**

SD149: Os **presidentes populistas da América do Sul esbravejam o tempo todo contra o Brasil**. Contam-se nos dedos de uma só mão, contudo, as medidas concretas contra interesses americanos adotadas por esses governos. **Em lugar disso, quando querem agitar uma causa nacionalista para unir a nação em torno do presidente, o golpe é desferido contra o Brasil**. Fazem isso com total desfaçatez, pois a experiência dos últimos anos demonstrou que o vizinho engole passivamente as humilhações.

SD152: **O governo do casal Kirchner dificulta a compra de empresas locais por companhias brasileiras**. A Petrobras ofereceu 200 milhões de dólares pela Esso, mas não conseguiu fechar o negócio **devido à oposição oficial**.

Algumas das marcas vistas dão a ver sentidos que tratam com a concepção de um “gigante indefeso”. Há latente imbricação a uma representação sobre o desenvolvimento conflituoso entre o Brasil e os países da América do Sul. Como visto, há uma memória histórica na composição dos sentidos de rivalidade que fundamenta a observação do Brasil como um Estado que se fortaleceu e permaneceu territorialmente integrado – e que por isso “deu certo” – em meio à balbúrdia de países surgidos da fragmentação da colonização espanhola. A unidade nacional brasileira, a “ilha de tranquilidade” no continente convulsionado por natureza, acaba sendo vítima da cobiça dos outros sul-americanos. Coloque-se, no mesmo pacote de compreensão, as dinâmicas entre o Brasil e todos os outros países, como se todas tivessem apenas uma explicação: o ranço contra os brasileiros. Estes são vitimizados, pode-se dizer, apenas por serem brasileiros.

A Argentina, representada pela presidente e seu marido ex-presidente (numa união que comanda o Estado, de acordo com o semanário), atua contra o Brasil por meio de medidas populistas. A reiteração da concepção de populismo é utilizada para afirmar um poder que se realiza de maneira personalista, mas que se utiliza das “massas populares” para sua efetivação, dentro de um regime político minimamente institucionalizado.

A caracterização do líder populista tem paralelo histórico com a figura dos caudilhos. Exercem o poder pela força, mas essa imposição não acontece somente pela submissão das armas. Os caudilhos são representações semelhantes as dos coronéis no Brasil. Seu poder é concentrado, exercido de maneira autoritária e centralizadora. Nesse sentido, os populistas estão exercendo o poder da mesma forma que os antigos caudilhos, mas esse mando é autorizado pelo Estado – afinal, esses “caudilhos modernos” são eleitos. Como visto anteriormente em Holanda (1995), a denominação caudilho tem grande representatividade

entre as elites brasileiras, e a personalização política decorrente do termo é tida como oposta à liberdade democrática liberal – e brasileira, neste caso em específico.

Delineia-se uma questão importante: sendo eleitos (ou seja, sendo legitimados internamente), os presidentes populistas são representantes do povo. Desta maneira, eles assumem a representação desse povo no ambiente internacional. Mas, como indicado pelos sentidos que Veja busca utilizar, o poder populista só se sustenta a partir de uma “ilusão” do povo, que acredita nas ações de um líder, e o legitima iludido. Esta situação pode ser notada no momento em que a FD2 aparece nos discursos de Veja, como será visto posteriormente.

Para o momento, nota-se que a ideia de ilusão é construída por meio da denominação “dinastia Kirchner”, o que implica em uma Argentina sendo comandada por um grupo que se outorga o poder político. O termo dinastia é utilizado com a ideia de subverter a legitimidade democrática, remetendo-se a um reino – um território no qual o rei, ou rainha, manda sem precisar dar muitas explicações. Os argentinos, enfeitiçados pela face feminina do casal Kirchner, perpetuam um governo populista. Mais uma vez, efetiva-se uma construção discursiva irônica para buscar a construção dos sentidos:

SD129: O momento é especial para a Argentina: **o país está prestes a entronizar uma nova dinastia, a dos Kirchner.** No próximo domingo, 28, Cristina Fernández de Kirchner deverá ser eleita presidente **sem precisar fazer nenhum grande esforço.** Ela não compareceu aos debates, não explicou seu programa de governo e não deu entrevista. Sua folgada posição à frente das pesquisas de intenção de voto nem sequer oscilou com a crise energética e os escândalos de corrupção envolvendo o marido, Néstor Kirchner, que incluem a descoberta de uma bolsa recheada de dólares no banheiro da ministra da Economia.

SD130: **Não é a primeira vez que os argentinos se deixam enfeitiçar pela** mulher do presidente. Nas duas ocasiões anteriores a experiência terminou em tragédia. Evita Perón morreu jovem, de câncer. Isabelita, viúva e herdeira de Perón, foi derrubada por um golpe militar. O que será da Argentina no segundo governo da **dinastia Kirchner?**

SD132: Em meio a um ambiente tão favorável, Kirchner e sua sucessora dão de ombros a qualquer previsão de tempo ruim. Nas últimas semanas, **Kirchner adotou medidas populistas para estimular ainda mais a economia.**

SD134: Descobrir se Cristina fará alguma alteração nas políticas do marido é **tão difícil quanto saber o número de plásticas que ela já fez.** A candidata de 54 anos, já dá **palpite** nos rumos do governo: as decisões políticas do casal Kirchner são tomadas apenas entre os dois. No atual governo, nem sequer há reunião com os ministros. **Os vagos slogans de Cristina também trazem poucas respostas.**

É representativa a tentativa de uma desconsideração das lideranças argentinas como verdadeiramente capazes para guiar o país. Néstor e Cristina Kirchner são representados reiteradamente como o “casal Kirchner”, uma unidade que governa a Argentina de maneira confusa. Ademais, os textos trabalham a ideia de que é Néstor, e não Cristina, quem realmente comanda o Estado. A nova presidente é desconsiderada a partir de sentidos que apontam para uma incapacidade política, baseada na construção de uma imagem de Cristina como uma mandatária-fantoches, que está a serviço da vontade do marido. As correlações de fatos realizadas pelo discurso jornalístico do semanário encadeiam acontecimentos sem muita preocupação com a dinâmica que levou aos fatos. Situações como a presidência exercida por uma mulher tornam-se exemplos do que pode vir a acontecer.

Para apoiar esse sentido de inépcia de Cristina Kirchner, a publicação busca representá-la como politicamente centralizadora, corrupta e, pessoalmente, fútil, preocupada apenas com sua própria imagem. Observa-se que caracterizações como estas constroem uma visão de Cristina que, de certa forma, será extensiva ao povo argentino. Quando aparece como centralizadora, inepta e corrupta, ela é populista, tratada como traiçoeira no âmbito das relações Brasil-Argentina. A caracterização da presidente como fútil trabalhará em acordo com outros sentidos. O menosprezo à mandatária também parece delinear-se por meio de discursos que tangenciam o fato de ela ser mulher, utilizados junto às dúvidas em relação à sua atuação como presidente – e, em especial, à sua situação com o marido, Néstor Kirchner. Os textos de Veja pouquíssimas vezes tratam Cristina como a presidente de fato, sendo vista como subserviente aos mandos de Kirchner. Ademais, quando este não é referido, o semanário parece indicar a presidente como uma pessoa que não consegue cumprir suas obrigações.

SD146: Dia de crise, mesmo, foi a segunda-feira da presidente argentina Cristina Kirchner em Brasília, **de tailleur azul-royal – de tecido sintético, ainda por cima -, meia preta e a costureira camada pré-sal de maquiagem, tudo sob um calor de 32 graus.** Na visita ao Senado, subiu a rampa praticamente correndo. “Se demorar, vou chegar lá em cima uma presidente desmanchada”, brincou. No Palácio do Planalto, **uma cruzada de pernas revelou que a meia-calça havia sucumbido (ao calor? À correria? Ao peso das responsabilidades presidenciais?).** Foi rapidamente trocada por outra. **Se o caso da maleta dos 800.000 mil dólares fosse assim tão fácil...**

Compreende-se, além disso, que Néstor Kirchner, apesar de ser o verdadeiro mandatário, é representado como um incompetente. Além de buscar sustentação política em uma “espúria” ajuda de Hugo Chávez, ele é um personagem visto como não-palatável às

estruturas econômicas mundiais, e a Argentina não parece ser um Estado que se possa ver com seriedade.

SD131: A sucessão se dará em um cenário favorável aos planos da dinastia (que são Kirchner suceder a Cristina na eleição seguinte, e assim por diante). O atual presidente **teve a sorte de governar a Argentina durante a fase de recuperação** que se seguiu a uma crise de quatro anos, a qual terminou em 2002. O período de bonança pode perfeitamente perdurar por mais quatro anos, mas **o mais provável é um futuro problemático**. Cristina terá de arcar com as **consequências das decisões populistas tomadas pelo marido** para acelerar o crescimento do país de maneira drástica. Nos últimos doze meses, o aumento explosivo do consumo e dos gastos públicos fez com que a inflação real – não a maquiada pelo governo, mas a dos economistas independentes – alcançasse níveis próximos a 20%. Ao mesmo tempo, os investimentos externos caíram como resultado, em parte, de uma **postura hostil de Kirchner em relação a empresas estrangeiras** e de sua política de controle de preços.

SD137: **As afrontas ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que levou da Argentina o maior calote de sua história, continuam em curso**. Em um comercial de televisão de Cristina que estreou na última semana, o locutor afirma que “queremos que os filhos de seus filhos não tenham ideia do que significa o FMI”. **Na boca de Kirchner, esse tipo de retórica fez com que os investimentos externos na Argentina caíssem 4% em 2006**, enquanto no Brasil houve um aumento de 25%.

SD147: O erro das agências: atribuíram aos argentinos notas melhores que as do Brasil, **que não deu calote**, e demoraram para perceber que os débitos haviam se tornado impagáveis.

Nota-se que há uma ideia de que a sucessão de Néstor por Cristina irá mudar o rosto da Argentina, mas que as decisões do país continuarão a ser tomadas sob uma mesma perspectiva. Esta situação é dada a ver mesmo pela situação argentina no ambiente internacional. O país é tratado como indigno de confiança pelo sistema financeiro-econômico mundial, e suas atitudes contrárias à instituições como o FMI são tratadas como afrontas. Sendo “afrontas”, infere-se que o Fundo Monetário Internacional tenha razão em suas premissas no contato com os argentinos. Veja procura construir a argumentação de que Néstor Kirchner não teve influência positiva para a recuperação argentina, visto que suas atitudes são sempre contrárias ao sistema econômico mundial. Não são explanadas as razões para a recuperação argentina, mas o país é desacreditado como caloteiro, como aparece na SD147, de texto referente aos erros das notas atribuídas por agências financeiras internacionais às economias mundiais.

Este é fator de relevo: a publicação apoia sua concepção de “bom” ou “mau” no ambiente internacional de acordo com as premissas econômicas. Aquelas que não são tidas como liberais são derivadas de governos “populistas” ou “corruptos”. Contudo, a recuperação

econômica exitosa da Argentina é construída por Veja como um acontecimento de sorte, em nada baseado nas determinações (neste caso, não liberais) tomadas pela administração de Néstor Kirchner. Como Cristina deverá manter as prerrogativas de Néstor, o futuro parece problemático. A revista busca construir representações do ambiente internacional baseadas em discursos que caracterizam esse espaço como ordenado de forma moral – de forma que a Argentina é um país traiçoeiro por não se “comportar” diante dos sistemas que, para a revista, estruturam a vivência internacional. A divisão maniqueísta entre “mocinhos” e “bandidos” tem na consideração da arena econômica um significativo balizamento para a revista. Neste caso, o Brasil aparece como uma instância de comparação, pois os brasileiros não “deram calote”.

5.4.2 FD2: Eixo

O relacionamento entre Brasil e Argentina é considerado naturalmente especial, sendo diferente das outras relações que os dois estabelecem com outros países. É uma forma de parceria estratégica. Mesmo que seja indicada uma preponderância da posição brasileira, esta é colocada como um fator agregador da parceria. Bandeira (1995) propõe que as outras relações internacionais de Brasil e Argentina acabam sendo afetadas pela ideia de eixo que os dois desenvolvem.

A FD eixo relaciona-se a um espelhamento das situações experimentadas pelos dois países historicamente. A comparação entre as realidades brasileira e argentina estruturada a partir do exemplo, e não da concorrência, cumpre papel de destaque nesta formação. “Relações em eixo reconhecem a necessidade de ajustar a estratégia política à complementação econômica dessa natureza” (CERVO, 2008, p. 212). A FD2 apoia-se numa concepção de uma “relação entre irmãos”, que não são iguais – e que nem precisam gostar um do outro –, mas que são referenciais.

O conceito de desenvolvimento também é significativo, pois incorre na busca por crescimento. Este, como se percebe, é, além de econômico, ligado a assuntos tidos como políticos. Faz-se observação de que o viés pelo qual se trata as questões é o de análise construtivista, desta forma as implicações das consequências de matriz econômica e política serão investigadas pela maneira com que cumprem a construção noticiosa da relação. É de relevância destacar que a compreensão de um eixo não pressupõe amizade, mas necessidade – embora esta, em quase totalidade, seja facultada apenas à Argentina, e indicada implicitamente no tocante ao Brasil.

Se efetiva uma visão do relacionamento entre as duas unidades nacionais como um eixo quando o outro não cumpre um papel de antagonismo em relação às decisões. Nota-se, também, a possibilidade do exemplo, de uma repercussão entre o que acontece com (ou na) Argentina e que afeta o Brasil, e vice-versa. Por vezes, a mecânica dessa situação não é explicada, simplesmente “acontecendo”. O núcleo de sentidos é indicado por concepções como relação especial, estratégica, ou mesmo uma união histórica entre os dois.

CartaCapital

Notam-se os sentidos que confluem para a FD2 em CartaCapital nas considerações sobre a importância de um país para o outro dentro da relação. Apesar da preponderância delegada ao Brasil, a visão em relação à Argentina como parceiro responsável, com fundamentos mais sólidos sobre a sua política e economia, orienta uma formação discursiva de eixo entre os países.

Como os países são referenciais, nota-se que a consideração da legitimidade dos líderes do país apresenta-se como fator de importância. O discurso noticioso em CartaCapital aponta para sentidos que afirmam posição legítima institucionalmente de Néstor Kirchner e Cristina Kirchner, pois estes exercem o poder balizados pelo respaldo eleitoral. Nesta perspectiva, a possibilidade de uma atuação em parceria do casal no futuro governo de Cristina não é visto como algo problemático, já ambos, apesar trabalharem juntos, possuem trajetórias individuais politicamente importantes. O semanário expõe, além disso, que estas são independentes.

SD1: Caso as pesquisas se confirmem nas urnas, a **senadora Kirchner será eleita no primeiro turno, o que lhe garantiria grande legitimidade política**. Segundo a Constituição, o candidato vitorioso tem de atingir 45% dos votos, ou então 40% e uma vantagem de pelo menos dez pontos sobre o segundo colocado.

SD2: **Cristina seria a primeira mulher eleita à Presidência da Argentina**. Isabel Perón, terceira mulher do general Juan Perón, dirigiu o país a partir de julho de 1975 até o golpe militar de 1976, mas ela não foi eleita diretamente e sim “herdou” o cargo com a morte do marido, de quem tinha sido vice na chapa para as eleições presidenciais de 1973. Mas a comparação que a mídia se apressou em fazer é com a outra, bem mais famosa, mulher de Perón, Eva, que tanto marcou a história argentina e que, ainda hoje, 55 anos após a sua morte, desperta paixões e ódios intensos no país.

SD3: Evita veio do povo, não estudou e **escolheu colocar sua popularidade a serviço do marido**. **Cristina**, que escrupulosamente não usa o coque no cabelo, marca registrada de Evita, **é advogada de formação e militante peronista desde os tempos da universidade**.

SD4: O dois “pinguins” nunca esconderam que **trabalham juntos**. Cristina montou um escritório dentro da Casa Rosada, o palácio presidencial em Buenos Aires, e **quando comenta as ações do presidente, começa todas as frases por “nós”**.

Aciona-se a história da Argentina para afirmar uma diferença entre as primeiras-damas do passado e a atual, que se torna presidente de maneira autêntica. Ou seja, a relação de Cristina com o marido na política está além da questão conjugal – ao contrário de Isabelita Perón, Cristina assume a presidência por meio do voto. Nas próximas SDs, a FD2 é delineada por argumentações nas quais a sustentabilidade alcançada por Néstor Kirchner à frente do Estado referencia a relação do Brasil com o parceiro argentino, tomado como responsável:

SD5: Foi no **campo econômico** que seu marido, completamente desconhecido fora do país, **surpreendeu o mundo inteiro. Ao herdar uma Argentina arruinada, prostrada depois de quatro anos de recessão e da pior crise econômica da história**, Néstor Kirchner anunciou que **os credores deveriam se conformar em perder três quartos de suas aplicações, apesar das ameaças do Fundo Monetário Internacional**.

SD6: **Desde a eleição de Kirchner**, a Argentina **recuperou** os indicadores econômicos, com uma taxa de crescimento próxima dos 10% ao ano. Cristina aplaude, **mas isso não a impedirá de mudar de equipe**, caso seja eleita. **Néstor tem seus homens de confiança e ela, seu próprio grupo fiel**.

A relação conjugal entre Cristina e Néstor Kirchner é bonificadora para a afirmação de uma consistência da Argentina. A recuperação do país, para a revista, é um feito das prerrogativas adotadas por Néstor, tanto interna quanto externamente. A revista parece indicar que o ex-presidente pavimenta um caminho para a atuação da líder eleita, o que é um fator de credibilidade. Ademais, estando com sua posição interna estabilizada, a Argentina poderá se dedicar mais às questões externas.

Para tanto, mostra-se de importância, para CartaCapital, que Néstor tenha sido firme em sua relação com organismos econômicos mundiais – no caso, o FMI. Isto feito, a posição do presidente, de “desinteresse” pelo ambiente internacional, é contraposta às da presidente eleita que é representada como uma pessoa cosmopolita e comprometida com causas definidas pelo discurso da revista como universais. Busca-se construir a imagem de uma Argentina que, após a recuperação econômica, almeja um papel de mais influência, o que é tomado como positivo.

A estruturação do ambiente internacional, em CartaCapital, parece considerar questões de viés social, não apenas econômicas e políticas. Há uma diminuição do peso dos organismos financeiros e econômicos que atuam na confluência dos países. Mostra-se de importância para esta consideração uma separação mais clara dos espaços da política e da economia, por mais que as estruturas estejam ligadas.

SD7: Os governos europeus e dos Estados Unidos, que possivelmente esperam encontrar nela uma interlocutora mais “razoável” em comparação com o marido, que desde 2003 vem denunciando todos os contratos assinados por seus predecessores com multinacionais, não devem, porém, confiar em seu sorriso sedutor. Cristina acha que as receitas liberais ditadas pelo FMI nos anos 1990 foram “uma verdadeira tragédia para a região” e condenou a atitude paradoxal dos grandes países industrializados.

SD11: Esse é o cenário político, no qual os Kirchner governarão e tentarão criar um novo sistema partidário. E o econômico? Apesar das esperanças dos financistas e dos empresários, uma inflexão ideológica parece improvável.

O que se mostra de grande importância para as articulações discursivas de CartaCapital é a visão de um relacionamento entre Brasil e Argentina que, mesmo engendrando alguns sentidos de rivalidade ou de distanciamento conjuntural, constrói um espaço de corresponsabilidade. Esta é exposta, pela revista, sob a ideia de um viés mais relacionado a fatores sociais – os discursos de viés econômico e político agrupam sentidos que apontam para a importância da economia e da política para a vida das pessoas. Percebe-se um distanciamento das perspectivas puramente economicistas, que, em ambiente internacional, podem ser percebidas pela defesa das decisões dos países industrializados ou pelos órgãos que regulam a anarquia internacional ou, como exposto por Onuf (1998), impõem a vontade dos mais fortes por meio do “respeito às leis internacionais”.

A revista acaba por construir um discurso de que o eixo Brasil-Argentina deve ser repensado, incluindo-se nele a Venezuela. Esta não é tomada como país bandido no ambiente internacional. O presidente Hugo Chávez é representado como portador de visão estratégica para o projeto de integração latino-americana. Porém, o que se mantém como significativo é um enquadramento da relação Brasil-Argentina como um eixo, no qual os dois países são referências um para o outro. Este eixo pode abrigar ou não outros Estados, mas ele afeta as relações que brasileiros e argentinos estabelecem com outras unidades nacionais.

SD8: Em Brasília, sua candidatura é vista com otimismo. Os diplomatas sublinham que “as mudanças serão mais fáceis, ela ouve os outros

melhor que o marido”. Em Caracas, as autoridades permanecem prudentes. Como explica uma fonte próxima ao governo venezuelano, “no momento, ela mistura em seu discurso referências a Hillary Clinton e a Hugo Chávez, vamos ver quanto tempo os dois vão permanecer juntos”. A relação entre os dois países parece continuar tranquila, apesar dos desdobramentos do escândalo envolvendo um empresário venezuelano flagrado no aeroporto de Buenos Aires com uma mala cheia de dólares. **Após ter comprado quase 4 bilhões de dólares em bônus da dívida argentina, Chávez espera cooperação do governo argentino. E Cristina Kirchner evita qualquer crítica ao aliado, felicitando-se com a metamorfose política da América Latina.**

SD13: Precisar de Hugo Chávez, que já financiou a Argentina em 5,1 bilhões de dólares (mais da metade da dívida com o FMI quitada em 2006) e promete investimentos em gás e energia [...]. O presidente venezuelano, além de celebrar um tratado de segurança energética com Néstor em agosto, que garantiu uma usina de reprocessamento de gás de 400 milhões de dólares, saudou a vitória de Cristina com o anúncio de que a PDVSA investirá 4 bilhões de dólares no setor energético do **país amigo. Por outro lado, os argentinos precisam igualmente do Brasil. Como nos melhores dias do plano real, a valorização da moeda brasileira pode fazer maravilhas pela balança comercial argentina.** Os investimentos do vizinho não são desprezíveis: 6,8 bilhões de dólares, desde 2002.

SD34: A reunião do Mercosul em 5 de agosto foi a primeira oportunidade de afastar esse risco de isolamento. Como a Bolívia há alguma semanas, **o governo argentino houve por bem convidar Hugo Chávez** – que, desde 1999, já estivera treze vezes na Argentina – para equilibrar a presença do presidente brasileiro e comitiva de 264 empresários, **maneira de assinalar insatisfação com as posições brasileiras,** ou ao menos a disposição de equilibrar influências.

SD37: A integração sul-americana como garantia de autonomia de toda a região ante as pressões do Norte é proposta com mais coerência por Caracas, mas só o Brasil (se não se iludir com os acenos do “Primeiro Mundo”) tem as condições e os recursos para torná-la possível. **O governo argentino,** enfraquecido pelo imediatismo de suas políticas, pelo confronto com suas próprias elites e por suas próprias miopias em relação a vizinhos como o Uruguai, **não parece à altura do papel de mediador que lhe poderia caber. Ainda assim, se as perspectivas dos três países, juntos, não parecem tão boas quanto seria de se desejar, serão muito piores se enfrentarem o mundo em separado.**

CartaCapital indica a construção de um ambiente internacional no qual os países não ordenados apenas pelo poder das estruturas financeiro-econômicas. As interações políticas entre os países têm um peso considerável e, neste sentido, mostra-se que Brasil e Argentina constituem uma parceria importante, que adquire ainda mais peso com a entrada da Venezuela. Embora os argentinos tenham sua força diminuída, tanto por problemas internos quanto por dificuldades externas, sua referencialidade para o Brasil é concebida como fundamental, o que acaba sendo explicitado pela inclusão do país numa relação a qual, de acordo com o texto, pouco teria a acrescentar. As SD34 e SD37, referentes à notícia que trata

do fracasso da Rodada Doha de negociações comerciais, são exemplos da ideia de que o eixo que os dois países formam supera adversidades de ocasião. Parece estar subentendido que a Argentina é uma unidade nacional diferente das outras no relacionamento com o Brasil. Nota-se, ademais, que este enquadramento de eixo não se desfaz, mas vai agregando cada vez mais a Venezuela ao grupo.

Época

Os sentidos dados a ver pelas marcas discursivas indicam uma importância econômica da relação, e esta é colocada como o fator de maior relevância. A relação política é tratada como uma forma de implementação de questões econômicas. Esta primazia do fator econômico relaciona-se à percepção da possível complementaridade entre as economias. A eleição de Cristina Kirchner, por exemplo, pode significar uma transformação nas relações entre brasileiros e argentinos porque ela seria mais amigável que seu marido e antecessor, Néstor Kirchner. Este é representado como um indivíduo arredo, de difícil trato, que prejudica o contato entre os dois Estados. Sua posição é atribuída à sua trajetória, na qual ele teria buscado mostrar-se forte para superar uma desconfiança inicial, o que incorre na constituição de uma postura conflitiva. Esta “rebeldia” seria uma revolta vazia contra o ambiente internacional – ordenado a partir de uma ótica que se estrutura dentro dos interesses do capital.

SD43: **Cristina Kirchner fez sucesso.** Em sua passagem pelo Brasil, na quarta-feira 3, a candidata favorita ao cargo de presidente da Argentina agradou ao presidente Lula. Com seu estilo exuberante, Cristina posou para fotos ao lado de um sorridente Lula. Ele não confirma, mas a peronista – que pode ganhar a eleição já no primeiro turno no dia 28 – é a sua favorita. **A Argentina é uma parceira muito importante do Brasil no continente. E Néstor Kirchner, marido de Cristina e atual presidente da Argentina, é encrenqueiro demais.**

SD44: A seus ministros, Lula diz que ela é diferente “do” Kirchner porque tem uma militância política antiga. É uma referência ao passado da senadora como “simpatizante” do setor não-militarizado dos montoneros, como se chamavam os peronistas de esquerda nos anos 1970. **Na opinião de Lula, por ter esse passado, ela seria mais “consistente” e menos “errática” que o marido.**

SD46: **Kirchner era quase um desconhecido quando chegou ao poder.** Deveu sua vitória ao apoio de Eduardo Duhalde, o homem que estabilizou a Argentina depois da crise de 2001. **Para ganhar estatura própria, Kirchner, governador da longínqua província patagônica de Santa Cruz, criou uma imagem de radical.** Foi duro com os militares ligados à ditadura que governou a Argentina entre 1976 e 1982 e reabriu processos contra

torturadores. **E posou de antiamericano, ao lado do presidente da Venezuela, Hugo Chávez.**

SD47: **Kirchner, o presidente, chegou até a reestatizar empresas e criar uma estatal de petróleo, que por enquanto mal saiu do papel.** Cristina fala em uma Argentina mais solidária, que aprendeu com a crise a abandonar o hiperindividualismo da era Menem. **Mas a candidata respeita mais e acredita mais nas regras do capitalismo que seu marido.** Parte do giro mundial dela, Brasil incluído, serve para assegurar os investidores disso.

SD48: **Cristina quer se livrar dos legados que carrega. Do marido, em primeiro lugar.** Mas também das duas mulheres do mítico presidente Juan Domingo Perón, Evita e Isabelita. A segunda, presidente de 1975 até ser derrubada pelos militares no ano seguinte, Cristina considera medíocre. Evita é diferente. “Eu me sinto identificada com a Eva Perón da mão crispada diante do microfone, não com a Eva milagrosa, a fada madrinha que veio com Perón e de quem minha mãe gostava.” **Cristina quer ser uma mulher de seu tempo.**

Cristina Kirchner é mirada como uma interlocutora de qualidade, em especial nas questões políticas. Destaca-se que sua trajetória é um ponto positivo, e não se relaciona sua posição de presidente a um projeto populista conjunto com o ex-presidente Kirchner. Os sentidos apontam para uma personagem política confiável, o que se reflete nas possibilidades de projetos em comum entre Brasil e Argentina, e esta confiança é derivada de uma percepção de Cristina como figura mais afeita às determinações capitalistas. As marcas utilizadas para evidenciar a diferença entre os dois Kirchners mostram-se relativas à desconsideração de Néstor, tratado como um político que posa de radical, e o faz por ter que buscar legitimidade.

Neste sentido, fica implícito que a Argentina dele não poderia estabelecer uma relação mais profunda com o Brasil, ao passo que o país a ser dirigido por Cristina é muito mais capaz de ser o parceiro referencial que preenche essa FD. “Respeitando mais” e “acreditando mais” nas regras do capitalismo – tomadas aqui como incontestes, visto que a posição contrária a elas é denotativa de rebeldia – Cristina Kirchner tem a capacidade de mudar a forma com que os dois países se relacionam, pois a rebeldia de Néstor quase pôs a perder esta relação de grande importância para os dois Estados. Concomitantemente à uma afirmação no cenário mundial, pois ela busca mostrar-se como confiável aos investidores estrangeiros, colocados aqui como uma espécie de consciência mundial. Sendo alguém “do seu tempo”, ela não irá atuar de maneira antiga, como a revista busca representar o posicionamento não-alinhado às determinações do capital. O destaque dado às marcas nesse bloco de SDs busca evidenciar a ideia de Época de um jogo de cena realizado por Néstor Kirchner, ao passo que, a nova presidente, por possuir uma carreira consistente, não teria que fazer este tipo de encenação.

Deixar Néstor para trás mostra-se uma libertação da Argentina, aproximando-o ao Brasil para que cumpra o papel que lhe é reservado nessa relação.

As preocupações com as transações econômicas com o país vizinho dão a ver os sentidos da FD2 no enquadramento da relação feita pelo semanário. É destacada a importância dos brasileiros para os argentinos e vice-versa, mesmo que *Época* não apresente nenhum texto no qual afirme que o Brasil categoricamente depende da Argentina.

SD61: ***Adiós, dólar*** – o chanceler Celso Amorim está empolgado com o acordo que prevê, já no primeiro semestre de 2008, o uso tanto do real quanto do peso em transações comerciais que envolvem empresas brasileiras e argentinas. **“Estamos nos livrando do dólar”**, disse. **Para Amorim, do sucesso da iniciativa depende o uso de uma moeda única na Unasul, o bloco que vai integrar os 12 países da América do Sul.**

SD66: **A crise argentina tem força para abalar o comércio bilateral com o Brasil e enfraquecer o Mercosul.** **“A Argentina está entre os cinco maiores países importadores do Brasil e é o terceiro maior importador de produtos do Mercosul”**, diz Celso Cláudio, especialista em comércio exterior da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo. “Uma vez que a Argentina sofre, Paraguai, Uruguai e Peru também vão sofrer”. O comércio entre Brasil e Argentina está na casa dos US\$ 15 bilhões anuais. **“Querendo ou não, estamos expostos ao que acontece na Argentina”**, afirma Alcides Costa Vaz, vice-diretor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Nota-se que as implicações da relação econômica entre os dois são tão destacadas que acabam sendo sentidas por outros países. Brasileiros e argentinos mostram-se imbricados em suas estruturas econômicas, e o texto parece sugerir que esta correlação aconteça de uma forma que nem os habitantes dos dois Estados têm consciência. Mesmo o fortalecimento dessa já intensa referencialidade poderá acontecer na medida em que o dólar, a moeda norte-americana, deixar de ser utilizada para os negócios comerciais no âmbito braso-argentino. Consequentemente, situações como a crise dos produtores rurais que se instala na Argentina devem ser acompanhadas com bastante atenção pelo Brasil.

Compreende-se a concepção de uma relação referencial entre brasileiros e argentinos por meio da interação política. Esta é representada pelo contato entre os presidentes, personagens do discurso jornalístico. Embora surjam dúvidas em relação a assuntos comerciais, o Brasil e a Argentina são observados como dois Estados que possuem uma parceria de vital relevância. É intrigante a argumentação de *Época* de que, “de alguma forma”, o presidente brasileiro auxiliou na vitória de Cristina Kirchner quando esta disputava a presidência argentina. Há uma mistificação da explicação, e o Brasil, que, de acordo com os

textos, é um exemplo a ser seguido pelos argentinos, acaba chancelando a candidata que se torna presidente. Existindo já uma percepção referencial entre Brasil e Argentina, esta é ainda mais fortalecida pela relação entre os presidentes.

SD58: A bordo do Airbus A-319, o Aerolula, o presidente voltava **de mais uma viagem a Buenos Aires**, onde participara da posse da presidente Cristina Kirchner, sua **aliada na política e na diplomacia, apesar das disputas comerciais que ainda persistem nas relações entre Brasil e Argentina, os dois maiores países da América do Sul.**

SD59: De todos os candidatos na eleição presidencial argentina, em novembro, **Cristina** foi a **única** a ser **recebida** por **Lula, o que de alguma forma ajudou em sua vitória.** Da mesma forma, Lula recebeu seus candidatos favoritos nas eleições presidenciais da Bolívia, Evo Morales, e do Equador, Rafael Caldera. Ambos venceram. Na véspera da posse de Cristina, Lula e mais seis presidentes sul-americanos assinaram a ata de criação do Banco do Sul, um banco multifuncional de fomento que pretende ocupar lacunas deixadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no financiamento de empresas e projetos da região. A cerimônia foi apenas simbólica, pois nenhum dos países [...] sabe ainda quanto dinheiro vai colocar nessa cesta. Assim mesmo, o comércio do Brasil com os 12 países da América do Sul cresceu nos últimos dez anos de US\$ 25 bilhões para US\$ 54 bilhões. A região já é responsável por quase um quarto das exportações brasileiras.

SD78: **O contato cada vez maior entre Lula e a presidente da Argentina, Cristina Kirchner, é bem-visto por nossos vizinhos.** Mas o editor-chefe do Clarín, Ricardo Kirschbaum, faz um alerta: está na hora de a Argentina decidir o que quer para si, ou seja: “converter-se em um ‘Canadá agrícola’” de seu poderoso vizinho ou buscar uma autonomia inteligente, numa região em que as oportunidades são raras.

De certa forma, o continente parece resumir-se ao contato entre os dois. Esta situação, como se está expondo, é concomitante a uma afirmação repetida do Brasil como grande potência do espaço sul-americano. O estabelecimento de maior contato entre os países do continente se justifica, no semanário, a partir dos ganhos econômicos advindos da vinculação. É relevante ver que a FD2 que aparece regendo o discurso sobre a Argentina em Época não se estabelece sobre concepções idealistas de integração latino-americana. O contato com os outros países sul-americanos não destaca as necessidades destes – Brasil e Argentina são mirados como alvo potencial dos outros Estados do continente. Delineia-se uma junção entre brasileiros e argentinos, que parecem ser vítimas de interesses os mais diversos.

SD63: **O inferno são os outros – A eleição presidencial no Paraguai se tornou um acerto de contas do país com seu passado e das relações com Brasil e Argentina.** Como descreveu o editorial do principal jornal de Assunção, o ABC Color, “o triste destino histórico de nossa província foi

estar incrustada entre lusitanos e portenhos. Isso determinou grande parte de nossos infortúnios futuros e os que nos atingem atualmente. Os políticos brasileiros e argentinos, vinculados com as administrações do Partido Colorado, são sócios, cúmplices e assessores oportunistas dos corruptos locais”.

A desconsideração da justificativa paraguaia dá-se no título da nota. Os processos históricos do país alegados pelo periódico não são relevantes à *Época*, que parece concentrar sua atenção na visão de um ataque oportunista aos dois grandes do continente. Esta situação repete-se em outros momentos, o que indica que o enquadramento da relação Brasil-Argentina pelo semanário não se estrutura por meio de uma argumentação sobre a importância de uma união entre os países do continente. Em vários momentos, o discurso é o contrário, como foi exposto na FD1. Os sentidos desta acabam aparecendo nos textos da revista sobre o que se considera uma disputa entre Brasil e Venezuela pela liderança do espaço sul-americano. A Argentina acaba tornando-se um país cuja vinculação ao Brasil aparece ameaçada pela cobiça de Hugo Chávez.

SD49: Há mais de um século, o Brasil não se envolve com guerra com seus vizinhos. A última foi a Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870. Morreram 60 mil brasileiros. **De lá para cá, o Brasil, maior país em extensão territorial e população da América Latina tem mantido relações pacíficas no continente.**

SD50: desde 2005 um **elemento perturbador** foi introduzido nesse quadro de **relativa paz e tranquilidade** **O governo Hugo Chávez, na Venezuela, começou a fazer compras maciças de equipamentos militares.**

SD51: **o verdadeiro confronto entre Brasil e Chávez**, dizem os especialistas em questões estratégicas, não é militar, **mas político. Envolve uma disputa com o Brasil pela liderança da América do Sul.** Como maior país da região, o Brasil aspira a essa posição e quer chegar ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

SD52: Política externa, ensinam os manuais, não se faz apenas com diplomacia, mas com a caneta cheia de tinta para preencher talões de cheques e fuzis. Assentado nas imensas reservas de petróleo da Venezuela e agora munido de Kalashnikovs e caças Sukhoi, **Chávez tem as duas coisas para continuar sua política de conquistar influências e aliados em países vizinhos** como Cuba, Bolívia, Equador, Nicarágua e Argentina.

SD77: **O “invasor” Chávez** – o encontro dos presidentes Lula e Cristina Kirchner, em Buenos Aires, teve uma **participação inesperada.** O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, roubou a cena ao discursar por uma hora e meia. **Atacou os Estados Unidos e negou qualquer deterioração nas relações com o Brasil.** Lula esperava ter um papel de maior destaque no encontro, para o qual levou 300 empresários. **Mas Chávez parece acreditar que a Argentina é dele. A Venezuela comprou US\$ 6,340 bilhões em títulos do país.**

Em um processo contrário ao exposto na SD63, quando os acontecimentos históricos não pareciam ter tanta importância, quando utilizados pela argumentação do jornal paraguaio, as SDs acima mobilizam dinâmicas, discursos e representações construídas ao longo do tempo para justificar uma situação de disputa entre Brasil e Venezuela. A Argentina aparece no entremeio, como objeto de cobiça. Como se afirma na SD77, o presidente venezuelano “parece acreditar que a Argentina é dele”. Mas se Chávez é um invasor numa relação já estabelecida, a revista parece querer indicar que a Argentina é do Brasil, visto que a atuação venezuelana é tomada como um “elemento perturbador” da ordem continental. A situação é reforçada pela concepção do semanário de que há um “verdadeiro confronto” entre Brasil e Venezuela, e este não é militar, mas político. Para chegar à posição de liderança da América do Sul, Chávez precisa “tomar” a Argentina do Brasil – ou seja, fazer com que a referencialidade do relacionamento entre brasileiros e argentinos se modifique.

IstoÉ

A publicação apresenta os sentidos que indicam a FD2 em especial nos textos que tratam da dinâmica continental. Embora, como exposto na FD1, haja certa desconfiança em relação às intenções argentinas, é representativa a concepção de uma referencialidade entre os países. Esta é dada a ver a partir da interação entre os Estados, colocados, a partir de seus presidentes, como decisores da realidade do continente, o que se efetiva no contato entre eles.

Observa-se que IstoÉ considera os sistemas econômicos como consequentes das decisões políticas. A importância da ação dos chefes-de-Estado tem um peso considerável nas estruturas econômicas, ao menos na dinâmica relacional entre Brasil e Argentina. Este fato, porém, não retira da economia força dentro do contato entre brasileiros e argentinos.

SD119: Entra em vigor no dia 3 de outubro o **novo sistema de comércio bilateral entre Brasil e Argentina**: exportadores de ambos os países negociarão contratos em real e peso. **Dispensa-se assim o dólar**. A presidente da Argentina, Cristina Kirchner, visitou oficialmente o Brasil, foi recebida em Brasília pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, na terça-feira 9, **juntos anunciaram o novo Sistema de Pagamentos em Moeda Local**. **Vantagem**: os exportadores cotarão seus produtos sem se preocuparem com a flutuação do câmbio – estima-se negócio redução de 4% nos custos. A média diária do fluxo de comércio entre os dois países tem sido de US\$ 128 milhões.

Os sentidos da FD2 orientam-se para a ação conjunta dos dois mandatários, numa decisão que trará, de acordo com a publicação, benefícios para Brasil e Argentina,. Nota-se que apenas é exposta a ideia de “vantagens”, pois não são destacadas “desvantagens”. Na ideia de dispensa da moeda norte-americana para negociações entre os dois Estados, parece delinear-se uma concepção de que o funcionamento entre eles é, de certa forma, tão referencial, que não há a necessidade de um dispositivo financeiro alheio a esta dinâmica.

Contudo, o enquadramento da situação econômica convergente só pareceu ser disposto por IstoÉ a partir de mudanças no quadro político do país vizinho. Esta maior convergência entre as decisões brasileiras e argentinas parece amparar-se na eleição de Cristina Kirchner para presidente. Néstor Kirchner é representado como um chefe de Estado instável e guiado por uma concepção de rivalidade em relação ao Brasil que parece afetar decisivamente o relacionamento entre os dois. Pode-se notar que a FD2 se estrutura a partir da troca de governo. Porém, esta nova etapa nas relações entre os países, como é explicado, não configura uma “amizade pura e simples”. Os Estados têm interesse em efetivar um contato com o parceiro histórico.

SD81: Lula recepcionou na quarta-feira 3, no Palácio da Alvorada, a primeira-dama e senadora argentina, Cristina Fernández Kirchner. Ela é candidata e favorita na eleição à Presidência de seu país – que acontece dia 28. **Lula não costuma declarar publicamente o seu apoio a candidatos em eleições de outros países. Cristina é a única que foi recebida oficialmente por ele no Brasil.**

SD94: A deferência a Lula e ao Brasil **não é mera gentileza de vizinho**. Nem mera diferença de estilo da mulher com relação ao marido, Néstor Kirchner, que forçou embates políticos e econômicos com o governo brasileiro. **Cristina é mais gentil porque, muito mais do que Néstor, ela, que toma posse em meio a uma grave crise energética, precisa do Brasil.** A próxima inquilina da Casa Rosada quer mais do que simples socorro com o objetivo de resolver o problema do abastecimento de energia. **Em conversa com o presidente Lula, de cerca de uma hora de duração, Cristina deixou claro o que espera do Brasil: que o País exerça seu papel de principal liderança política na América do Sul.**

SD95: É tudo o que Kirchner, e a maioria dos governos argentinos anteriores, sempre procurou evitar. **A nova presidente argentina quer o Brasil na liderança do continente por enxergar nessa hipótese a melhor chance de neutralizar uma dependência econômica cada vez mais crescente em relação à Venezuela do imprevisível Hugo Chávez.**

O objetivo da Argentina, de acordo com IstoÉ, é não se colocar como dependente da Venezuela. Para tanto, os argentinos estariam inclusive mudando pressupostos históricos, dados a ver aqui como se fosse uma modificação de sua própria “natureza”, e buscando um funcionamento estratégico junto ao Brasil. O semanário parece querer indicar que, para

Cristina, o Brasil representa uma salvação para seu país, e que isso se efetiva no que os brasileiros exerceram sua hegemonia no continente.

Essa vontade argentina de preponderância brasileira será estruturada, para IstoÉ, a partir dos investimentos do Brasil no país vizinho, livrando sua economia da interferência venezuelana.

SD98: Não por acaso, Cristina e Lula **afinaram os passos do tango e acertaram que o Brasil fará pesados investimentos da Petrobras na prospecção de petróleo em águas profundas**. Cristina também obteve de Lula a promessa de que o projeto de **construção da hidrelétrica binacional de Garabi**, no rio Uruguai, terá uma definição até fevereiro.

SD99: A **parceria estratégica** ainda envolve a **cooperação em defesa, espaço e energia nuclear**. Está em estudo um acordo entre a Embraer e a Fábrica Militar de Aviones (FMA) argentina para fabricação de um avião militar de transporte. **O aprofundamento das relações Brasil-Argentina prevê também a construção conjunta de pequenos e médios reatores nucleares**. “Um reator de potência, de pequeno ou médio porte, seria uma coisa nova nessa relação. Não queremos só comprar e vender, mas **ter um produto em conjunto**”, explicou o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

SD101: Cristina Kirchner decidiu fazer a hidrelétrica Garabi, no rio Uruguai. Obra de US\$ 3,5 bilhões, metade a ser paga pelo Brasil. **A licitação será binacional: só poderão entrar empreiteiras do Brasil e da Argentina. O Uruguai receberá parte** dos 2,3 milhões de mega-watts.

SD112: **Cristina Kirchner está negociando com o presidente Lula a união dos sistemas energéticos da Argentina e do Brasil** para resolver seu atual apagão. O plano é assinar um tratado no qual os dois países construirão uma nova hidrelétrica, Garabi (2,8 milhões de MW). **A Argentina também aumentará em dez metros o nível da água da usina de Corpus, no rio Paraná, produzindo três milhões de MW a mais. Itaipu, por sua vez, produzirá 1,2 milhões de MW a menos. Corpus compensaria o Brasil e sobraria energia**. Nos anos 1970, os dois países quase foram à guerra por conta das cotas de Itaipu e Corpus. Agora, um terá que confiar no outro.

SD115: Um dos **temas sigilosos** da pauta de negociações **entre Lula e Cristina Kirchner**, neste final de semana, é a **criação de uma empresa tetranacional** (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) para cuidar de **todas as hidrelétricas da Bacia do Prata**. A ideia é **expandir Itaipu**.

Observa-se, para a constituição dessa parceria, o debate de temas que, historicamente, se constituíram em foco de atrito entre os dois Estados. As discussões sobre fontes energéticas e, num ponto ainda mais crítico, acerca da energia nuclear. As assinaturas do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, firmadas pelos dois países em intervalo de poucos anos, foram tema de grandes discussões, envolvendo militares brasileiros e argentinos, as

administrações federais, agências internacionais e governos de países como os EUA³⁴. Os sentidos delineiam-se para a FD2 a partir de uma maior integração entre os países, mesmo que o Brasil esteja colocado como a instituição hegemônica. Caso não reconhecesse os argentinos como um “outro” que permitisse o aprofundamento das relações, as decisões políticas possivelmente não seriam implementadas – ou noticiadas pelo semanário como possibilidades.

Confiar as fontes de energia de um país ao relacionamento com o outro é uma ação que, institucionalmente, tem grande implicações. É necessário perceber que esta medida, no caso de Brasil e Argentina, envolve, ademais das implicações históricas entre os dois, o fornecimento de energia a outros países, como o Uruguai. As SD101, SD112 e SD115 exemplificam a necessidade de uma interligação e a decisão de se manter o sistema energético sendo decidido dentro do âmbito relacional entre os dois vizinhos: inicialmente indica-se que só empresas brasileiras e argentinas podem participar das licitações; depois, que se tratará de uma empresa tetranacional (o que está sendo decidido apenas por Lula e Cristina Kirchner, não importando se outros presidentes participam das conversas). A percepção de um eixo é ainda reforçada pela menção a pautas sigilosas de negociação, instituindo a ideia de que brasileiros e argentinos tomam decisões secretas. Ou seja, há um funcionamento muito significativo das negociações entre os dois. Este fato é exposto também nas próximas SDs:

SD120: **Lula e Cristina Kirchner** encontram-se, nesta segunda-feira 15, em Salvador, com os **representantes de centrais sindicais da América do Sul**. Na pauta, medidas que evitem a escalada de demissões em consequência da **crise global**.

Da mesma maneira que as SDs do bloco anterior, aqui não se denomina se outros presidentes estão envolvidos no processo. É uma negociação entre os chefes-de-Estado brasileiro e argentino com representantes sindicais de vários países, numa subversão da ordem soberana – afinal, os atores estatais (Brasil e Argentina) estabelecem contato com atores não-estatais. Reforçam-se os sentidos de uma importância do contato entre os duas unidades nacionais para todo o espaço sul-americano.

IstoÉ parece buscar construir uma referencialidade muito forte entre as decisões dos presidentes de Brasil e Argentina. Mas não apenas dos dois. A importância da Venezuela acaba mostrando-se cada vez mais na relação entre os vizinhos. Esta situação parece dar mais peso ainda ao relacionamento entre os países. Vê-se, sutilmente, uma mudança do

³⁴ Este tema é observado por alguns dos autores consultados, como Cervo (2008), Guimarães (2005), Seitenfus (1994) e Valente (2007).

relacionamento entre argentinos e venezuelanos, mas o contato entre brasileiros e argentinos não indica mudanças. Compreende-se essa estruturação diante da ideia de que o eixo pode agregar mais países à relação, mas que ainda sim, estabelece uma posição referencial entre Brasil e Argentina.

SD100: **O submarino emergente** – Começaram as **negociações secretas** para que **Argentina e Venezuela comprem submarinos fabricados pelo Brasil**. As duas Marinhas já desistiram de comprar navios dos russos porque não há garantia de manutenção. Cogitam agora o brasileiro, da classe Ticuna, que é uma adaptação do alemão. Nossa Marinha já construiu um, no mar desde 2006, e quer mais cinco. A Venezuela pode comprar outros cinco e a Argentina três.

SD110: *Muy amigos* – a propósito, **nunca antes na história deste país esteve tão bom o clima entre Brasil, Argentina e Venezuela. Lula fala o tempo todo com Cristina Kirchner. E se recompôs com Chávez por conta de nossos problemas energéticos.**

Apesar da invasão da FD1 na SD110, por meio da ironia anteriormente destacada em relação ao termo *muy amigos*, a sequência se mostra como representativa dos aspectos destacados da FD2 acerca da inclusão de outros Estados no contato entre brasileiros e argentinos. A concepção de que brasileiros e argentinos são referenciais estrutura-se mesmo diante de situações distintas das decisões que envolvem a dinâmica estatal em uma consideração “tradicional”. Tenta-se demonstrar esta concepção a partir das próximas SDs:

SD91: **de olho no efeito Cristina Kirchner**, a executiva do DEM discute o plano de construir, com antecedência, a candidatura de uma mulher à Presidência da República. Por enquanto, a única cotada é a senadora Kátia Abreu, do Tocantins. Vice-presidente da Confederação Nacional da Agricultura, ela seria também a primeira candidata do agronegócio. Aos 45 anos, topa a parada: **“É inevitável que o Brasil também tenha uma mulher na presidência”**.

SD111: **Conivência?** - O senador Heráclito Fortes apura junto a militares e diplomatas **se o governo brasileiro ajudou o jatinho** que meses atrás transportou um empresário venezuelano com uma **maleta de dólares entregue a assessores de Néstor Kirchner**. Ele já sabe que **o Citation 5 pousou no Brasil (Corumbá ou Campo Grande) para reabastecer**.

SD116: Até o final deste ano, a presidente da Argentina, Cristina Kirchner, **deve cruzar os céus da América do Sul em um avião brasileiro** – ao **contrário** do presidente Lula, que, **apesar do discurso de campanha em favor da indústria nacional**, optou por um Airbus A-319.

O “efeito Cristina Kirchner” subsidiaria a situação de uma mulher como presidente do Brasil. Há uma implicação de exemplo: se uma mulher foi eleita líder na Argentina, tal fato

pode acontecer no Brasil também. Partindo do viés político, que lhe é peculiar, tem-se a impressão de que IstoÉ faz uma argumentação da aprovação no país vizinho como um fator de reconhecimento positivo por parte dos brasileiros. Uma situação que só fará sentido (ou seja, que será significada) se for considerada a ideia de que o que acontece com a Argentina tem potencial repercussão no Brasil.

O eixo pressupõe uma visão do Estado vizinho a partir do que se considera uma parceria referencial. Como exposto, não é necessariamente uma vinculação de valoração positiva, mas a percepção de uma convergência entre os países. No caso da SD111, IstoÉ aponta para a possibilidade de o Estado brasileiro ter auxiliado Néstor Kirchner no recebimento de uma maleta de dinheiro venezuelana. O enquadramento da situação é de questionamento se houve realmente uma conivência do Estado brasileiro em relação à situação. Não se afirma que o avião teve ajuda do governo do Brasil, mas que o caso seria tema de investigação do senador.

Este contato entre os países pode até mesmo subverter as decisões dos presidentes, como apresentado na SD116, na qual parece ser Cristina Kirchner quem efetiva o interesse nacional brasileiro, e não o presidente Lula. Há uma indicação da força da economia brasileira que parece ser desconsiderada por Lula, mas levada em conta pela presidente vizinha. É digno de atenção que este texto tenha sido publicado sob a rubrica de “Comportamento”, e não de “Economia e Negócios”, por exemplo.

Veja

A FD2 aparece em poucos textos na revista. O sentidos são dados a ver em notícias que apresentam um funcionamento dos países em conjunto mas, em nenhum momento, este fato é colocado como algo positivo. Pelo contrário, parece querer delinear uma ação contrária do governo em relação aos brasileiros, baseada na concepção de que a administração federal do presidente Lula é permissiva para com Estados que repetidamente só agem contra o Brasil. Neste caso, a Argentina.

SD141: Calma Cristina, isso passa – No meio da tarde de quinta-feira passada, **Lula ligou para uma deprimida Cristina Kirchner**, que horas antes **havia sofrido a maior derrota no Congresso. Foram dez minutos de conversa e tentativas de levantar o moral de Cristina.**

SD151: as vítimas mais expostas dessa **excessiva tolerância do governo petista em relação aos abusos cometidos pelos *hermanos*** são as **empresas e os cidadãos brasileiros** nos países vizinhos.

A ironia em relação a Cristina Kirchner se dá em composição a um auxílio de comiserção do presidente brasileiro. Nota-se que o trecho não inclui os nomes dos Estados, apenas os dos líderes, o que indica um contato quase confidencial. Deve-se ter em vista que Cristina Kirchner é desacreditada como líder política em boa parte dos textos, como exposto na FD1. Direciona-se para um sentido de que essa relação Brasil e Argentina se dá em eixo, mas não que este eixo seja algo positivo. É reiterada constantemente a oposição de Veja em relação ao presidente Lula e a seu partido político, que estão em posição de comando das decisões do Estado brasileiro. Há uma objetivação que parece ser significativa quando o semanário refere-se a uma tolerância do “governo petista”, pois indicia uma separação do corpo administrativo em relação ao próprio país.

De certa forma, considera-se que a atuação de Lula e do Partido dos Trabalhadores é contrária à concepção de interesse nacional na revista, pois é tolerante com os “outros”, enquanto, “empresas e cidadãos”, são acossados pelos “*hermanos*”. Compreende-se que o termo *hermanos* é utilizado para os sul-americanos em geral. Apesar de isso se dar também no senso comum, a denominação é identificada com mais destaque ao contato com os argentinos. Como exposto na FD1, Veja apresenta uma concepção muito forte dos países sul-americanos como inimigos do Brasil, e esta situação é percebida na utilização da Argentina dentro do continente. Busca-se mostrar, nas SDs seguintes, que os sentidos da FD2 apontam para uma valoração negativa das decisões governamentais – neste caso, da própria diplomacia brasileira.

SD139: “Devemos fazer com que o Paraguai obtenha o máximo de benefício em função da sociedade que eles têm conosco em Itaipu”. Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, **anunciando previamente a rendição**.

SD140: “Espero que a Argentina não peça uma votação sobre quem é o maior jogador da história. **O Celso Amorim votaria no Maradona**”. Eduardo Sciarra (DEM-PR), comentando a disposição do ministro.

Por uma lógica de exposição em contraponto aliada ao comentário tecido sobre a frase do ministro Celso Amorim, o semanário parece construir uma argumentação que o continente se opõe ao Brasil e que quer tirar proveito disso. O mais absurdo, neste caso, seria o Brasil atuar em parceria a estes países, e é o que a administração petista está fazendo, segundo as considerações de Veja. A situação chega ao ponto de trazer ao espaço de discussão uma concepção facultada aos argentinos, de que eles “pensam” que Diego Maradona foi o maior jogador de futebol de todos os tempos. O chanceler brasileiro (o representante máximo em

relação à política externa do Estado) junto ao governo, estaria em um funcionamento tão conjunto com a América do Sul (que pretende nos derrotar, face à afirmação de uma “rendição” nossa) que ele mesmo professaria a crença argentina – possivelmente votando no hipotético pleito contra Pelé, maior futebolista para os brasileiros. Por meio dos sentidos que confluem para a FD2, os textos vistos na revista trabalham com a ideia de que o grupo que administra o país o está expondo aos perigos do entorno, e que o caráter da relação entre Brasil e Argentina é indissociável das concepções percebidas na FD1.

5.4.3 FD3: Independência

Brasil e Argentina não constituem um relacionamento fundamentalmente especial, ao passo que o relacionamento entre os países não engendra uma rivalidade natural. Há uma ideia de independência, de não-atrelamento entre os países, o que aparece no discurso jornalístico como um distanciamento. A Argentina é representada no ambiente internacional como qualquer outro país. O contato entre Brasil-Argentina pode acontecer ou não, sendo dependente da conjuntura internacional que se apresentar. A relativa “isenção” funciona apenas para tirar o peso de uma relação especial entre os Estados. Esta FD baseia-se em concepções construtivistas, que não dispõem como definidos a priori os papéis relacionais entre os países – estes são estruturados pelos contatos entre os as identidades nacionais (e, neste caso, na observação do outro, internacionais). Como observa Wendt (1992), a importância do processo definição identitária relacional (ou seja, como os indivíduos dos países veem uns aos outros) é tão fundamental para a constituição de interesses que, sem a caracterização do outro, os objetivos parecem inexistir. É subjacente a noção de que a relação entre os dois países não possui caráter ontológico, não aponta para a negatividade ou para a positividade e não deve ser considerada diferente.

Nesta FD, a apreensão do relacionamento com o outro por meio de uma concepção de independência é instituída com base na negação de uma importância significativa do Estado argentino em relação ao brasileiro, e vice-versa. É o núcleo de sentidos que menos aparece no exame dos textos. Essa situação é decorrente da grande referencialidade que Brasil e Argentina apresentam um para o outro, e pelo contato entre os dois países ter instituído um expressivo arcabouço de representações e discursos acerca da relação.

No entanto, essa formação é notada em algumas notícias sob a forma de um distanciamento, de um contato que se apresenta mesmo como superficial em alguns momentos, ou por posições independentes que, ao contrário das outras duas FDs, não

aparentam serem estabelecidas pela consideração um do outro. Apresentam-se formas de contato definidas por Cervo (2008) como relativas às de cooperação e conflito ou relações cíclicas – elas se diferenciam da rivalidade e do eixo exatamente por não mostrarem o Brasil e a Argentina como necessários um ao outro, ou como atores antagônicos etc. Conseqüentemente, deixa-se mais leve o relacionamento dos países, de certa maneira “neutralizando” o peso da história em comum dos dois – apesar da memória do relacionamento entre os países ser acionada em algumas situações, como para demarcar mudanças na relação.

Brasil e Argentina são notados como dois países que coexistem no ambiente internacional da mesma forma que todos os outros. Nota-se um contato entre os dois países quase de forma que este estivesse sendo observado por uma terceira parte, que não estaria entremeadada a eles. Razões para decisões são excluídas de contextos de intencionalidade com valoração positiva ou negativa. Esta FD apresenta-se de forma mais sutil do que as outras nos textos analisado. Apesar da FD3 ser a que tem menor representatividade entre as revistas, apenas Veja não apresentou sentidos que apontassem para esta formação.

CartaCapital

A publicação apresentou poucos sentidos que indicassem a FD3. Eles são notados quando aparentam indicar para um funcionamento distanciado dos dois Estados no ambiente internacional. Porém, é relevante perceber que é nesta FD que CartaCapital acaba fazendo maior utilização de representações sobre os argentinos. Estas parecem querer indicar uma “observação afastada” da realidade no país vizinho, e não são mobilizadas na forma de uma referência negativa ao relacionamento com o Brasil. Parecem querer indicar os argentinos como portadores de certas características (pelo menos, expostas por sua organização política contemporânea) vistas como peculiares ou até negativas, mas que estas não antagonizam sua posição aos brasileiros e tampouco nos ligam referencialmente a eles.

SD9: Reeleição à Argentina.

SD10: Vale esclarecer, para começar, que se o marido não tentou a reeleição, permitida pela Constituição, foi para tentar ficar ainda mais tempo no poder. Dado o **personalismo**, a **volatilidade** e o **oportunismo** da **atual política argentina**, um segundo e final mandato logo o reduziria a um “pato manco”. [...] A solução é esse revezamento, que seria difícil de aplicar fora da **tradição argentina de matrimonialismo político**.

As SD9 e SD10 tratam da eleição de Cristina Kirchner como uma manobra de Néstor. Poderia ser visto um deslize dos sentidos da FD3 para a FD1, mas isto não parece ocorrer porque as decisões argentinas são indicadas como uma forma de organização cultural nativa em relação à política, que se mostra estranha aos olhos brasileiros. As representações aqui não indiciam uma rivalidade entre Brasil e Argentina, pois estas características são colocadas como um exemplo da personalidade “deles”, algo não relacionado à nossa interferência.

A memória que se refere às primeiras-damas Eva Perón e Isabelita Perón é aqui acionada, para fazer-se uma comparação atual à eleição de Cristina Kirchner. É indicado que a situação constitui-se num arranjo de Néstor Kirchner, mas não por este ser maldoso, e sim por “seguir as tradições” de líderes do seu país. Estas se referem a eles, não efetivando assim efeitos sobre a relação Brasil-Argentina. Parece ser uma forma de “carta branca” oferecida pelo semanário acerca da situação no país vizinho, distanciando os países quando, de certa forma, os critica. O que poderia se efetivar como a FD1 acaba sendo diluído à medida que se consideram certas práticas “culturais”. Isso serve como um afastamento de perspectivas.

Os sentidos da FD3 apontam para um distanciamento entre as perspectivas de ação entre os países. Em CartaCapital, esses sentidos, por vezes, sugerem uma possível aproximação de visões, que não se efetiva, e a publicação parece indicar que este seria o caminho mais correto a ser seguido pelos países. Nos trechos a seguir, nota-se que o funcionamento dos dois Estados não é integrado, e acreditar que a Argentina não vive sem o Brasil é um equívoco.

SD32: Muitas vezes o governo argentino – tanto o atual quanto muitos dos anteriores – fez por merecer críticas à sua miopia estratégica e às suas atitudes oportunistas no relacionamento com os vizinhos. Mas é preciso admitir que, no episódio de Doha, **é a diplomacia brasileira que se deve responsabilizar por essa classe de conduta.**

SD33: **Quem diz** que a China, a Índia, a Argentina e demais reticentes ficaram “isolados” **soa como o britânico dos tempos vitorianos a comentar, ante uma tempestade no Canal da Mancha, que “o continente ficou isolado”.** Mesmo sem o Brasil, esses países representam 60% da população mundial. Faria mais sentido dizer que os brasileiros, juntos com os países desenvolvidos, se isolaram – pondo em risco, a troco de nada, um papel de liderança sul-americana e mesmo sul-global, no qual foram investidos anos de esforços.

Na reportagem sobre o fracasso das negociações da Rodada Doha da OMC (Organização Mundial do Comércio), nega-se que a situação tenha acontecido por uma posição antagônica da Argentina em relação ao Brasil, da mesma forma que se indica que a

Argentina não é dependente ou tenha uma relação de amizade que instaure concordância automática às deliberações brasileiras. Embora coexistam no mesmo espaço geográfico e sejam considerados pela publicação países fortes dentro das negociações econômicas mundiais – com o Brasil liderando este grupo de Estados – a atuação se dará em direções diferentes. A ação do Brasil, neste caso, é responsável pela relação independente, pela falta de uma convergência de visões, e o resultado é que brasileiros e argentinos se distanciam.

Época

No semanário, os sentidos da FD3 são dados a ver quando os textos apresentam uma relação que não é de referencialidade. Existe um cenário de contato, mas com atuação independente dos Estados. As decisões, em âmbito político ou econômico, dos dois países não se constituem a partir de uma rivalidade entre as visões, de mesmo modo que também não acontecem por uma parceria estratégica, um funcionamento convergente. Elas são enxergadas como disposições legítimas. Ao cabo, as notícias sobre as posições brasileiras e argentinas não estabelecem um vínculo relacional direto, ou seja, cada um dos países seguirá suas próprias determinações, mesmo em um espaço de articulação comum, o que pode ser visto nas SDs:

SD54: Mas nenhum negócio com o país governado por Hugo Chávez é uma questão meramente comercial. Por isso, uma das principais batalhas políticas travadas hoje pelo governo Lula em Brasília envolve a aprovação à entrada da Venezuela no Mercosul, **o bloco liderado pelo Brasil e integrado também por Argentina, Uruguai e Paraguai.**

SD55: O centro da batalha é o Congresso Nacional. **Com a aprovação do Brasil e dos outros três sócios fundadores do bloco, um protocolo de adesão ao Mercosul foi assinado pela Venezuela** em julho de 2006. de lá para cá, a Venezuela se tornou membro do bloco, com direito a voz, mas não a voto. Para a Venezuela se tornar sócia com plenos direitos, **o protocolo precisa ser ratificado por deputados federais e senadores dos demais países. Dois sócios – Argentina e Uruguai – já aprovaram a entrada da Venezuela. Restam Paraguai e Brasil.**

Pode-se dizer que a entrada da Venezuela no Mercosul, o que incorre na menção ao “fator Chávez”, aciona sentidos de posições diferenciadas entre os países – mesmo que, como salienta Época, o Brasil seja líder do bloco. Este papel indicado pela revista, porém, não se reverte em uma hegemonia das posições brasileiras em relação às decisões da Argentina, que mantém suas próprias relações com os venezuelanos, as quais não são caracterizadas. Não se

efetiva uma crítica à “ideologia” dos países e respectivos parlamentares que aprovaram os venezuelanos.

Como *Época* apresenta um quadro de notícias mais ligadas à economia, esta desvinculação entre Brasil e Argentina aparece em textos onde a “consciência mundial”, como citada anteriormente, tem um papel preponderante.

SD58: Kirchner, o presidente, chegou até a reestatizar empresas e criar uma estatal de petróleo, que por enquanto mal saiu do papel. Cristina fala em uma Argentina mais solidária, que aprendeu com a crise a abandonar o hiperindividualismo da era Menem. Mas a candidata respeita mais e acredita mais nas regras do capitalismo que seu marido. **Parte do giro mundial dela, Brasil incluído, serve para assegurar os investidores disso.**

SD68: A importância das relações comerciais dos dois países fica evidente quando o assunto é o trigo. [...] **Mas a crise também pode oferecer oportunidades.** Um recuo das exportações de soja, motivado pela insatisfação dos ruralistas, abriria espaço para a soja brasileira no mercado internacional. **Cabe ao Brasil saber aproveitá-las.**

SD75: Para críticos permanentes da diplomacia brasileira, a mudança de Genebra merece aplauso – e não crítica. Na avaliação de Rubens Barbosa, a nova postura foi uma demonstração de amadurecimento. “O ministro Celso Amorim foi muito feliz em defender as causas brasileiras. **Essa história de vincular a economia à política e a questões ideológicas, tipo Sul-Sul, é anacrônica. Só espero que não haja recaídas**”.

O bloco de SDs disposto acima inclui três reportagens diferentes, mas que ilustram os sentidos observados. No caso da SD58, o Brasil está incluído no giro mundial para dar aos investidores mais segurança. Compreende-se que, apesar de sua importância, se a parada em terras brasileiras não fosse realizada, a volta de Cristina por outros países seria realizada da mesma forma. Certos sentidos da FD2 acabam aparecendo nesta SD, posto que o Brasil tem uma representatividade considerável para a Argentina. Mas eles são neutralizados pela ideia de que o Brasil foi incluído. Esta inclusão remete a uma lista maior, com outros Estados importantes a serem visitados. Depreende-se, como afirmado, que se o Brasil fosse excluído, talvez sua importância, para a Argentina fosse ser sentida. Contudo, para as estruturas financeiras mundiais, esse fato não teria tanta repercussão.

A concepção de que o funcionamento dos países em eixo não seja uma prerrogativa para sua existência é dada a ver pelos sentidos de certa resignação na SD68. A notícia, que trata da crise argentina, é construída a partir de uma ótica que lega muito peso às relações entre os Estados brasileiro e argentino, constituindo-se sob a FD2. Mas a FD3 é notada quando os perigos da crise são atenuados em virtude de um possível ganho brasileiro com a

situação. É época busca, por meio da diminuição da importância do contato entre os países, mostrar um apagamento do relacionamento referencial. A possibilidade de produtos brasileiros ocuparem o espaço dos argentinos é percebida como uma consequência do sistema, que o Brasil deve saber aproveitar. Deixa-se a preocupação de uma situação que afeta os dois para enfatizar a oportunidade a ser efetivada, distanciando-se do vizinho, ao mesmo tempo, igualando a Argentina a qualquer outro país. Esta compreensão é reforçada pelos sentidos notados a partir das marcas destacadas da SD75, na qual se qualifica como anacrônica uma visão que corrobore a referencialidade Brasil-Argentina na condução dos processos econômicos.

IstoÉ

A FD3 será percebida nos textos de IstoÉ dentro do pacote de material noticioso do grupo norte-americano Time Inc. que a revista veicula em suas páginas. Vê-se que o enquadramento utilizado para a produção destas notícias é distinto do resto da revista, o que acontece por estas notícias não receberem um tratamento de contextualização. Elas são publicadas a partir de uma tradução direta, o que é indicado no final de cada texto. Porém, não se considera que a diluição da relação direta entre Brasil e Argentina aconteça somente por causa da existência de um terceiro elemento tão presente. O que se observa é que o Brasil é integrado, pela empresa midiática, a um grupo de países sul-americanos radicais, o que não inclui a Argentina, ao mesmo tempo em que se evidencia o fato de os argentinos terem contato com esses países e líderes rebeldes.

SD83: As inclinações esquerdistas e o sentimento antiianque, que supostamente deveriam ter desaparecido junto com o século XX, estão de volta, personificados por líderes como o radical venezuelano Hugo Chávez, o ex-líder sindical brasileiro Luiz Inácio Lula e o socialista boliviano Evo Morales. Não estamos falando de chegar a um acordo com esses líderes – o governo americano encontra dificuldades até mesmo de conversar com eles. Ou seja, **um intérprete viria a calhar. Cristina Fernández de Kirchner está qualificada para o papel.**

SD85: **O que faz de Fernández uma potencial intermediária entre os EUA e os líderes da nova esquerda latino-americana é que ela demonstra fluência nos dois idiomas políticos.**

O Brasil é representado como integrante de um grupo de Estados que não é nada mais do que opositor aos interesses dos Estados Unidos. A candidata a presidente da Argentina, é

percebida como a possível mediadora do contato entre os EUA os países de presidentes “radicais”. A FD3 é manifestada por sentidos voltados para uma desvinculação entre as relações da Argentina com o Brasil, concomitantemente indicando uma possibilidade de diálogo entre os dois países para o interesse de terceiros (os EUA).

Aqui a consideração da relação Brasil e Argentina é baseada nos sentidos que se direcionam para a não existência de um relacionamento especial entre os dois Estados. Eles não são rivais, e também não trabalham a partir de uma convergência de possibilidades ou necessidades. Esta situação seria ignorável não fosse a menção às duas unidades nacionais no mesmo texto. Mas delinea-se que a Argentina não precisa do Brasil, e vice-versa.

5.5 Enquadramentos do interesse nacional

Buscou-se realizar a análise do interesse nacional brasileiro em relação à Argentina nas revistas CartaCapital, Época, IstoÉ e Veja a partir dos enquadramentos destas revistas no tratamento da relação entre brasileiros e argentinos. O *framing* é percebido, por meio da AD, a partir de elementos que estruturam a seleção dos acontecimentos e sua construção narrativa.

O trabalho indiciou diferentes aspectos tornados relevantes em cada uma das publicações, percebidos a partir do processo de constituição de paráfrases, ou seja, a reiteração de sentidos. O contato entre Brasil e Argentina é distinto em cada uma delas: nem sempre o que é relevante para CartaCapital será para Veja, por exemplo, da mesma forma que Época e IstoÉ podem tratar de assuntos que têm o mesmo fato como motivação, mas que, por causa do enquadramento que cada revista executa, aparecerão como realidades completamente diferentes.

Não foram encontrados sentidos que apontassem para uma amizade entre os países – a relação em eixo é bastante significativa nesse sentido, porque o único viés de amizade que aparece é entre os presidentes (e isso não é visto, necessariamente, como um algo bom, vide IstoÉ e Veja), mas mesmo esta posição “amigável” indica mais fortemente outros tipos de relação do que simpatia – como junção de visões, por exemplo. Os países se dão pela necessidade um do outro, e o Brasil não aparece representado como dependente da Argentina – o máximo a que se chega é considerá-los codependentes. Os argentinos são colocados dentro da nossa esfera de influência.

Todas as publicações afirmam o caráter de hegemonia brasileira. Contudo, em CartaCapital essa posição é por vezes discutida, havendo questionamentos acerca da liderança

do país. Em um dos textos utilizados na pesquisa, a reportagem *Y todavía te quiero*, assevera-se, inclusive, que a preponderância é menor do que os brasileiros acreditam. Tal concepção corrobora as preocupações com uma integração sul-americana que o periódico evidencia.

A constante celebração da superioridade do Brasil em relação à Argentina e, concomitantemente, às outras unidades nacionais, é uma temática abordada por Wendt (1999) quando o autor afirma que, dentro do que deve ser considerado uma constante do interesse nacional, está a autoestima nacional. Ela é dada na representação do país como superior aos outros, e este elemento é costumeiramente destacado porque a população precisa acreditar que é especial – caso contrário, “rachaduras sociais” podem corroer o sentido de união necessário à sobrevivência da figura nacional-estatal. É interessante remeter essa questão também a Wainberg (2006), que, analisando a cobertura jornalística internacional brasileira, diz ser comum perceber uma vontade implícita de fazer ver um Brasil-potência, de construir a imagem de um gigante do continente, que se afirma em cenário mundial. Observa-se que, nas notícias sobre a Argentina, não foram encontradas sequências discursivas que exemplificasse um sentido de superioridade do Estado. Quando um texto é referenciando nas concepções de um europeísmo dos argentinos, esse acaba sendo representado de uma forma irônica.

Desta maneira, a construção do interesse nacional sobre a Argentina nas revistas semanais de informação geral dá-se na forma de enquadramentos efetivados pelas publicações em relação aos assuntos selecionados e sua exposição narrativa. Os enquadramentos, como mapas culturais de significado, tentarão guiar a compreensão dos leitores acerca da relação entre os países. Estes não são estruturas apartadas da existência humana, mas existem a partir das práticas sociais, culturais, das interpretações históricas que os indivíduos, investidos de uma identidade nacional, realizarão uns sobre os outros, e sobre si mesmos.

O conceito de interesse nacional mostrou-se uma forma de enquadramento por acionar saberes, representados por acontecimentos históricos, produzindo conceitos de interpretação, definindo problemáticas e apontando formas de ação dentro do discurso jornalístico sobre a outra unidade nacional. É uma operação de conhecimento sobre a Argentina que, ao mesmo tempo, mostra indícios de como agir em relação a ela. Dessa maneira, vê-se que o interesse nacional é um dos enquadramentos possíveis de serem observados nas notícias produzidas pelo jornalismo internacional de revista.

Cada periódico apresenta uma Argentina diferente. Representações e discursos históricos sobre o país e seus habitantes são utilizados de maneiras distintas. No entanto, a

eleição de Cristina Kirchner é o único assunto que aparece em todos os quatro semanários dentro do corpus analisado. Neste sentido, a questão da legitimidade da presidente à frente do governo é um fator relevante na estruturação da visão sobre os argentinos. Quando são noticiadas dúvidas sobre suas ações ou intenções, os sentidos confluem para concepções de rivalidade. Quando as notícias dão a ver uma mandatária legítima, mesmo que diante de problemas institucionais, é delineada a imagem do país vizinho que é a referência das ações brasileiras no e para o plano internacional – e que, por vezes, o influencia mesmo internamente.

Ademais, as revistas abordam a relação por meio de diferentes acontecimentos noticiosos. CartaCapital focou-se na interação entre as esferas política e econômica, utilizando discursos sobre a importância de uma integração sul-americana. Época norteou-se bastante pelo viés econômico da relação. IstoÉ priorizou material que tratasse das relações políticas entre os Estados, utilizando em grande parte a interação entre os presidentes. Veja publicou notícias que tratam a política como uma decorrência da economia, mas por meio de uma argumentação pautada pela censura moral à Argentina e seus líderes.

Observou-se que há constituição de visões semelhantes sobre a relação Brasil-Argentina mesmo quando as determinações ideológicas das empresas são distintas no tocante a outros assuntos. CartaCapital, Época e IstoÉ, por exemplo, predominantemente enquadram o relacionamento na visão de um eixo, embora por motivos diferentes (a referencialidade é baseada em ideia de integração sul-americana para a primeira; no imbricamento econômico, para a segunda, e em visão de aprofundamento de poder político, para a terceira). Veja, por outro lado, enquadra o contato entre brasileiros e argentinos hegemonicamente por meio da rivalidade.

O enquadramento de CartaCapital leva em consideração uma necessidade de confluência das decisões entre os dois países. O semanário indica que, isolados dentro do sistema mundial, brasileiros e argentinos têm poucas chances de sucesso econômico. Desse modo, a importância política da relação é destacada, em interação à economia. Há também uma consideração muito presente de vontade de união à Venezuela, mirada como um ator de grande relevância dentro do espaço da América do Sul, o que tornaria Brasil e Argentina mais fortes nos embates internacionais. Em momento algum, porém, o periódico deixa a entender que esta união deve ser feita por outros fatores, tais como amizade. O ambiente internacional para CartaCapital é um local de disputa onde fracos e fortes se enfrentam, sendo organismos internacionais como o FMI e a OMC estruturas que regulam o sistema de acordo com os

interesses dos Estados industrializados, ou de “Primeiro Mundo”, como ironicamente argumenta. Aqui, o “fator Chávez” é colocado como positivo, por mais que algumas reportagens refiram-se ao presidente da Venezuela com dubiedade. Mas este fato não impede a revista de defender uma integração sul-americana. A Argentina, que no início do recorte temporal do corpus é percebida como um país estável que almeja maior reconhecimento internacional, acaba transformando-se, ao longo do período analisado, em uma unidade nacional mais instável, onde o governo luta para manter as rédeas. Contudo, essa situação é colocada como mais um fator de incentivo ao aprofundamento da junção entre os países, com um papel hegemônico do Brasil, em conjunto à disposição de ação venezuelana.

Uma Argentina menos pujante em alguns momentos – em especial durante a crise interna –, e que tem sua política caracterizada por discursos e representações de bagunça institucional em alguns momentos, não é excluída da visão brasileira. Não se apresentam significativos desacordos entre os presidentes Lula e Cristina Kirchner, e quando a crise econômica mundial surge no corpus, Brasil e Argentina mostram-se ainda mais referenciais um para o outro. Faz-se a ressalva, porém, que o enquadramento da relação pela revista tem seus sentidos deslizando-se do eixo para a rivalidade quando a Argentina age contra a concepção de integração sul-americana que o semanário preconiza, motivando a argumentação de rivalidade por meio de hostilidade aos argentinos pela publicação.

A maior parte das representações estereotípicas em CartaCapital deu-se em textos nos quais os sentidos indicam para a independência. Tal fato indica uma perspectiva de distanciamento da relação com o Brasil, baseada numa visão dos argentinos como tendo diferenças socioculturais em relação aos brasileiros e que isso não deve ser compreendido como um fator de rivalidade, mas que também não deve ser tomado como algo que nos aproxime deles. Na constituição e utilização dos estereótipos, a ideia do nós, “normais”, e do eles, “não-normais”, institui estruturas de diferença cultural explícitas. Contudo, o julgamento de valor, no presente contexto, termina por não ser utilizado de maneira a constituir uma rivalidade entre as duas identidades nacionais. Afirma-se, implicitamente, a nossa superioridade em relação a eles, mas esta concepção não configura o embate. A situação aparenta ser uma “constatação” da revista (“eles são assim”), possivelmente utilizada para a compreensão mais simples do público em relação ao que acontece no país vizinho. Contudo, a reiteração da proeminência brasileira, no discurso de CartaCapital, acaba tendo os possíveis sentidos que apontariam para a rivalidade diluídos – ao menos no contato que estabelecemos. Os sentidos de eixo são hegemônicos na publicação.

Em *Época*, a relação entre os países é enquadrada, na maior parte dos textos, pela concepção de que os dois são os mais fortes do continente, e isso os qualifica como parceiros estratégicos e referenciais. Apesar de, em algumas notícias, construir explicações fundamentando suas argumentações em uma inveja dos argentinos sobre o “sucesso” dos brasileiros, a revista foi a que menos se utilizou de representações estereotípicas dos vizinhos. Por meio da constante afirmação da importância de questões econômicas para o relacionamento dos países e mesmo para a constituição do ambiente internacional, o contato entre as unidades nacionais aparece sob uma concepção de que as economias, fortes, são muito unidas. A adoção das moedas nacionais no comércio entre os dois, excluindo da relação o dólar, por exemplo, é mirada como um fator positivo.

Faz-se um movimento de valorização inicial de Cristina Kirchner como forma de afirmar que a dinâmica Brasil-Argentina terá na presidente recém-eleita um apoio que mantenha a importância recíproca entre os parceiros. As medidas tomadas por Néstor Kirchner são apontadas pela publicação como uma “rebeldia” necessária à sua busca por afirmação em plano interno e externo. Elas são rebeldes porque vão contra os “desejos do capital”. Neste sentido, busca-se dizer que a Argentina, ao seguir as determinações dos desejos do capital, alia-se ao Brasil. Os dois países são contrapostos ao Paraguai e, principalmente, à Venezuela, que é o principal adversário brasileiro na publicação. Este antagonismo com os venezuelanos reflete-se na construção da relação Brasil e Argentina, e *Época* acaba reforçando a referencialidade entre brasileiros e argentinos para contrapor uma possibilidade de associação dos segundos à Venezuela. Como a publicação participa do grupo GDA e, conforme citado anteriormente, a associação publica material produzido por empresas noticiosas do continente, esta situação indica certa diluição de sentidos de rivalidade entre brasileiros e argentinos em prol de um “bem maior”. Como não se dispõe de muitas referências sobre o grupo GDA, esta observação não pode passar de uma indagação sem resposta para o momento.

A predominância dos sentidos de eixo em relação aos de rivalidade não é tão significativa na revista *Época* como é em *CartaCapital*, e a concepção do Brasil como a maior potência do continente tem influência nesta percepção. Exemplo importante é visto na notícia “Ser o maior tem um preço” (17/12/2007), publicada na semana em que Cristina Kirchner assume a presidência. Nos momentos que a Argentina conforma-se às determinações que o semanário apresenta como importantes dentro do ambiente internacional e do contato entre os dois, eles funcionam quase como uma dupla. Quando o país é “rebelde” está contra os

interesses brasileiros. As negociações da Rodada Doha são relevantes para perceber este aspecto: quando os “antigos aliados” não se juntam a nós, “investem” contra as “causas brasileiras”. O eixo, aqui, torna-se “ideológico”, com a argumentação da revista de que as decisões baseadas apenas no econômico não são ideológicas. Considera-se ideologia como qualquer tipo de ideia que vá contra a verdade – no que se pode delinear, instaurada pelas determinações do capital. Os textos que tratam do Mercosul motivam certas inferências: quando o bloco é noticiado a partir da possibilidade de ganhos econômicos que pode proporcionar, é defendido pela publicação; quando ele representa a efetivação de uma união entre os países que demanda outras motivações que não as de ganho econômico imediato, é tratado como ideológico. Para *Época*, ideológico significa algo descolado da realidade, e identificado a concepções antigas sobre esta.

A noção de uma “consciência financeira mundial” cumpre o papel de nortear a realidade para *Época*. A situação remete a muitas das objetivações de estruturas sociais que foram discutidas ao longo do trabalho – no caso específico, a visão dos investidores estrangeiros, uma caracterização que apresenta força expressiva. Estas instituições reificadas serão indicativo, também, do enquadramento da relação entre os dois países por um viés de independência, pois se retira o peso do contato entre eles.

Isto é mostrou-se a publicação mais heterogênea entre as reunidas dentro desta pesquisa. Os textos tiveram sentidos apontando, em grande parte, para o eixo. O caráter político do semanário, enfatizado por sua auto definição e pelos acontecimentos que compõem a maior parte de sua produção, têm peso considerável sobre a questão. Uma quantidade expressiva do material foi publicada na seção “Brasil Confidencial” de notas que, como o nome busca indicar, constitui-se num espaço de exposição dos “bastidores” das decisões do Estado brasileiro. Este fato é locupletado pelo significativo uso dos presidentes como personagens nos textos, e as decisões estatais muitas vezes parecem ser fruto apenas de conversas individuais entre esses mandatários. Aponta-se para uma referencialidade Brasil-Argentina, e a inclusão da Venezuela acaba não modificando tanto este panorama. No entanto, os sentidos voltam-se para a rivalidade quando a formação desta relação política – que, como é trabalhada pelos discursos da revista, condiciona a relação econômica, num contraponto marcante à *Época* – é entremeada a um sentimento de desconfiança acerca das intenções da Argentina. Utiliza-se também a Venezuela como um elemento que faz os sentidos apontarem para a rivalidade, pondo em ação concepções que se encontram no imaginário brasileiro sobre os habitantes dos países sul-americanos como ardilosos e pouco confiáveis.

O semanário destaca como positivo o envolvimento de brasileiros e argentinos, sendo o único a tocar em assuntos tidos como estratégicos, no que se pode afirmar como relativos à existência soberana dos países (ou seja, questões militares). Época tangencia estas questões, mas refere-se à problemática Brasil-Venezuela. Isto é notícia a intenção brasileira e argentina de desenvolvimento de um reator nuclear em conjunto. Discussões sobre as possibilidades nucleares estiveram na agenda política dos dois países desde os anos 1970, e a assinatura do tratado de não-proliferação pelo Brasil (segundo diversos autores³⁵, por pressão da Argentina em conjunto aos EUA) na década de 1990 havia, de certa forma, enterrado o assunto. Outros acontecimentos que se incluem na rubrica de estratégicos também são abordados, todos pelo viés de uma relação referencial entre os Estados.

Os sentidos de independência mostram-se na publicação a partir de um enquadramento exógeno incorporado de maneira brusca ao resultado final da revista. As notícias do convênio com o Grupo Time Inc. delineiam uma Argentina muito distante do Brasil, indicando para uma independência entre os dois países. É relevante perceber que estas notícias são construídas a partir do que se pode definir como a “visão norte-americana” sobre os acontecimentos na América do Sul. Porém, a percepção do sentido de independência na notícia não é algo simplesmente existente pelo fato de as notícias serem produzidas a partir de outra realidade (a dos EUA): os sentidos não confluem para um relacionamento referencial entre Brasil e Argentina, nem para uma rivalidade, mas sim para uma relação que pode acontecer se os EUA desejarem uma “intérprete”. Afirma-se que os outros Estados do continente são liderados por radicais (Lula, Hugo Chávez e Evo Morales), mas que Cristina Kirchner tem entrada nos “dois mundos”: ela não é radical (não é vista numa relação especial com nenhum dos líderes/países citados), mas também não investe contra eles. Desse modo, são vistos os sentidos de independência. Esta situação demarcada acaba por caracterizar Isto é como uma revista de discursos fragmentados, como se houvesse mais de uma publicação dentro da mesma. A caracterização de moral da história se encontra nas reportagens, mas o semanário acaba parecendo ser composto por muitas e distintas “morais da história”.

Em *Veja*, os fatores políticos (internos e externos) e econômicos constituem-se sob discursos que situam um posicionamento antagônico entre as duas unidades nacionais, com a atribuição de intencionalidade de viés maniqueísta (apreendendo o outro como maldoso). Desta maneira, utilizam-se representações que apelam à emocionalidade do público leitor, visto que se constituem em estereótipos, e a publicação é a que mais se utiliza destes dentro

35 Cervo (2008), Oliveira (2005), Seitenfus (1994).

do corpus pesquisado. Caracterizações como “populista”, “peronista”, “*hermanos*”, apresentam uma carga potencial de sentidos que significam ao encontrarem correspondente na memória histórica. Essas imagens preconcebidas sobre os argentinos são utilizadas na sua junção ao imaginário acerca dos países sul/latino-americanos, e esta situação cumpre parte importante do foco das notícias de Veja.

Os discursos sobre os líderes da América do Sul/Latina como populistas e a ameaça que estes parecem ser ao Brasil aparecem em maior número do início da crise mundial. Num sentido comparativo, concomitantemente em CartaCapital, os presidentes de Brasil e Argentina parecem afiar as falas em conjunto. Os textos em Veja apresentam sentidos apontando para a posição inimiga dos países sul-americanos em relação ao Brasil. Nota-se que a relação Brasil-Argentina, em caráter direto, por assim dizer, é pouco explorada pela publicação. As decisões políticas e econômicas que concernem aos dois países não são tão notadas como nas outras publicações. A Argentina aparece mais representativamente no grupo dos países populistas, que querem atuar contra o Brasil. Este é, por vezes, representado como um “gigante manso”, que escolhe não revidar aos “abusos” que sofre. Há subentendida a ideia de que o Brasil deveria investir contra o continente invejoso de suas capacidades e qualidades.

Esta situação passiva do Brasil é explicada pelo discurso da revista em meio ao processo de estereotipia acerca de argentinos e sul/latino-americanos – procedimento aliado aos sentidos de eixo que invadem os discursos do semanário. É argumentado por Veja que o governo, nas figuras do presidente Lula, do PT e de Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, está fazendo concessões a países inimigos. Mesmo discussões diplomáticas entre Brasil e Paraguai entram no “pacote da rendição”. Mostra-se que há um funcionamento em eixo do Brasil com a Argentina por meio da proximidade entre os presidentes, e isso é valorado de uma maneira negativa por Veja. A revista quer alertar o tempo todo seu público leitor sobre os perigos que os países do entorno representam, e quando há uma movimentação de contato entre os líderes, Veja a enquadra como um funcionamento referencial entre as partes. Afirma-se a rivalidade dando a ver o eixo.

Aos estereótipos mais comuns dos discursos sobre os argentinos, entremeados pela inclusão destes na América do Sul/Latina, somam-se as representações de Cristina Kirchner como uma mulher fútil e inepta para o cargo de presidente. A descaracterização de sua potencialidade política se dá por afirmação de sentidos ligados a questões que, normalmente, são ligadas ao universo feminino (preocupação com a aparência, por exemplo), e muito pela ideia de que ela é subordinada ao marido. Desvalorizações de viés sexista são percebidas

várias vezes. O paradoxal é que Néstor Kirchner é representado como um presidente apenas rebelde, que não sabe bem o que faz, além de ser o porta-voz da maior ameaça ao Brasil: Hugo Chávez. A menção ao presidente venezuelano sempre é realizada como uma forma de convencimento sobre as más intenções argentinas, posto que o país, por manter “relações promíscuas” com a Venezuela, é apenas uma ponte de passagem para o perigo venezuelano.

A utilização dos estereótipos no semanário seja uma forma de simplificar questões que poderiam ser mais aprofundadas. O exemplo da deslegitimação de Néstor e Cristina Kirchner como líderes do Estado é emblemático, já que a saída da crise econômica, de acordo com a revista, acontece quase que por um passe de mágica. O estilo contundente de redação e extremamente opinativo, característico de *Veja*, é temas de análise dentro do jornalismo impresso brasileiro, como pode ser visto a partir de alguns teóricos³⁶. Esta forma de exposição das informações, no tocante ao enquadramento que a revista faz da relação entre Brasil e Argentina, indica uma situação de “polêmica pelo valor de polêmica”, apelando à emocionalidade de maneira contundente. O dualismo de “bons” e “maus” ilustra esta situação.

Neste caso, a diferença entre os normais e os desviantes que os estereótipos movimentam serve, em contexto aos sentidos mobilizados no discurso, como uma forma de afirmar a rivalidade, o conflito inerente entre “nós” e “eles”. Como se afirmou, apela-se à emocionalidade, à profundidade da consideração afetiva do público. Vendo aquele que, desde o primeiro contato, já é tomado como estranho a partir do prisma do embate, compreende-se que *Veja* construirá um enquadramento da relação estruturando o maniqueísmo citado.

Tendo em vista a análise sobre os *frames* que cada revista realiza sobre a relação Brasil-Argentina, é válido expor que, de acordo com os dois grupos majoritários nos quais se divide o pensamento em política externa brasileira – os associacionistas e os independentistas –, o contato entre os dois Estados é primordial para compreender-se as relações internacionais brasileiras. Para os dois grupos, o grande móbil das relações exteriores do país é a noção de desenvolvimento. Como devemos atuar internacionalmente para alcançar uma posição de país desenvolvido?

Esta questão de fundo é refletida na definição do relacionamento com a unidade nacional argentina. Os associacionistas defendem uma posição de aliança brasileira às grandes potências, enquanto os independentistas creem na liberdade de determinações, sem pré-alinhamentos. As duas facções, contudo, colocam a Argentina como um elemento de relevância, embora não haja uma definição prévia de como se agir em contato com o vizinho.

36 Benetti, Hagen (2010); Lage (2005); Nascimento (2002).

Demarca-se que os associacionistas concebem uma relação de proximidade quando observam que uma união entre nós e eles para o cumprimento das prerrogativas dos Estados mais fortes nos seria benéfica em conjunto, e relegam a Argentina à uma posição secundária se esta não se mostra tão entusiasta da obediência aos pressupostos definidos pela “ordem mundial”. Por sua vez, a posição independentista pode conceber o vizinho como um país ao qual o Brasil deve tentar o máximo de integração possível, visto que são duas potências médias, que se tornam mais fortes juntas. Quando os argentinos aparentam estar se guiando pelas decisões de uma associação às grandes potências, eles passam a ser mirados com muito mais reservas.

Apesar da tentativa de objetividade na observação do posicionamento argentino no ambiente internacional, todas as considerações são dependentes, também, dos discursos e representações que desenvolvemos em séculos de relação. É importante ter em mente que o que sabemos sobre “eles” é algo desenvolvido no bojo destes processos de significação, de conhecimento – em uma consideração clara, são a realidade para “nós”, que pode ter pouca correspondência com o que os argentinos, ou mesmo um terceiro elemento, notaria.

Desta maneira, percebe-se que não são interesses puramente políticos ou econômicos que funcionam na estruturação da dinâmica relacional entre as duas unidades nacionais. Como se vê o outro, as possibilidades de interação com ele, também são determinantes para a construção de uma relação, que não deve ser considerada apenas pelo funcionalismo do ganho, em caráter de poder político ou de lucro econômico. Afirma-se que a escolha por notícias que tratassem destas temáticas teve a intenção de procurar compreender este possível paradoxo, aventado a partir da compreensão do construtivismo em RI.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como impulso uma disposição interdisciplinar. Desde a elaboração do anteprojeto de dissertação havia a motivação de trabalhar com as relações internacionais e a história a partir da comunicação e, mais especificamente, do jornalismo. Como campos distintos, cada um possui suas dinâmicas próprias, paradigmas estabelecidos ao longo da evolução como disciplina e abordagens inerentes. Pensava-se também na realização de um trabalho que mirasse a relação entre Brasil e Argentina, um tema de especial interesse para o autor.

O grande desafio era intercalar saberes de origens diferentes, mas que se cruzavam para a constituição de uma situação específica: como as principais revistas brasileiras de informação geral constroem a relação entre Brasil e Argentina? Como compreender a “nossa” relação com “eles” a partir do que CartaCapital, Época, IstoÉ e Veja publicam? Buscar a constituição deste relacionamento pelo jornalismo feito por estes semanários evidenciou-se a intenção principal desta dissertação. Além disso, um dos objetivos que nortearam o trabalho era o de não realizar uma análise da cobertura da imprensa nacional sobre a Argentina. Intentou-se, desde o início, pensar o estabelecimento da relação entre os dois Estados, perceber como a dinâmica entre eles era colocada pelo jornalismo. Como as notícias davam a ver a relação entre eles *y nosotros*?

Uma possibilidade de trabalhar as questões comentadas foi a utilização dos pressupostos construtivistas das relações internacionais em conexão às teorias de *newsmaking* no jornalismo. As duas concepções apresentam grande influência da chamada sociologia do conhecimento, e, de maneira geral, estabelecem-se sob o horizonte de que a realidade é socialmente construída e que, dialeticamente, este processo também institui o real. Neste sentido, buscou-se o conceito de interesse nacional, caro às perspectivas construtivistas. A compreensão do interesse nacional constitui-se na tentativa de interpretar como um Estado vê outro, e age em relação a ele. Como os países não são figuras existentes em independência às pessoas, esta interação entre estruturas estatais se reportará e será efetivada no contato entre indivíduos que “portam” uma identidade nacional. A identificação em uma identidade nacional ergue muros de significado, facultados pelos indivíduos tanto à seu próprio grupo quanto a outros. Reificações são subsidiadas em vários níveis, instrumentalizando o funcionamento de instituições sociais.

No caso específico desta dissertação, procurou-se trabalhar o interesse nacional brasileiro em relação à Argentina. As revistas que conformam o corpus da pesquisa foram escolhidas por serem as mais destacadas no segmento de informação geral, conformando diferentes públicos e tendências. Pelas especificidades do estilo magazine, as publicações terminam por se mostrar diferenciadas do jornalismo periódico diário, tanto em sua seleção de acontecimentos quanto pela apresentação narrativa dos mesmos. Mas o que é mais destacado no universo deste produto jornalístico é a intenção de indicar, constantemente, formas pelas quais o que acontece no mundo devem ser entendidas. Estruturam-se a partir da constituição de “moral da história”, ou seja, de explicações contextualizantes que amarram os acontecimentos dentro de lógicas dispostas por elas mesmas.

Nota-se que, apesar do considerável número de artigos científicos que tratam de temas relativos às revistas, a produção de obras específicas sobre o tema é escassa, e ainda está em formação. Esta dificuldade bibliográfica foi percebida, de maneira ainda mais destacada, no que diz respeito ao jornalismo internacional. A maior parte dos trabalhos mapeados é concernente às atividades de correspondentes no exterior. Conquanto não os tenhamos utilizados nesta investigação, acredita-se que estes, num trabalho posterior, podem tornar-se interessante material de pesquisa se analisados relativamente ao conceito de interesse nacional que se tentou delinear.

De qualquer maneira, esta situação revelou-se como dificultadora do processo dissertativo e, ao mesmo tempo, como uma possibilidade de abertura de novas formas de construção de conhecimento. A produção das notícias sobre o mundo e o noticiário dos semanário de informação geral são dependentes de contextualização, e estas lógicas irão se estabelecer a partir de pressupostos específicos para CartaCapital, Época, IstoÉ e Veja.

Tendo em vista a ideia de lógicas específicas, acredita-se que a escolha da análise de discurso para a efetivação da investigação tenha sido uma opção acertada. A compreensão do jornalismo como uma forma de discurso guiou o estudo sobre as notícias que enfocam a dinâmica braso-argentina, indicando um dialogismo evidenciado por formas de “realidades distintas” entre as publicações. O empreendimento de constituição das formações discursivas baseou-se na concepção de que estas se constituem a partir de núcleos de sentido, e procedeu-se ao mapeamento destes nos textos utilizados como corpus, visando à dinâmica relacional entre Brasil e Argentina. É na disposição de desconstruir as “objetividades” das ideias que instituem o contato entre as duas unidades nacionais que esta pesquisa foi desenvolvida. As sequências discursivas são apresentadas no interesse de indicar como os sentidos constituem cada formação discursiva e, deste forma, como os discursos sobre a relação entre brasileiros e

argentinos se apresentam dentro dos enquadramentos desta pelos semanários. A observação de sentidos convergentes em revistas diversas é um indicativo do peso das estruturas históricas dentro da visão de cada empresa sobre o contato entre os vizinhos. Esta contundência, porém, serve de apoio às determinações ideológicas de cada publicação. Como se ateuve aqui às questões discursivas, esta consideração pode indicar novas veredas investigativas.

Há significativa imbricação entre questões culturais, sociais e históricas e as decisões “objetivas” de áreas como a política e a economia. Entende-se que não há neutralidade possível em face de instituições sociais, e o jornalismo deve ser tomado como um espaço que não pode ser apartado dos processos vistos como sociais e culturais em uma sociedade. A instância jornalística funciona na interação com o senso comum, e deve ser tema de reflexões que visem a entender a sua influência nas estruturas simbólicas que ajudam a significar a vivência humana. Conceber as notícias sobre o mundo como uma forma de mediação cultural é relevante neste sentido. As notícias internacionais apresentam novas “esferas de realidade” ao público, mas sua compreensão é dependente daquilo que este já possui como saber – o que indica o papel das estruturas simbólicas. O jornalismo internacional é uma forma de “reprodução” do conhecimento sobre o que acontece no ambiente internacional.

As notícias sobre a relação Brasil-Argentina serão contextualizadas dentro do que cada publicação estabelece como importante para ser compreendido. Como trata-se aqui do conceito de interesse nacional, delineiam-se processos que buscam integrar as informações, muitas vezes recebidas pelas agências internacionais, às formas explicativas que orientam a visão de CartaCapital, Época, IstoÉ e Veja. É digno de atenção perceber que, repetidas vezes, o material recebido pelas empresas parece ter sido o mesmo, mas que foi feito um esforço notável em cada uma delas a contextualizar os fatos à suas concepções próprias. Importa perceber, neste sentido, que os enquadramentos dos semanários constituem-se sob a exposição de alguns acontecimentos e a sublimação de outros. Na pesquisa, buscou-se mostrar que certas questões eram relacionadas à dinâmica braso-argentina, enquanto outras não recebiam era contextualizadas relacionamente. Cada revista possui suas próprias definições de quando um assunto tem relevância de ser tratado em meio ao contato entre as unidades nacionais ou não. Assim manifesta-se o interesse nacional nas publicações: o que é relevante saber sobre eles, e como agir em relação a eles. Contrapondo às certezas preconizadas tanto pelo assertivo discurso jornalístico quanto, em relação às RI, às certezas absolutas das teorias clássicas, o conceito, pelo viés construtivista, auxilia na desconstrução da objetividade que a notícia buscava evidenciar sobre o mundo.

Afirmações “objetivas” amparam-se na utilização de representações que são interpretadas pelo público como verdadeiras. Nota-se que os estereótipos argentinos são usados em diferentes posições dentro do discurso das notícias. Embora sustentados na apreensão do diferente que, num nível cognitivo de consideração, será compreendido como uma ameaça, as estereotipificações do argentino não se constituem necessariamente como indicativo de rivalidade entre eles e os brasileiros. Como visto, as revistas CartaCapital e Veja, as que mais utilizam estas caracterizações, o fazem de maneiras diversas: enquanto a primeira afirma um olhar sobre o outro “exótico” (e, nota-se, pelo discurso da revista, “atrasado”), mas que não implica em um antagonismo no nível da relação entre as unidades nacionais, a segunda põe em ação representações negativas de forma a corroborar sua posição de que a dinâmica entre os dois países baseia-se em uma disputa eterna.

É necessário apontar que, de forma geral, as revistas não conseguem abordar, de maneira ampla, as problemáticas apresentadas pela política externa. Em sua maioria, o material noticioso não alcança um dimensionamento relevante dos processos e implicações relacionadas à interação entre os Estados. A possibilidade de conhecimento da Argentina, e do contato entre os habitantes dos dois países não é desenvolvida de forma satisfatória. De maneira óbvia, o jornalismo não pode ser considerado como um âmbito de análise científica das questões envolvidas nas dinâmicas internacionais. Porém, a cobertura das decisões diplomáticas merece um maior balizamento de mais qualidade por parte das publicações. Tem-se a impressão que o ambiente internacional é estático, e os fatos são sempre interpretados dentro de moldes petrificados.

Nesse sentido, a utilização de especialistas é um ponto-chave. Há pouquíssimo espaço para versões diferentes dentro de uma mesma notícia, e apresentar contrastes não parece ser o objetivo das publicações. As fontes utilizadas, em sua completa maioria, apenas corroboram as argumentações delineadas nas notícias – recorde-se que há sempre um forte sentido de contextualização almejado pelas revistas. Posicionamentos contrários, quando são dados a ver, são referidos como se fossem delírios ideológicos. Paradoxalmente, a atividade de “explicar o mundo” intentada pelo jornalismo internacional acaba traduzindo-se em uma simplificação extrema, que não comporta a possibilidade de equívoco. CartaCapital, Época, IstoÉ e Veja simplesmente não conseguem ter sucesso em apresentar aos leitores diferentes perspectivas. Se tal situação já é destacada em trabalhos que abordam coberturas internas, a situação é agravada em se tratando das realidades externas. Este é um dos pontos principais: não há “realidades” possíveis dentro do discurso jornalístico dos periódicos acerca da relação entre Brasil e Argentina. A ideia é que o contato entre os países sempre se dá a partir de certas

“verdades” - mesmo que, contraditoriamente, elas sejam modificadas ou mesmo negadas em momentos diferentes.

Essa situação faz com que seja primordial discutir o papel pedagógico do jornalismo de viés internacional. As operações de conhecimento acerca de outros grupos populacionais (que englobamos dentro da ideia de país) são decisivamente mediadas pela experiência de se ler as notícias da semana. É o resumo do que aconteceu no mundo. Mas, que mundo é este, que não comporta nada além de um único lado? Que sustenta-se em estereótipos?

As interpretações prontas que são aplicadas aos fatos que envolvem brasileiros e argentinos têm diversas origens, e são apresentadas como naturais. O movimento de contextualização do material jornalístico nas revistas, ao contrário do que poderia supor-se, auxilia decisivamente na reificação de estruturas sociais. As representações, cada vez mais fortes, dificilmente são questionadas – sendo, como notou-se, mobilizadas, mesmo que em diferentes posições discursivas.

É de grande relevância ter em consideração que, diante de um universo de identidades prévia e fortemente instituídas, a concepção de um interesse nacional definido, fechado e autoevidente torna-se mais facilmente aceitável. Se todos são o que são (se somos brasileiros, temos desejos e necessidades brasileiras, por exemplo), não há muito mais o que ser discutido. A extrema naturalização de construções sociohistóricas é um fator de ordenação de poder cultural de maneira flagrante. Assim, o que os habitantes das terras englobadas pelas fronteiras do país querem é quase tão explícito quanto as sensações de frio, fome ou sede. A argumentação de que a “natureza” de alguém é uma e não outra tem uma força considerável entre os seres humanos, como visto com a teoria das representações sociais. O movimento de alteridade é um dos mais difíceis de serem concretizados pelos indivíduos. Em decorrência, fechar todas as particularidades de alguém ou, mais significativo ainda, de um conjunto arbitrário de pessoas reunido sob a designação de uma mesma nacionalidade é tão absurdo quanto compreensível.

De qualquer maneira, há que perceber-se que a situação não deve ser tomada apenas por um viés negativo. Acredita-se que um leitor que possa ter contato com os quatro semanários terá contato com um considerável conjunto de informações referenciadas na história dos dois países, ao mesmo tempo que dispostas pelas revistas a partir de suas concepções ideológicas. Tal situação é tomada como relevante, pois deste modo ele estará interagindo com saberes de matrizes extremamente diversificadas. Pode-se salientar que o já referido processo pedagógico no qual incorre o jornalismo internacional é enriquecido quando

pluralizado, pois as contextualizações necessárias para a compreensão das notícias mostram-se uma fonte de materiais simbólicos que serão apropriados de diversas maneiras.

Assevera-se que a experiência de articular campos distintos para a consecução dos objetivos da pesquisa é bastante significativa. Ela implica em um movimento de adequação e rejeição, de transformação e análise de várias encruzilhadas teóricas. Foi necessário aprofundar-se em algumas áreas nas quais se tinha pouco conhecimento prévio, ao mesmo tempo em que se precisou proceder ao abandono de saberes que não se conformariam ao empreendimento geral da dissertação. Desta maneira, entende-se que algumas temáticas foram desenvolvidas, porém com uma complexidade restrita. Entre estas, podemos destacar a utilização da própria análise de discurso. Embora não se tenha pretendido fazer utilização da AD num nível de investigação mais linguístico, crê-se que esta poderia ter sido mais trabalhada no sentido de utilização do arcabouço teórico disponível.

A busca pela estruturação do conceito de interesse nacional na análise das notícias sobre a relação entre Brasil e Argentina foi motivada pela importância deste contato para a própria instituição das identidades nacionais. Afirma-se, também, que há objetivo de questionar, por meio da comunicação (e especificamente, do jornalismo) as relações internacionais, um campo que se mostra muito fechado em si próprio. O contato entre os países está longe de ser uma questão apenas de discussões diplomáticas, e o distanciamento que as RI aparentam querer estabelecer em relação ao saber mais “mundano” despersonaliza decisões que afetarão pessoas, não estruturas imaginárias tomadas como reais. Mesmo pressupostos do campo estabelecidos como consensuais, tais como as ideias de soberania, serão influenciados, e mesmo questionados, a partir da mídia. O esforço de refletir sobre questões internacionais a partir da análise de produtos jornalísticos mostra-se de grande interesse para o autor, pois acredita-se que o contato entre os países engendra muito mais do que afirmações técnicas. O caso de Brasil e Argentina parece ser exemplar: a rede simbólica constituída ao longo da história em comum mostra-se tão rica que a dinâmica entre os dois países, pelo menos a partir das publicações estudadas, não consegue dispensar essas referências.

O que viu-se nesta pesquisa é que o interesse nacional deve ser tomado como uma forma de enquadramento das notícias pelo jornalismo internacional nos quatro semanários analisados. O conceito se referencia não apenas em bases políticas e econômicas pressupostas, a princípio, pelas RI. Ele vai além. Está amparado também e, principalmente, na força da relação entre indivíduos, no caso, brasileiros e argentinos. A dinâmica entre as duas nacionalidades ajuda a mostrar que as relações internacionais se estabelecem pela construção

de uma relação histórica entre indivíduos, mediada pela cultura – com esta mediação sendo entendida a partir do prisma da comunicação. Ver os argentinos como rivais ou aliados, por exemplo, está distante de ser “apenas” uma decisão objetiva.

Referências

ADLER, Emmanuel. O construtivismo no estudo das relações internacionais. **Lua Nova**, 1999, n.º.47, p. 201-246.

AGUIAR, Pedro. **Jornalismo internacional em redes**. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação social, 2008.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações Internacionais e política externa brasileira: história e sociologia da diplomacia brasileira**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2004.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ANTUNES, Elton. **Enquadramento: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia**. Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p.85-99, dez. 2009.

AZEVEDO, Francisca N.; GUIMARÃES, Manoel. Imagens em Confronto: as representações no império brasileiro sobre as repúblicas platinas na segunda metade do século XIX. In: **A visão do outro: seminário Brasil – Argentina**. Brasília: FUNAG, 2000.

BANDEIRA, Moniz. **Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)**. Brasília: EDUNB; São Paulo: Ensaio, 1993.

BENETTI, Marcia.. A ironia como estratégia discursiva da revista Veja. **Líbero** (FACASPER), v. 20, p. 14-26, 2007.

_____. Análise de Discurso em jornalismo: estudo das vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia** (PUCSP), v. 15, p. 13-28, 2008.

_____; [HAGEN, Sean](#). Jornalismo e imagem de si: o discurso institucional das revistas semanais. **Estudos em Jornalismo e Mídia** (UFSC), v. 7, p. 123-135, 2010.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1973.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da USP, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. O “gigante brasileiro” na América Latina: ser ou não ser latino-americano. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta: A experiência brasileira (1500-2000) - A grande transição**. São Paulo: Ed. Senac, 2000.

CARR, Edward. **20 anos de Crise: 1919-1939**. Brasília: UnB, 2001.

CARVALHO, Anabela. **Discourse Analysis and Media Texts: a Critical Reading of Analytical Tools**. In: International Conference on Logic and Methodology. *Anais...* Colônia: International Sociology Association, 2000. URL: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3137>. PDF

CARVALHO, João Gilberto; ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e história: um diálogo necessário. *Revista Paideia (Ribeirão Preto)*, vol.18, p.441-456, 2008.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

FALK, Richard. Culture, Modernism, Postmodernism: A Challenge to International Relations. In: CHAY, Jongsuk (ed.). **Culture and International Relations**. New York, NY: Praeger, 1990, pp. 267-279.

FERNANDES, Florestan. Padrões de dominação externa na América Latina. In: **América Latina**: história, idéias e revolução (vários autores). São Paulo: Xamã, 1998.

FINNEMORE, Martha. **National Interests in International Society**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1996.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão (SE): Editora UFS/Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

FREDERICK, Howard. **Global communication and International Relations**. New York: Harcourt Bace College Publishers, 1993.

GILBOA, Eytan **The Global News Networks and U.S. Policymaking in Defense and Foreign Affairs**. The Shorenstein Center on the Press, Politics and Public Policy, Kennedy School of Government: Harvard University, 2002.

_____. Global Communication and Foreign Policy. **Journal of Communication**; Dec 1, vol.52, 4. ABI/INFORM Global, 2002, p. 731.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUARESCHI, Pedrinho. “Sem dinheiro não há salvação”: ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GUIBERNAU I BERDÚN, Montserrat. **Nacionalismos**: o estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na Era dos Gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

HACKETT, Robert A. Declínio de Um Paradigma? A Parcialidade e a Objectividade nos Estudos dos *Media* Noticiosos. In: TRAQUINA, Nélson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Lisboa: Vega, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 1998.

HALL, Stuart et all. A produção social das notícias: o “*mugging*” nos *media*. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.

HESTER, Al. As agências noticiosas ocidentais: problemas e oportunidades nas notícias internacionais In: REYES MATTA, Fernando. **A informação na nova ordem internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

_____. **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JACKS, Nilda; BENETTI, Márcia; MULLER, Karla. **Hermanos, pero no mucho: el periodismo narra la paradoja de la fraternidad y la rivalidad entre Brasil y Argentina**. Buenos Aires: La Crujía, 2004.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais: teorias e abordagens**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

KOWERT, Paul. Agent versus Structure in the Construction of National Identity. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka; ONUF, Nicholas; KOWERT, Paul (ed.). **International Relations in a constructed world**. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 1998

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Florianópolis: Insular UFSC, 2001.

_____. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LIMA, Maria Regina Soares de. Instituições democráticas e Política Exterior. **Contexto Internacional**: Rio de Janeiro, v. 22, n.2, p. 265-303, jul. dez. 2000.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo : Ed. da UNESP: Moderna, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 1997.

_____. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP. UNICAMP, 1998

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MARTINS, Estevão de Rezende. **Cultura e Poder**. São Paulo: Saraiva, 2007.

MATTELART, Armand. **História da utopia planetária**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MEDITSCH, Eduardo. **O Jornalismo é uma forma de conhecimento**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 1997. URL: www.bocc.ubi.pt [PDF]

MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo como sistema perito. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(1): 197-208, maio de 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marylin. A notícia como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos In: TRAQUINA, Néelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e 'estórias'. Lisboa: Vega, 1999.

MESQUITA, Flávio Agnelli. **As fontes jornalísticas no caso Dossiê**: uma análise de enquadramento da cobertura das revistas Veja, Época, Isto É e Carta Capital. Dissertação de mestrado. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2008.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas**. São Paulo: ed. Fapesp, 2001

NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. **Jornalismo em revistas no Brasil**: um estudo das construções discursivas em Veja e Manchete. São Paulo: Annablume, 2002.

NATALI, João Batista. **Jornalismo internacional**. São Paulo: Contexto, 2004.

NYE JR, Joseph. **Power in the global information age**: from realism to globalization. London: Routledge, 2004.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações Internacionais**: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OLIVEIRA, Fátima; WERBA, Graziela. Representações sociais. In: STREY et al. **Psicologia social contemporânea**: livro-texto. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Henrique Oliveira. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEN, Rubén. Nación y identidad em tiempos de globalización. In: BAYARDO, Rubens; LACARRIEU, Mónica. **Globalización e Identidad Cultural**. Buenos Aires: Ciccus, 2006.

ONUF, Nicholas. Constructivism: a user's manual. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka; ONUF, Nicholas; KOWERT, Paul (ed.). **International relations in a constructed world**. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 1998.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais: temas atores e visões**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1997.

PRADO, Maria H. C.. **O Brasil e a distante América do Sul**. In: Revista de História, nº. 145, São Paulo: USP, 2001.

POZOBON, Rejane. Estereótipias e dinamizações das identidades argentinas a partir da instância midiática. **Alceu**, v. 9. Rio de Janeiro: PUCRJ, 2009.

_____; STRASSBURGER, Tabita. Construção de Identidades Argentinas a partir das representações midiáticas acerca da presidente Cristina Kirchner. **Interin** (Curitiba), v. 9, p. 01-13, 2010

PUTNAM, Robert. **Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games**. International Organization. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1988.

RESENDE, Erica. S. A. Identity, Discourse and U.S. Foreign Policy: The Writing of a Puritan National Identity in the War on Terror. In: VELJANOVA, Irena. C. (Org.). **Perception, Meaning & Identity**. 1 ed. Oxfordshire: Inter-Disciplinary Press, 2010, v. 139, p. 49-58.

REYES-MATTA, **A informação na nova ordem internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

RIBEIRO, Gustavo. L. Tropicalismo e Europeísmo. Modos de representar o Brasil e a Argentina. In: RIBEIRO, Gustavo L. FRIGERIO, Alejandro; RIBEIRO, Gustavo Lins. **Argentinos e brasileiros: encontros, imagens e estereótipos**. Petrópolis: Vozes, 2002.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Lisboa: Vega, 1999.

ROUQUIÉ, Alain. **O Extremo-Occidente: introdução à América Latina**. São Paulo: EDUSP, 1991.

SANTOS, Janaíne dos. **Construção de opinião no texto informativo: adjetivos, advérbios e figuras de linguagem como estratégias discursivas em Veja, Época, IstoÉ e CartaCapital**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

SEITENFUS, Ricardo. **Para uma nova política externa brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.

SOUZA, Jorge Pedro. **As notícias e seus efeitos**. Lisboa, Universidade Fernando Pessoa, 1999. URL: <http://bocc.ubi.pt>. PDF

SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

STEINBERGER, Margarethe. **Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina**. São Paulo: EDUC, 2005.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson. A redescoberta do poder do jornalismo: análise da teoria do agendamento. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.

_____. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1999.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Lisboa: Vega, 1999.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VALENTE, Leonardo. **Política Externa na era da informação: O novo jogo do poder, as novas diplomacias e a mídia como instrumentos de Estado nas Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

VIZEU, Alfredo. Jornalismo e representações sociais: algumas considerações. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, nº 30, p. 31-38, 2006.

WAINBERG, Jacques. Noticiário internacional e a incompreensão do mundo. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo: vol. 29, n. 1(jan./jun. 2006), p. 39-55

WALTZ, Kenneth. **El poder y las relaciones internacionales**. Ciudad de México: Colección Estudios Internacionales, CIDE, 2005.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the Social Construction of Power Politics. In: **International Organization**, vol. 46, no. 2. Cambridge, MA: The MIT Press, 1992.

_____. **Social Theory of International Politics**. New York: Cambridge University Press, 1999.

WHITE, David Manning. O *gatekeeper*: uma análise de case na seleção de notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Lisboa: Vega, 1999.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 2008.